

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Instituto de Linguística, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Letras

Área de concentração: Linguagem e Sociedade

Aline Priscila Maciel de Moraes

**O ETHOS DE FERNANDO HADDAD NAS ELEIÇÕES DE 2018: UMA ANÁLISE
ARGUMENTATIVO-DISCURSIVA.**

Marabá

2021

Aline Priscila Maciel de Moraes

**O ETHOS DE FERNANDO HADDAD NAS ELEIÇÕES DE 2018: UMA ANÁLISE
ARGUMENTATIVO-DISCURSIVA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), Área de concentração: Linguagem e Sociedade, do Instituto de Linguística, Letras e Artes (ILLA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli

Marabá

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Taurizinho da Unifesspa**

Moraes, Aline Priscila Maciel de

O ethos de Fernando Haddad nas eleições de 2018: uma análise argumentativo-discursiva / Aline Priscila Maciel de Moraes ; orientadora, Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli. — Marabá, PA : [s. n.], 2021.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), Marabá, 2021.

1. Análise do discurso. 2. Haddad, Fernando - Crítica e interpretação. 3. Presidentes - Brasil - Eleições, 2018. 4. Comunicação na política. 5. Entrevistas em televisão. I. Paulinelli, Maysa de Pádua Teixeira, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD: 22. ed.: 401.41

Catálogo na fonte: Alessandra Helena da Mata Nunes
Bibliotecária-Documentalista - CRB2/586

Aline Priscila Maciel de Moraes

**O ETHOS DE FERNANDO HADDAD NAS ELEIÇÕES DE 2018: UMA ANÁLISE
ARGUMENTATIVO-DISCURSIVA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), Área de concentração: Linguagem e Sociedade / Linha de Pesquisa: Linguagem, Discurso e Sociedade, do Instituto de Linguística, Letras e Artes (ILLA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli (Orientador)

Profa. Dra. Adriana dos Reis Silva (Membro Externo/IFMG)

Prof. Dr. Gilmar Bueno Santos (Membro Interno/POSLET)

Dedico este trabalho...

...ao meu esposo Wesley pelo apoio, carinho, compreensão, paciência e força necessários à escrita deste trabalho e pelo companheirismo de sempre.

...à minha filha Luísa, que deu um sentido especial à minha existência e me mostrou o verdadeiro significado do amor incondicional.

...aos meus amados e queridos pais Israel Alves de Moraes e Rosa Maria de Moraes (*in memoriam*) que sempre foram minha inspiração e meus principais incentivadores. Eles sempre me apoiaram e me ensinaram a valorizar os estudos. Apesar de ausentes fisicamente, carrego-os comigo sempre porque aqueles que amamos nunca morrerão enquanto viverem em nossos corações.

...à minha irmã Ana Paula, amiga, inspiração, porto seguro, com a qual sei que sempre poderei contar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela oportunidade de conclusão deste trabalho a Deus em primeiro lugar por ter me sustentado até aqui.

À minha orientadora, Profa. Maysa, por quem tenho muito apreço e que muito me ajudou na construção dessa dissertação e aos demais professores do ILLA, em especial aos que ministraram as disciplinas no período em que cursei, sem dúvidas, as discussões foram muito válidas para o texto e para a vida.

Aos colegas de turma, pessoas incríveis que tive oportunidade de conhecer e compartilhar conhecimento.

“Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si, da qual nenhuma enunciação pode escapar.” (AMOSSY, 2019, p. 9).

RESUMO

A eleição, ritual periódico e legitimado, é um procedimento de escolha de candidatos para o exercício de poderes na sociedade, momento em que os atores políticos utilizam variadas estratégias a fim de conquistar o voto do público eleitoral. Pensando no jogo discursivo instaurado, propomos uma análise qualitativa, de cunho interpretativista, da entrevista de Fernando Haddad ao Jornal Nacional, telejornal da Rede Globo de Comunicação, no primeiro turno das eleições, em 2018, quando concorreu à Presidência da República. Consideramos o ato de comunicação um dispositivo cujo centro é ocupado pelo locutor em relação ao seu interlocutor, sendo que o locutor, mais ou menos consciente das restrições impostas pela situação de comunicação e levando em conta a sua própria identidade, a imagem que faz do seu interlocutor e do que já foi dito, molda o seu discurso a partir dessas condições. Temos como objetivo geral identificar quais os principais *ethé*, a partir da análise das estratégias argumentativo-discursivas, que Fernando Haddad mobiliza durante a entrevista supramencionada, evidenciando como esses mecanismos argumentativo-discursivos estão presentes no *corpus*. Utilizamos como base teórica a Análise do Discurso de linha francesa, na perspectiva adotada por Charaudeau (2011, 2016) em sua teoria Semiolinguística, especialmente as concepções que propõe sobre o discurso político, cujo papel é essencial na fundamentação deste trabalho, bem como sua proposição sobre o *ethos* como estratégia do discurso político e, ainda, sobre os modos de organização do discurso, mais especificamente os modos enunciativo e argumentativo. Outras abordagens que dizem respeito à noção de *ethos*, em Amossy (2019) e Maingueneau (2019) são aqui consideradas. Por meio da análise do *corpus*, foi possível descrever a organização da encenação argumentativa e a construção do *ethos* ao longo da entrevista, em que o político-candidato faz uso dos *ethé* de credibilidade e de identificação, além do discurso de justificação, destacando os seus efeitos de sentido. Foi possível também compreender a constituição do discurso político como fato social num espaço de estratégias e restrições por intermédio da descrição tanto do contrato de comunicação quanto da situação de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Político. Ethos. Argumentação. Eleições. Semiolinguística.

ABSTRACT

The election, a periodic and legitimate ritual, is a procedure of candidates choosing for the exercise of powers in society, a time when political actors use a variety of strategies in order to win the public vote. Thinking about the established discursive game, we propose a qualitative analysis in an interpretive nature approach of Fernando Haddad's interview to *Jornal Nacional*, a newscast from Globo Network, in the elections first round, in 2018, when he ran for President of the Republic. We consider the communication act to be a device whose center is occupied by the speaker regarding its interlocutor, once the speaker, more or less aware of the restrictions imposed by the communication situation and considering its own identity, the image it makes of its own interlocutor and what has already been said, shapes its speech based on these conditions. We have as general objective to identify which are the main ethe, from the argumentative-discursive strategies analysis, that Fernando Haddad mobilizes during the above-mentioned interview, putting in evidence how these argumentative-discursive mechanisms are present in the *corpus*. We use the French Discourse Analysis as a theoretical basis, in the perspective adopted by Charaudeau (2011, 2016) in his Semiolinguistic theory, especially the conceptions he proposes on political discourse, whose role is essential to the fundamentation of this work, as well as his proposition about ethos as a strategy of political discourse and, still, about the discourse organizing modes, more specifically the enunciative and argumentative modes. Other approaches that concern the notion of ethos, in Amossy (2019) and Maingueneau (2019) are considered here. Through the *corpus* analysis, it was possible to describe the argumentative staging organization and the ethos construction throughout the interview, in which the political candidate uses the ethe of credibility and identification, besides the justification discourse, highlighting its meanings effects. It was also possible to comprehend the constitution of political discourse as a social fact in a space strategies and restrictions through the description of both the communication contract as well as the communication situation.

KEYWORDS: Political Discourse. Ethos. Argumentation. Elections. Semiolinguistic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Relação triangular da atividade discursiva -----	41
FIGURA 2 – A relação argumentativa -----	42
QUADRO 1 – Situação de comunicação da entrevista de Fernando Haddad ao Jornal Nacional, em 2018. -----	75
QUADRO 2 – Domínios de avaliação -----	82
QUADRO 3 – Resumo dos atos enunciativos no <i>corpus</i> -----	97
QUADRO 4 – Resumo dos procedimentos discursivos no <i>corpus</i> -----	98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O DISCURSO POLÍTICO	17
2.1 REPRESENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS NO DISCURSO POLÍTICO	21
2.1.1 A identidade do sujeito político e a legitimidade	25
2.1.2 As estratégias do discurso político.....	27
3. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO	33
3.1 PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO	33
3.2 MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO.....	36
3.2.1 Procedimentos para a construção enunciativa	38
3.3 MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO.....	40
3.3.1 Elementos linguísticos da argumentação: a lógica argumentativa	42
3.3.2 Elementos discursivos da argumentação: a encenação argumentativa	46
4. O ETHOS COMO ESTRATÉGIA NO DISCURSO POLÍTICO	50
4.1 O ESTUDO DO ETHOS	50
4.1.1 O ethos retórico	51
4.1.2 Ethos na “nova retórica”	52
4.1.3 Ethos discursivo.....	54
4.2 ETHOS E IMAGINÁRIO SOCIAL: O ETHOS POLÍTICO	55
4.2.1 Os ethé de credibilidade	55
4.2.1.1 O ethos de sério	55
4.2.1.2 O ethos de virtude	56
4.2.1.3 O ethos de competência	57
4.2.2 Quando a credibilidade é afetada: o discurso de justificação	57
4.2.3 Os ethé de identificação.....	59
4.2.3.1 O ethos de potência	59
4.2.3.2 O ethos de caráter.....	60
4.2.3.3 O ethos de inteligência.....	62
4.2.3.4 O ethos de humanidade.....	63
4.2.3.5 O ethos de chefe	65
4.2.3.6 O ethos de solidariedade	67
5. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DO CORPUS.....	68

5.1 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO.....	68
5.2 APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	69
5.3 MÉTODO DE ANÁLISE.....	70
5.4 MINIBIOGRAFIA DE FERNANDO HADDAD	71
5.5 JORNAL NACIONAL: O PRINCIPAL TELEJORNAL DA REDE GLOBO	72
5.6 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	73
6. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	75
6.1 O CONTRATO DO DISCURSO POLÍTICO NO <i>CORPUS</i> : A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E AS RESTRIÇÕES DISCURSIVAS.....	75
6.2 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO	76
6.3 PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS.....	78
6.4 ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVAS.....	79
6.4.1 A encenação argumentativa no <i>corpus</i>	81
6.5 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI: ENTRE OS ETHÉ DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO	88
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	102
ANEXO	104

1. INTRODUÇÃO

A eleição, ritual periódico e legitimado, é um procedimento de escolha de candidatos que deverão exercer poderes na sociedade. Nesse período, os atores políticos travam verdadeiras batalhas para conquistar o maior número de votos do público eleitoral, utilizando-se de diversas estratégias para desenvolver discursos persuasivos e eficazes.

Acreditamos que a linguagem é lugar de poder e de tensão e como é a principal ferramenta do discurso político, a sua análise torna-se imprescindível para a compreensão da realidade. Por sua vez, o discurso é o que possibilita uma análise crítica, isto é, desvendar não somente o que foi dito, mas, principalmente, o que o sujeito quis dizer ou, ainda, o não dito. A partir dessas considerações, formula-se a seguinte **questão de pesquisa**: quais as estratégias argumentativas adotadas para a construção da imagem de si de Fernando Haddad e quais são os *ethé* identificados na entrevista concedida ao Jornal Nacional da Rede Globo, no primeiro turno das eleições de 2018, quando concorreu à Presidente da República?

Essa problematização parte de algumas premissas, seguindo o estabelecido por Amossy (2019): 1. todo ato de tomar a palavra implica a construção da imagem de si. No que tange ao discurso político, o sujeito político faz uso dessa estratégia para fins de credibilidade e de sedução; e por Charaudeau (2011, 2016): 2. O discurso político é marcado pelas representações dos atores políticos e pelas relações de poder nele instauradas; 3. O ato de comunicação é um dispositivo cujo centro é ocupado pelo locutor em relação ao seu interlocutor, sendo que o locutor, mais ou menos consciente das restrições impostas pela situação de comunicação e levando em conta a sua própria identidade, a imagem que faz do seu interlocutor e do que já foi dito, molda o seu discurso a partir dessas condições.

Estamos considerando, como postula Charaudeau (2011, 2016), o ato de comunicação como um dispositivo cujo centro é ocupado pelo locutor em relação ao seu interlocutor, sendo que o locutor, mais ou menos consciente das restrições impostas pela situação de comunicação e levando em conta a sua própria identidade, a imagem que faz do seu interlocutor e do que já foi dito, molda o seu discurso a partir dessas condições.

Partindo dessa premissa, definimos o discurso político como um ato de comunicação, que acontece no interior de um contrato de comunicação e que é

regido pelo dispositivo da situação de comunicação, isto é, como se desenvolvem as trocas languageiras, organizando-as de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, pela natureza de sua identidade, pelas relações que se instauram entre eles em função de determinada finalidade.

Elegemos o discurso político como escopo desta pesquisa por acreditarmos que a linguagem é ação e como tal o estudo do seu funcionamento é imprescindível para compreendermos os efeitos de sentido que ela promove, isto é, um campo profícuo para análise tendo em vista que é um lugar onde os candidatos buscam, entre outras coisas, pelo bom uso das palavras, convencer e conquistar a instância cidadã sobre o seu projeto.

Trabalhamos com a **hipótese** de que o candidato Fernando Haddad deseje construir a imagem de si (*ethos*) de educador, uma imagem voltada para a educação, tendo em vista a sua profissão de professor e o seu trabalho no Ministério da Educação durante o governo de Lula e de Dilma Rousseff.

Sendo assim, esta dissertação de mestrado tem como **objetivo geral**, em um estudo semiológico do discurso político e um estudo da argumentação em perspectiva discursiva: Identificar quais os principais *ethé*, a partir da análise das estratégias argumentativo-discursivas, que Fernando Haddad mobiliza durante a entrevista concedida ao Jornal Nacional, no primeiro turno das eleições, evidenciando como esses mecanismos argumentativo-discursivos estão presentes no *corpus*.

Como **objetivos específicos**, este trabalho focará em: 1. Estabelecer a situação e o contrato de comunicação do *corpus*; 2. Identificar os principais procedimentos enunciativos utilizados; 3. Identificar quais as estratégias argumentativo-discursivas são utilizadas; 4. Identificar quais os principais procedimentos argumentativos utilizados na promoção do *ethos*; 5. Identificar os principais *ethé* mobilizados pelo candidato.

Utilizaremos como base teórica: 1. A Análise do Discurso na perspectiva adotada por Charaudeau (2011, 2016) em sua teoria Semiolinguística, a partir das concepções propostas sobre o discurso político e os modos de organização do discurso, especialmente os modos enunciativo e argumentativo; 2. A Análise do Discurso na linha dos estudos da argumentação, no que diz respeito ao tratamento do *ethos* na concepção teórica definidos por Amossy (2019) e Maingueneau (2019); 3. A Análise do Discurso, na perspectiva da teoria semiolinguística, no que diz

respeito ao ethos como estratégia do discurso político, na concepção teórica e nos procedimentos metodológicos definidos por Charaudeau (2011).

O estudo do discurso político na perspectiva da análise do discurso que nos filiamos justifica-se por entendermos que, como bem pontua Charaudeau (2011), a manifestação das estratégias utilizadas pelo ator político se dá pelo discurso, isto é, não há política sem discurso. Outrossim, acreditamos no discurso como movimento, ação e, como tal, deve ser estudado levando em conta as condições histórico-sociais que envolvem a sua produção.

O estudo dos modos de organização do discurso é imprescindível para subsidiar a nossa análise, tendo em vista que eles constituem os princípios de organização da matéria linguística e dependem da finalidade comunicativa do sujeito que fala. De maneira específica, o nosso foco recai sobre os Modos Enunciativo e Argumentativo, pois: o primeiro tem por função particular a organização do discurso, que, além de dar conta da posição do locutor em relação ao seu interlocutor, a si mesmo e aos outros, também intervém na encenação dos demais modos de organização; o segundo tem a finalidade de construir explicações sobre as asserções feitas sobre o mundo numa perspectiva de razão demonstrativa e persuasiva.

O estudo do ethos, por sua vez, se mostra de extrema relevância tendo em vista que a sua noção encontra-se vinculada ao exercício da palavra e é utilizada como uma das estratégias para persuadir a instância cidadã sobre o projeto do sujeito político. Para tanto, ele busca construir uma imagem de si (ethos) que satisfaça a determinadas condições de credibilidade e de identificação.

A partir das contribuições da teoria semiolinguística, que possui como base a ação comunicativa e os aspectos físicos e mentais que os participantes apresentam no momento da troca languageira, para a análise do discurso político, sobretudo as definições propostas por Charaudeau (2011) e os estudos sobre argumentação, propostos por Amossy (2019), o dispositivo analítico que adotamos foi definido a partir da escolha de nosso aporte teórico, conforme preconiza Orlandi (2020, p. 26), “todos esses elementos – a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares – tudo isso constitui o dispositivo analítico”. O modelo teórico-metodológico adotado nesta pesquisa possui, portanto, um caráter de natureza qualitativo-interpretativista, que de acordo com Araújo e Silva (2017), estuda o objeto de investigação em seu

contexto natural com o fito de dar sentido aos fenômenos estudados levando em consideração os significados que as pessoas lhe atribuem. Assim, a análise do *corpus* foi proposta e estruturada da seguinte maneira: 1. Descrição da situação de comunicação; 2. Descrição do contrato de comunicação; 3. Análise das estratégias argumentativo-discursivas; 4. Análise dos procedimentos enunciativos; 5. Análise dos procedimentos argumentativos; 6. Análise e identificação dos principais *ethé*.

Para atingir nossos objetivos, a dissertação divide-se, além da introdução, em cinco capítulos e considerações finais, conforme descrevemos a seguir:

No capítulo 1, apresentamos o conceito de discurso político, o seu estudo na perspectiva da análise do discurso que nos filiamos e, posteriormente, discorreremos sobre os tópicos principais desse objeto, quais sejam: as estratégias e o contrato de comunicação no discurso político.

No capítulo 2, os modos de organização do discurso, apresentamos os princípios de organização do discurso e a relação dos modos de organização no ato de comunicação, segundo as definições proposta por Charaudeau (2016). Após, aprofundamo-nos mais especificamente nos modos enunciativo e argumentativo por acreditarmos que os seus conceitos subsidiarão a análise do nosso *corpus*, tendo em vista o objetivo de nossa pesquisa.

No capítulo 3, o *ethos* como estratégia no discurso político, apresentamos a discussão acerca do *ethos* e, inicialmente, traçamos um panorama do seu estudo à luz de diferentes disciplinas e, portanto, perspectivas, para então adentrarmos na perspectiva argumentativo-discursiva adotada em nossa pesquisa, qual seja: como uma das estratégias do sujeito político em campanha eleitoral.

No capítulo 4, metodologia e apresentação do *corpus*, apresentamos, detalhadamente, questões atinentes à metodologia do nosso trabalho, fazendo um panorama a partir dos critérios para a seleção do *corpus*, explicando as razões para a escolha desse material, uma breve apresentação do *corpus*, explicitando os dados relativos ao contexto imediato no qual se deu a entrevista, isto é, quais os participantes envolvidos, duração da entrevista, critérios para a seleção das perguntas utilizados pelos entrevistadores, bem como de eleger quais seriam os políticos-candidatos que participariam da série de entrevistas que integram a programação do JN para a cobertura das eleições 2018. Além disso, apresentamos ainda as condições de produção da entrevista, que corresponde ao contexto sócio-

histórico em que o *corpus* foi produzido; uma minibiografia de Fernando Haddad e do Jornal Nacional e, por fim, a proposta de análise utilizada.

No capítulo 5, análise do *corpus*, procedemos à análise da entrevista de Fernando Haddad ao Jornal Nacional, no primeiro turno das eleições, analisada numa perspectiva argumentativo-discursiva, na qual se buscam evidências de posicionamentos discursivos que estão ou não marcados no discurso para a construção da imagem de si.

Nas considerações finais apresentamos os resultados finais da análise, tendo como base os objetivos estabelecidos nesta introdução, procurando responder em forma de síntese analítica o problema de pesquisa que orienta esta dissertação.

2. O DISCURSO POLÍTICO

Inicialmente, convém nos questionarmos sobre o que é Discurso Político? Isto é, tudo o que é dito por um político, seja em sua campanha política ou após assumir um cargo público é considerado Discurso Político? Ou ainda, o Discurso Político está presente somente em lugares e/ou situações específicos como, por exemplo, comícios, entrevistas e debates eleitorais ou também em situações corriqueiras do cotidiano? O que caracteriza um discurso político?

Quando paramos para refletir sobre esse assunto, percebemos que, apesar de ser algo comum, isto é, todos nós, de alguma forma, estamos familiarizados com esse tema, sobretudo em períodos de campanhas eleitorais, quando recebemos os mais variados tipos de informações acerca dos candidatos políticos, seja pelos modos mais tradicionais, com os jingles eleitorais em carros de som, em entrevistas nas rádios e/ou tevês ou de modo mais contemporâneo e dinâmico, com as mídias sociais, que atualmente são uma das principais fontes de divulgação dos candidatos e de discussões por parte dos eleitores, o estudo sobre o discurso político é complexo, tendo em vista que na cena política, nada do que é proferido pode ser levado ao pé da letra e, portanto, faz-se necessário o seu estudo.

Charaudeau (2011) esclarece que o estudo do discurso político serve a diferentes disciplinas e áreas do conhecimento como as ciências políticas, a filosofia e a psicologia e, se diferencia delas devido à sua finalidade. No que tange à Filosofia Política, o seu objeto, de acordo com o autor, é as “diferentes formas possíveis da racionalidade política”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 34). Já a Ciência Política é atravessada por outras disciplinas, como a Sociologia, a História, a Antropologia Social e também a Filosofia Política e tem como intuito “tornar evidentes as normas que as instauram como princípio de governança, revelar as razões que as instituem e medir seus efeitos sobre o estado da sociedade.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 34).

Menezes (2005) pontua que a Análise do Discurso interessa-se pelos discursos que podem trazer à tona a emergência de uma racionalidade política e a regulação dos fatos políticos, tendo como centro, portanto, o discurso:

(...) Não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação. (...) A ação política e o discurso político são indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo da política pelo discurso. (CHARAUDEAU, 2011, p.39).

Assim, o discurso político, na perspectiva linguística que adotamos em nossa pesquisa, não pode ser pensado e/ou analisado sem levar em conta o caráter materialista da linguagem, isto é, sem pensar a linguagem associada a um contexto psicológico e social.

Como já nos advertiu Benveniste, em **Problemas de Linguística Geral I** (1995), o homem se constitui como sujeito na e pela linguagem e como bem pontua Charaudeau (2011), essa também é indissociável da política, uma vez é por meio dela que se desenrola toda a ação política, seja na disputa pelo poder ou por sua permanência.

Assim, o que faz um discurso ser considerado político não é o seu conteúdo em si, mas a situação em que ele é produzido. Segundo Charaudeau (2011, p. 39): “Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar”.

Em consonância com a proposição feita por esse estudioso, Menezes (2005) propõe uma concepção do discurso político como “manifestação de sujeitos, participantes de diferentes espaços estruturais de produção e de manifestação deste discurso” (MENEZES, 2005, p. 155), e postula a presença de determinadas regularidades nas atitudes que caracterizam o discurso político, isto é, subgêneros específicos, e elenca os seguintes:

O espaço doméstico (a conversa política, conflitos de gerações, gênero e sexualidade), o espaço da produção (o discurso político sindical e o discurso político empresarial), o espaço da cidadania (o discurso político eleitoral, o discurso político partidário, o discurso político parlamentar e o discurso político de governo) e o espaço local/mundial (o discurso político das organizações não governamentais e o discurso político da diplomacia). (MENEZES, 2005, p. 156).

Dessa forma, o discurso político passa a ser reconhecido como um fenômeno que não se reduz à esfera política tradicional, posto que o seu uso não se limita apenas às esferas políticas tradicionais, como o Estado e as instituições do governo, pelo contrário, pode aparecer e ser discutido em todos os espaços.

Tendo em vista a amplitude do estudo do discurso político, como vimos acima, Menezes (2005) utiliza o termo discurso político-eleitoral, subgênero que representa apenas uma parcela das atividades discursivas do campo político e o conceitua como:

(...) o discurso político-eleitoral corresponde a uma prática restrita ao espaço estrutural da cidadania e tem como objeto um evento específico do poder que é a eleição para cargos nas instituições do governo representativo. (MENEZES, 2005, p. 157).

A utilização desse termo parece-nos adequada tendo em vista o *corpus* de nossa pesquisa, que como apontado na introdução desse trabalho, trata-se de uma entrevista cujo contexto de produção foi a campanha eleitoral de 2018 para presidente, bem como a realidade político-social adotada no Brasil, que é a democracia, e o formato que a circunda, qual seja: a disputa pelos políticos em um determinado intervalo de tempo para a tomada ou a manutenção do poder por meio da representatividade legal.

Devido à amplitude do discurso político, Charaudeau (2011) postula que esse tipo de discurso é fabricado em diferentes lugares e propõe a distinção de três, a saber: um lugar voltado para a elaboração do pensamento político, um lugar voltado ao próprio ato de comunicação e outro voltado para o resultado dos dois anteriores.

O primeiro, também denominado de sistema de pensamento é fruto de uma “atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos pensamentos.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 40). É neste lugar que a ideologia se faz presente, uma vez que é com base nela que são formuladas as opiniões e posicionamentos que o autor trata acima.

O segundo, denominado de ato de comunicação, é o lugar onde os atores políticos buscam influenciar a instância cidadã com o intuito de obter adesão, rejeição ou, ainda, consenso. Para o autor, esse lugar “resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comícios, debates, apresentação de slogans, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas.)” (CHARAUDEAU, 2011, p. 40). É o lugar em que o Discurso Político é voltado para tentar persuadir e conquistar o maior número de adeptos.

Já o terceiro, voltado para o resultado dos dois anteriores, o autor denomina de “comentário” e ressalta que esse lugar não é obrigatoriamente utilizado com uma finalidade política, pois: “o propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 40).

Outrossim, o autor afirma que esse tipo de comentário está frequentemente presente em discussões familiares, bares e também nos textos de jornalistas que escrevem sobre atualidade política. Embora o comentário não seja necessariamente considerado um discurso político, sua análise também é indispensável.

Vale salientar que embora o autor aborde didaticamente esses lugares de fabricação do discurso político, eles não são estanques, tampouco independentes, ao contrário, são intrínsecos, pois “ uma das características de todo discurso social é circular no interior de grupos que o constituem, depois se exportar e atravessar outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 42).

Ante o exposto, podemos observar que o discurso político está ligado à organização social e perpassa vários cenários. Assim, Charaudeau (2011) considera mais viável utilizar o termo “discursos do conceito político” do que “discurso político”, isto é, diferenciar o conceito de sua prática de política. Sobre esses termos, assevera o autor:

Aquele (conceito político) se refere a tudo que nas sociedades organiza e problematiza a vida coletiva em nome de certos princípios, de certos valores que constituem uma espécie de referência moral. (...). A prática de política concerne mais particularmente à gestão da vida coletiva na qual estão implicadas diferentes instâncias (de governança e cidadania) que regulam suas relações mediante um jogo de poder e contra-poder. (CHARAUDEAU, 2011, p. 44-45).

Vale ressaltar que o conceito político e sua prática possuem relação recíproca e dialética, isto é, uma depende da outra para existir.

Como podemos observar, o estudo do discurso político é amplo, uma vez que nele englobam fatos políticos, sociais, morais e psíquicos. Para Charaudeau (2011), devido à essa amplitude e complexidade, os estudos sobre o discurso político adotaram duas orientações: uma voltada para o conteúdo e a outra voltada para os mecanismos da comunicação.

O autor afirma que embora nos estudos tenha prevalecido a abordagem conteudista, houve uma mudança de prioridade e analisar os mecanismos da comunicação tornou-se tão ou mais importante, pois:

Efetivamente, se é verdade que o pensamento pode ter em si influência, ocorre que ele pode igualmente ser mascarado por procedimentos de comunicação empática tais que ao final dessas manipulações comunicativas mais ou menos voluntárias, se constroem outras formas de pensamento político. (CHARAUDEAU, 2011, p. 47).

Contudo, é preponderante ressaltar que ainda que tenha ocorrido essa mudança de ênfase nas abordagens de estudo do discurso político, ambas são indissociáveis uma da outra.

2.1 REPRESENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS NO DISCURSO POLÍTICO

Para Charaudeau (2011), o Discurso Político é marcado pelas representações dos atores políticos e pelas relações de poder nele instauradas e para uma boa análise desse tipo de discurso, é necessário descrever não somente as estratégias discursivas que os atores podem utilizar, mas também e antes de tudo, as restrições estruturais da situação de comunicação política e ressalta que situações e estratégias de comunicação não se misturam, “sendo toda situação de comunicação estruturada segundo um dispositivo que assegura um lugar determinado aos parceiros da troca.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 52).

No que tange ao dispositivo, Charaudeau (2011) assevera a sua definição é de caráter conceitual, pois:

Ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade. (CHARAUDEAU, 2011, p. 53).

Nesse sentido, podemos inferir que o dispositivo está relacionado à noção de gêneros do discurso, posto que o autor assevera que há “uma relação de encaixamento entre o macrodispositivo conceitual que estrutura cada situação da troca social e os microdispositivos materiais que a especificam enquanto variantes.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 54).

Contudo, o gênero seria um microdispositivo, isto é, apenas uma parte do todo, “as leis do gênero”. Finalmente o autor conceitua dispositivo como:

Dispositivo é, portanto, aquilo que garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado. Ele desempenha o papel de fiador do contrato de comunicação ao registrar como é organizado e regulado o campo de enunciação de acordo com normas de comportamento e com um conjunto de discursos potencialmente disponíveis aos quais os parceiros poderão se referir. (CHARAUDEAU, 2011, p. 54).

Utilizando o conceito de campo proposto por Bordieu, Charaudeau (2011) afirma:

Todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas, organizado segundo relações de força (Bordieu), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação de linguagem. O resultado é o que chamamos de “contrato de comunicação”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 52).

Acerca do contrato de comunicação, o autor assevera que se trata de uma relação entre os atores políticos e também desses com a instância cidadã, marcada por seu caráter heterogêneo e estável, cujos papéis são marcados pelas posições que ocupam na cena linguageira. Vale ressaltar, contudo, que:

esses posicionamentos resultam de linhas de pensamento diversas, de reações ao mesmo tempo emocionais e intelectuais e de interações em situações particulares em que eles estão alternadamente em posição de dominante e de dominado. (CHARAUDEAU, 2011, p. 53).

Para todo contrato há duas ou mais partes. Menezes (2005) define o contrato de comunicação do discurso político-eleitoral da seguinte maneira:

(...) em geral, o candidato busca a adesão do eleitor como estratégia para obter uma quantidade de votos suficiente pra se eleger [tornar-se conhecido ou divulgar determinados projetos]. Para isso, dirige a sua fala por um projeto de sociedade que contém uma certa "idealidade" [do bem-estar social, da sociedade liberal, do socialismo, ou, simplesmente, o bem comum, aderindo por completo a uma visão republicana], conferida pelo seu partido. O eleitor é alguém que se coloca num lugar de responsabilidade social, que o conduz a mostrar-se disponível à participação discursiva, a examinar as propostas do candidato e a manifestar a sua preferência, em determinados momentos. (MENEZES, 2005, p. 160).

Charaudeau (2011), por sua vez, ao pensar em quem seriam os parceiros do contrato de comunicação, ressalta que é preferível utilizar o termo "instâncias", uma vez que esses parceiros não são pessoas específicas, mas entidades abstratas, definidas por sua posição no dispositivo, isto é, adquirem a posição de sujeito quando estão inseridas em uma situação de comunicação. Saliencia o autor: "Assim, em cada dispositivo, as instâncias se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais por sua vez, definem sua finalidade comunicacional." (CHARAUDEAU, 2011, p. 54).

Desse modo, para definir as instâncias presentes no dispositivo identitário do político, o autor propõe pensar antes nos lugares de fabricação do Discurso Político e a partir deles estruturar suas instâncias, quais sejam: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação. "No primeiro desses lugares se encontra a instância política e seu duplo antagonista, a instância adversária; no segundo, encontra-se a instância cidadã e, no terceiro, a instância midiática." (CHARAUDEAU, 2011, p. 54).

A instância política (e a adversária) está em busca de legitimidade ou da manutenção de legitimidade para possuir o poder de ação e de decisão característicos da governança. Para tanto, os atores políticos lançam mão de

diversas estratégias de persuasão e de sedução. Contudo, o autor salienta que a instância política engloba variadas situações e status:

Diversos status correspondem a igual número de cargos e funções: os de chefe de Estado, de chefe de governo, de ministros, de deputados etc. Diversas situações, pois essa instância se encontra nas situações de debate, de declaração pública, de tomada de decisão, de campanha eleitoral etc. Entretanto, encontra-se associado à instância política determinado número de organismos estritamente ligados a ela. Assim, pode-se considerar que essa instância é composta de um centro e vários satélites. (CHARAUDEAU, 2011, p. 56-57).

Desse modo, em função da diversidade das situações supramencionadas, a instância política estabelece junto à instância cidadã, relações diversas, dependendo da situação comunicacional.

Podemos perceber que a relação entre essas instâncias cidadã é de forte e recíproca influência, pois ao passo que a política, para chegar ou permanecer no poder, utiliza várias estratégias para persuadir a cidadã, é esta quem detém o poder de legitimar este (s) ou aquele (s) ator (es) político (s) para exercer (em) a governança.

Assim, ambas englobam variadas situações e organizações. A esse respeito o autor menciona:

(...) organizações mais ou menos institucionais (sindicatos, corporações, coordenações, grupos étnicos, pessoas das mais variadas origens); situações de protesto, como manifestações de rua, recusa em participar de eleições, pressões junto a personalidades políticas ou locais notáveis, por meio de pesquisas ou de declarações nas mídias. (CHARAUDEAU, 2011, p. 59).

Como reduto de discursos que visam interpelar a instância política e longe de possuírem um discurso uníssono, a instância cidadã é caracterizada por ser heterogênea, uma vez que é formada por pessoas com diferentes percepções, além, é claro, das diferenças provocadas pelos fatores social, religioso, econômico, ideológico, entre outros. Ante o exposto, o autor propõe distinguir essa instância em duas subcategorias, a saber: sociedade civil e sociedade cidadã. Acerca da primeira, o autor a define da seguinte maneira:

Para nós, a sociedade civil é um lugar de pura opinião, que concerne à vida em sociedade, tanto pública quanto privada. Os membros dessa sociedade se reconhecem e nome do “estar junto”, que caracteriza sua comunidade cultural. Fora desse local de filiação, os membros da sociedade civil, mesmo tendo ou exprimindo opiniões a favor ou contra fatos de sociedade (doenças, religiões e seitas, filhos, vida do casal), julgam e agem individualmente ou em pequenos grupos que se reúnem de maneira conjuntural tendo em vista objetivos pontuais, em geral, à margem do jogo político cidadão. Pode-se ter uma opinião sem ter necessariamente uma consciência cidadã. (CHARAUDEAU, 2011, p. 59-60).

No que tange à sociedade cidadã, o autor a define como um constructo, pois:

Ela reúne indivíduos que tem consciência de um papel a desempenhar na organização política da vida social. Ela existe de maneira orgânica, seja por atribuição institucional, quando é chamada a votar, seja por decisão própria, quando transforma o espaço público em espaço de discussão que, por causa disso, influencia os governantes via mídias, seja ainda quando ela se organiza em força de contrapoder e age no próprio espaço do poder de governança. Ela constitui, então, comunidade de “viver junto” em nome de um projeto de sociedade. (CHARAUDEAU, 2011, p. 60).

Não obstante, o autor assegura que a passagem da civilidade para a cidadania é frequente e que por isso é difícil distingui-las.

A instância midiática, assim como a cidadã, está fora do poder de governança e se inscreve em um duplo dispositivo: “de exibição que corresponde à sua busca por credibilidade e de espetáculo que corresponde à sua busca por cooptação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 63).

Como vimos, os atores que compõem a instância midiática ocupam posição complexa, tendo em vista que na busca pela legitimidade do seu papel de informantes, tenta adquirir a credibilidade tanto dos cidadãos quanto dos políticos. Nesse sentido, ela produz discursos com o objetivo de não só ganhar o maior número de adeptos, deixando seus concorrentes para trás, mas também de se mostrar crível, e, portanto, legítima e confiável perante a comunidade. Para Charaudeau (2011):

O discurso da instância midiática encontra-se, portanto, como já discutimos, entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2011, p.63).

Menezes (2005) aponta que o sujeito político ao utilizar essa instância para promover a adesão do público ao seu projeto, molda o seu discurso com base no público alvo daquele veículo de comunicação, o qual é refletido pela linguagem, tom, e até pela indumentária que utiliza, posto que o que está em jogo não é somente o falar eloquente e afirma:

(...) é uma instância que interage, decididamente, na instância receptora, lugar do cidadão-eleitor, contribuindo, com maior ou menor sucesso, nas condições de interpretação dos enunciados. Trata-se, portanto, de uma instância que joga um papel fundamental nas orientações sobre o fazer e o dizer político-eleitoral. (MENEZES, 2005, p. 162-163).

Podemos notar todo esse poder das mídias no momento da análise do nosso *corpus*, pois é notório, por parte da emissora, o seu direcionamento para traçar o perfil do candidato Fernando Haddad já nas escolhas das perguntas na entrevista, como também, e principalmente, pelas interrupções que os jornalistas fazem ao político-candidato, conotando uma relação assimétrica e hierárquica, como podemos observar nas falas de Fernand Haddad extraídas da entrevista e transcritas abaixo:

- (1) Deixa eu complementar a minha resposta.
- (2) Renata, deixa eu te explicar como é que funciona o Governo Federal.
- (3) Deixa eu te responder. A administração pública, ela avançou muito...
- (4) Calma. O que você...Deixa eu te responder.
- (5) Dá licença...

Predominam, portanto, os jornalistas, que representam a Rede Globo, como dominante e o candidato como dominado. Embora não seja nosso enfoque na pesquisa, é preponderante entender a importância que a instância midiática desempenha no campo do discurso político-eleitoral, tendo em vista que ela, a instância cidadã, se constitui como um lugar decisivo para essa prática.

Por fim, é válido ressaltar que o poder das instâncias está diretamente relacionado ao tipo de regime político adotado em determinada sociedade, tendo em vista que uma sociedade em que prevaleça o regime político democrático, o poder dessas instâncias será diferente de uma em que prevaleça o regime totalitarista, por exemplo.

2.1.1 A identidade do sujeito político e a legitimidade

Para abordar a questão da legitimidade no campo político, Charaudeau (2011) propõe, inicialmente, pensar a identidade dos atores políticos, posto que todo indivíduo é formado por um duplo, isto é, pelo social e pelo discursivo.

Em um pronunciamento, os atores políticos imaginam não indivíduos em si, mas posições-sujeito, haja vista que estes são atravessados ideologicamente e correspondem a determinadas categorias sociais, destinatários ideais. Contudo, esses sujeitos estão carregados de historicidade, que os tornam únicos e podem apreender o discurso de maneira distinta da que foi pensada pelo ator político.

De acordo com Charaudeau (2011), a legitimidade é projetada a partir da identidade social do sujeito político. A partir dessa colocação, a legitimidade é conceituada como:

o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um saber (ser reconhecido como sábio), em nome de um saber-fazer (ser reconhecido como especialista). (CHARAUDEAU, 2011, p. 67).

Contudo, não se deve confundir legitimidade com credibilidade, tampouco com autoridade. Como vimos, a legitimidade está voltada para o social, para a posição/cargo ocupado; a credibilidade está voltada para o indivíduo, e a autoridade, por sua vez, está relacionada ao processo de submissão do outro. De acordo com o autor:

(...) a legitimidade é um estado no qual é colocado o sujeito que, em virtude desse fato, adquire um direito a fazer, mas segundo o que foi determinado e reconhecido pelos membros do grupo, os quais instruíram esse direito de maneira mais ou menos institucional: a legitimidade resulta de uma *atribuição*. A autoridade é uma posição no processo de influência que dá ao sujeito o direito de submeter o outro com a aceitação deste: resulta, ao mesmo tempo, de um *comportamento* e de uma *atribuição*. A legitimidade remete ao *Eu*; a autoridade, à relação *Eu-Tu*. (CHARAUDEAU, 2011, p. 68, grifos do autor).

Vale salientar que o conceito de legitimidade não está relacionado somente à esfera política, contudo, nos concentraremos na definição e finalidade voltada ao domínio político, haja vista o objetivo da nossa pesquisa.

Segundo Charaudeau (2011), a legitimidade da instância política depende, sobretudo de como essa legitimidade lhe foi atribuída. No entanto, independente do regime político adotado, essa só será possível caso o sujeito coletivo aceite tais condições.

Podemos encontrar na origem da legitimidade política três tipos de imaginário social: a legitimidade por filiação, por formação e por mandato.

No que tange à primeira, legitimidade por filiação, o autor explicita se tratar, como o próprio nome preconiza, de uma legitimidade herdada. Para o autor: “Ele recebe o título, o poder e responsabilidade de seu ascendente como um quinhão”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 70-71); Ainda de acordo com o autor, essa filiação pode ser de natureza sagrada, de ordem social ou de ordem biológica e ressalta que tais características podem se sobrepor umas às outras.

A legitimidade por formação está relacionada com a “boa formação” do sujeito político, isto é, o indivíduo que possui experiência e/ou reconhecimento em instituições de prestígio é melhor capacitado para gerir o Estado. De acordo com Charaudeau (2011), “trata-se aqui de ser ‘bem formado’, pois competência e

experiência dariam ao sujeito um poder de agir com discernimento.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 72). Ainda sobre esse imaginário, o autor salienta que idealmente este deva existir em consonância com o primeiro, já que são atributos que reforçam reciprocamente a “competência e aptidão” para atuar no cargo político pretendido.

A terceira, legitimidade por mandato, está relacionada diretamente à democracia, isto é:

(...) é o povo que tem o direito de governar para seu próprio bem. É ele que se constitui ao mesmo tempo como doador e beneficiário de sua própria busca de felicidade instaurando, assim, uma legitimidade fundada no igualitarismo e no direito dos indivíduos de constituírem um destino coletivo que se opõe a toda soberania autárquica. (CHARAUDEAU, 2011, p.73).

Contudo, essa legitimidade é transformada em legitimidade representativa, posto que é praticamente impossível que um povo, em sua totalidade, governe.

De acordo com o autor, essas formas de legitimidade variam de acordo com a posição e com os papéis que os atores políticos estão enfrentando e só podem existir com o reconhecimento recíproco entre a instância política e a instância cidadã.

2.1.2 As estratégias do discurso político

Segundo Charaudeau (2011), o povo elege os seus representantes baseados mais em imagens e frases de efeito do que em um projeto de governança em si. Por isso, os atores políticos buscam estratégias para conseguir imprimir na população um imaginário comum de partilha de ideais, valores a fim de se mostrarem críveis e conquistarem mais votos da população.

Tendo em vista que uma sociedade é marcada, sobretudo pela sua heterogeneidade, seja de ordem cultural, social, geográfica e/ou política, tentar persuadir uma grande quantidade de indivíduos, pertencentes a diferentes nichos, não é uma tarefa fácil e requer dos atores políticos, estratégias discursivas que o “aproximem” de um maior número de pessoas. Sobre o assunto, ressalta Charaudeau:

É preciso, portanto, que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções. Muitos pensadores o afirmaram e alguns grandes homens o colocaram em prática: a gestão das paixões é a arte da boa política. (CHARAUDEAU, 2011, p. 80-81).

Há estudos que buscam compreender se a persuasão está ligada à paixão ou à razão desde Aristóteles, embora haja muitas discussões sobre o tema, há um consenso entre os estudiosos da Nova Retórica em que é admitido que não se pode descartar os sentimentos em nenhum processo linguajeiro que tenda a influenciar o interlocutor.

No que tange às estratégias discursivas adotadas pelos atores políticos cumpre-nos destacar que essas dependem de diversos fatores, tais como:

(...) de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que eles julgam necessário defender ou atacar as pessoas, as ideias ou as ações. (CHARAUDEAU, 2011, p. 82).

Como vimos, as estratégias discursivas que o sujeito político adota, abrange e depende de muitos aspectos, contudo, o objetivo é um só: conseguir a adesão de um maior número de pessoas ao seu projeto ou à sua pessoa/imagem.

Para o autor, a instância política possui uma dupla representação, uma voltada para o seu projeto político, de ordem/natureza conceitual e outra para as estratégias de persuasão, de natureza mais pragmática e ressalta:

Assim, a encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e da paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos* para tentar responder à questão que supostamente se coloca o cidadão: “O que me leva a aderir a este ou àquele valor?” Para o político, é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político. (CHARAUDEAU, 2011, p. 84).

Não há um ato de linguagem que não perpassa pela construção da imagem de si. Quando falamos, quer se queira ou não, o (s) nosso (s) interlocutor (es) cria (m) uma imagem daquilo que somos através daquilo que (e da forma que) dizemos. Essa imagem construída denominada de *ethos* pode ser positiva ou negativa. Não entraremos em detalhes nesse momento, uma vez que teremos um capítulo destinado à discussão dessa temática.

No que diz respeito ao domínio/campo político é relevante fazer algumas ponderações sobre a construção da imagem de si. A primeira delas é a de que a criação de uma imagem personagem é necessária, dado que o sujeito político busca o reconhecimento pela instância cidadã, de valores/ideais comuns. Para Charaudeau (2011, p. 87): “O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos

imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito.”.

A segunda ponderação sobre a construção da imagem de si é a de que muitas vezes essas imagens são contraditórias entre si, dada à heterogeneidade da instância cidadã. Ao passo que certa atitude passa a imagem positiva para um determinado grupo, pode passar a mensagem contrária para outro (s) grupo (s). A esse respeito, salienta o autor:

(...) É que a imagem dos governantes supostamente corresponde às expectativas dos governados. Entre estes, existiria uma demanda implícita; entre aqueles, um desejo de aderir a essa demanda ou de fazê-la surgir, uma vez que é implícita. (CHARAUDEAU, 2011, p. 87).

A terceira é a de que o sucesso ou fracasso dessas imagens criadas são fluidas e dependem do contexto histórico-social, posto que um perfil que ontem era positivo pode não ser mais na atualidade. De acordo com o autor:

É que a imagem dos governantes supostamente corresponde às expectativas dos governados. Entre estes, existiria uma demanda implícita; entre aqueles, um desejo de aderir a essa demanda ou de fazê-la surgir, uma vez que é implícita. É preciso que se produza o reencontro entre o olhar que a instância cidadã. Mas para que este encontro se realize, é preciso algo em comum, existentes nos valores que, ao se configurarem de determinada maneira, adquirem uma força simbólica e fazem a fusão das duas instâncias. Isso se realiza em um jogo de ajuste de olhares, um jogo de reflexos entre as duas instâncias e uma instância-terceira que desempenha o papel de figura ideal de referência. (CHARAUDEAU, 2011, p.87).

Para Charaudeau (2011), somente quando as emoções despertadas na instância cidadã corresponderem às representações sociais, formada por uma mistura de sentimentos de julgamentos, opiniões, entre outras, é que podem ser utilizados com o fito de provocar um determinado público, auditório. Para o autor, trata-se de persuasão carregada de afeto. Como dissemos anteriormente, para que haja produção de emoções no público é necessário que o discurso do ator político combine três fatores, a saber:

(...) (i) a natureza do universo de crenças ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc.); (ii) a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra; (iii) o posicionamento do interlocutor (ou do público) em relação aos universos de crenças convocados e o estado de espírito no qual ele se encontra. (CHARAUDEAU, 2011, p.90).

Assim, faz-se necessário que o enunciador compreenda que o seu discurso é tomado pelo caráter universal ou individual, ou os dois, concomitantemente.

Sabemos que o intuito do discurso político é conseguir adesão do público a um determinado projeto, ideal ou ainda dissuadir o público do projeto, ideal pregado pelo adversário do político. O autor assevera que, em se tratando desse tipo de discurso, há um certo roteiro a ser seguido, onde:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. (CHARAUDEAU, 2011, p. 91).

A desqualificação do adversário político está inscrita na “origem do mal” que é um dos polos constitutivos do Discurso Político. A esse respeito, o autor faz a seguinte observação:

O sujeito político que combate um adversário deve rejeitar os valores opostos aos preconizados por este, mostrando por uma boa argumentação a fraqueza e o perigo dessas ideias. Mas uma argumentação muito pesada, complexa ou sutil corre o risco de não ser compreendida pela massa dos cidadãos. É por isso que, frequentemente, em política, a argumentação se reduz a esse procedimento de ataques *ad hominem*, que questiona a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido, que lhe retira toda liberdade de fala e ação. (CHARAUDEAU, 2011, p. 93).

No que tange à sustentação do discurso, Charaudeau (2011) ressalta o uso da subjetividade no Discurso Político através da persuasão, isto é, quando há o uso da paixão relacionada tanto com a imagem quanto com a razão.

Com o fito de persuadir a instância cidadã, o sujeito político, em seus discursos, acaba lançando mão de determinados valores para transmitir a ideia de comunhão de ideais, pensamentos e de aproximação e identificação com o sujeito que vota. A escolha dos valores não é algo simples, de fácil escolha, posto que para cada escolha de um determinado valor há obstáculos, isto é, devido à diversidade social, os valores também são diversificados.

Todo político tem seus valores, inclusive ao optar por fazer parte deste ou daquele partido. Contudo, Charaudeau (2011) afirma que há valores que são mais amplos (opinião pública) que outros. Como o intuito é angariar o maior número de simpatizantes ao projeto político ou ação proposto, o sujeito político se utiliza desses valores mais gerais para conquistar o público, sem deixar de lado suas convicções, é claro.

Outro obstáculo apontado, ao abordar os valores, é o fato de que, assim como as opiniões, os valores podem mudar ao longo da história de um país. Assim,

é preferível a análise e descrição de cada caso individualmente, considerando que está cada vez mais difícil descrever os valores relacionando-os à determinado grupo e/ou partido.

Charaudeau (2011) então assevera a importância de apresentação dos valores escolhidos pelo sujeito político, pois “pode-se mesmo dizer que e na maneira de apresentar os valores que estes adquirem sentido no espaço político.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 97). Portanto, é preciso que essa apresentação satisfaça determinadas condições de simplicidade e de argumentação.

Acerca das condições de simplicidade, o autor pontua que apresentar um projeto político para uma sociedade heterogênea em tantos aspectos, como social, cultural, religioso e econômico, exige que o político busque um “denominador comum” para alcançar a todos. Para tanto, é necessário que o sujeito político utilize um discurso simples, o que pode não ser uma tarefa fácil, tendo em vista que ao tentar simplificar demais uma ideia ela pode se tornar uma falsa verdade, uma verdade não provada ou ainda uma contra-verdade. Assim, para atingir essa condição, é necessário lançar mão de um duplo procedimento: a singularização e a essencialização.

O intuito da singularização é o de apresentar a ideia de maneira ordenada, uma por vez para que o público não as confunda. Já a essencialização consiste na tentativa de condensar uma ideia em uma noção à qual significaria por conta própria, como uma essência. Para o autor:

O duplo procedimento de singularização e de essencialização dá lugar à existência de fórmulas cujo sucesso e impacto são variáveis. Quanto mais uma fórmula é concisa e, ao mesmo tempo, carregada semanticamente – apresentando, assim, de maneira global, uma ou mais ideias, essencializando-as e tornando-as fluidas –, mais ela terá poder de atração. Essa é, ao menos, a hipótese psissociológica que diz que quanto mais uma ideia é indeterminada, mais somos atraídos por ela. Esse tipo de fórmula é destinado a produzir um efeito de evidência. (CHARAUDEAU, 2011, p. 99).

As condições de argumentação, por sua vez estão relacionadas a uma perspectiva lógico-racional. Segundo o autor, o objetivo é conseguir fazer um jogo de palavras, isto é, um raciocínio causal simples através de valores supostamente partilhados por todos ou pela maioria e utilizar argumentos que reforcem essas ideias.

Sobre o raciocínio causal simples, o autor afirma haver dois tipos essenciais: o principista, também denominado de ético, e o pragmático. Segundo o autor:

O discurso político de raciocínio ético visa colocar o indivíduo diante de uma escolha moral, enquanto o raciocínio pragmático visa coloca-lo diante de uma responsabilidade. (CHARAUDEAU, 2011, p. 102).

No que diz respeito aos argumentos de prova, o autor enfatiza que estes são de diversas espécies e elenca os mais recorrentes, quais sejam: os argumentos pela força das crenças partilhadas; pelo peso das circunstâncias; pela vontade de agir; pelo risco; pela autoridade de si; pela desqualificação dos adversários; por analogia e por humor.

Os argumentos supramencionados são os tipos que mais são utilizados, de acordo com o autor, para produzir um discurso perspicaz, através da lógica argumentativa. No momento de nossa análise mobilizaremos e detalharemos os argumentos supramencionados verificados em nosso *corpus*.

3. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

3.1 PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Charaudeau (2016) em **Linguagem e discurso**: modos de organização assevera que o ato de comunicação é um dispositivo cujo centro é ocupado pelo falante, locutor que fala ou escreve, e que está em uma relação com outro falante, o interlocutor. Esse dispositivo é composto pelos seguintes componentes: a situação de comunicação, os modos de organização do discurso, a língua e o texto.

Ainda que nos aprofundemos nos modos de organização do discurso, objeto deste capítulo, é necessário que abordemos, mesmo que de maneira sucinta, os outros componentes do ato de comunicação supramencionados. No que tange à situação de comunicação, Charaudeau (2016) afirma que ela “constitui o enquadre ao mesmo tempo *físico* e *mental* no qual se acham os parceiros da troca linguageira, que são determinados por uma *identidade* (psicológica e social) e ligados por um *contrato de comunicação*.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

O autor ressalta que situação é diferente de contexto. Enquanto a situação se refere ao ambiente físico e social do ato de comunicação, externa ao ato de linguagem, o contexto se refere ao ambiente textual de uma palavra ou de uma sequência de palavras, pertence, pois ao interior do ato de linguagem. Ainda no que se refere ao contexto, o autor ressalta a distinção entre o contexto linguístico e o contexto discursivo:

O contexto linguístico designaria então a vizinhança de uma determinada palavra, podendo variar em dimensão.

O contexto discursivo designaria os atos de linguagem existentes (aqueles que já foram produzidos) numa determinada sociedade e que intervêm na produção/compreensão do texto a interpretar. Por exemplo, para compreender (nos anos 90) a manchete de jornal “Junto ao muro”, é necessário mobilizar os atos de linguagem concernentes à “queda do muro de Berlim”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 69-70).

Como vimos, em uma situação de comunicação, o locutor ocupa o centro de um espaço de troca com o interlocutor. Sobre essa relação de troca, Charaudeau (2016) assevera que ela é definida com base em algumas características, quais sejam: características físicas: os parceiros de comunicação estão presentes? São únicos ou múltiplos? Estão próximos? O canal de transmissão é oral ou gráfico? Direto ou indireto? Características identitárias dos parceiros: sociais, socioprofissionais, psicológicas, relacionais; características contratuais: o contrato admite uma troca dialogal ou não admite a troca (monologal)?

O preenchimento dessas características é que determina o comportamento em uma determinada situação, pois “trata-se, evidentemente, de papéis que são esperados, que dependem estritamente de um determinado tipo de situação, mas papéis aos quais os parceiros podem não se conformar.” (CHARAUDEAU, 2016, p.71). No capítulo de análise podemos verificar a descrição da situação de comunicação detalhada no que concerne à sua aplicação ao *corpus* analisado por nós.

A língua, outro componente do dispositivo do ato de comunicação, “constitui o material verbal estruturado em categorias linguísticas que possuem, ao mesmo tempo e de maneira consubstancial, uma *forma* e um *sentido*.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

O texto, por sua vez, é a concretização do ato de comunicação. De acordo com o autor:

(...) representa o resultado material do ato de comunicação e que resulta de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as categorias de língua e os Modos de organização do discurso, em função das restrições impostas pela Situação. (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

Por fim, o último componente do dispositivo de comunicação e nosso objeto de estudo, são os modos de organização do discurso, que segundo o autor, “constituem os *princípios de organização* da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar, argumentar.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

Como vimos acima, as finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quatro modos de organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. Cada um deles possui uma função de base, isto é, uma finalidade discursiva para o projeto de fala e um princípio de organização. Sobre esse último, pontua o estudioso:

Com efeito, cada um desses modos propõe, ao mesmo tempo: uma organização do “mundo referencial”, o que resulta em lógicas de construção desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa); e uma organização de sua “encenação” (descritiva, narrativa, argumentativa). (CHARAUDEAU, 2016, p. 74).

O modo Enunciativo possui uma função particular na organização do discurso, pois:

Por um lado, sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse Modelo intervém na encenação de cada um dos três

outros Modos de organização. É por isso que se pode dizer que este Modo comanda os demais. (CHARAUDEAU, 2016, p. 74).

Assim, o autor postula que comunicar é uma tarefa complexa, tendo em vista que envolve processos de concepção e de compreensão da linguagem submergindo pensamento e linguagem numa relação de reciprocidade e ressalta:

Comunicar é proceder a uma encenação. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto para produzir efeitos de sentido visando um público imaginado por ele, o locutor - seja ao falar ou ao escrever - utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor. (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

Ao falar/escrever com o seu interlocutor, o locutor lança mão de estratégias discursivas e molda o seu discurso de acordo com a situação de comunicação proposta e em função de sua própria identidade, da imagem que se faz do seu interlocutor e do que já foi dito. Por isso, para o autor:

(...) para conseguir que o interlocutor execute uma determinada ação, poder-se-á, em função de todas essas circunstâncias, “dar-lhe uma ordem” (“*Distribua esses convites ainda hoje!*”), “fazer-lhe um pedido” (“*Você poderia distribuir esses convites ainda hoje?*”). “fazer uma constatação” mostrando surpresa (“*Esses convites ainda não foram distribuídos!*”), ou “contar” uma história para incitá-lo a fazer (“*Era uma vez uma secretária que esqueceu de distribuir os convites para uma festa na empresa...*”). (CHARAUDEAU, 2016, p. 76).

De acordo com o autor, é necessário distinguir a identidade social e psicológica das pessoas que comunicam da identidade propriamente languageira, isto é, a que é instaurada no ato de fala, pois somente a partir dessa distinção é que será possível compreender como se configura aquilo que está em jogo no ato de comunicação. Assim, Charaudeau (2016) propõe a distinção entre os sujeitos da comunicação em parceiros e protagonistas.

Os parceiros do ato de linguagem, de acordo com o autor, são seres sociais e psicológicos, externos ao ato, porém inscritos nele, definidos por um determinado número de traços identitários cuja pertinência está sujeita ao ato de comunicação considerado. Para Charaudeau (2016):

Um desses parceiros é o *Locutor-emissor* que produz o ato de comunicação (o “sujeito comunicante”), o outro é o *Interlocutor-receptor* que recebe o discurso do locutor, o interpreta e reage por seu turno (o “sujeito interpretante”). (CHARAUDEAU, 2016, p. 76).

Já os protagonistas da enunciação, para o autor, são seres de fala, internos ao ato de linguagem e definidos a partir dos papéis languageiros. Para o autor:

Um desses protagonistas é o *Enunciador* que realiza esses papéis linguageiros intervindo ou apagando-se no discurso; o outro é o *Destinatário* a quem o locutor atribui um lugar determinado, no interior de seu discurso. (CHARAUDEAU, 2016, p. 76).

Desse modo, não há o mesmo tipo de relação entre Enunciador e Locutor de um lado e Destinatário e Interlocutor do outro, tendo que em vista que “o Destinatário depende do Locutor (é pelo lugar que este lhe confere que ele existe), enquanto o Interlocutor que interpreta só depende de si mesmo.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 76). Para ilustrar essa diferença, o autor pontua:

(...) se compararmos a Situação de comunicação *dialogal*, na qual Locutor, Enunciador / Destinatário e Interlocutor se encontram na mesma instância de fala, com a Situação de comunicação *monologal* escrita, na qual Locutor e Enunciador / Destinatário se encontram na mesma instância de fala, enquanto o Interlocutor se encontra numa instância de fala posterior. (CHARAUDEAU, 2016, p. 76).

Outro ponto abordado em relação à encenação discursiva é a sua relação com os gêneros textuais, que são projetos de fala compiláveis e transformados em textos com estruturas padronizadas. Segundo Charaudeau (2016), que não se deve confundir os gêneros textuais com os Modos de organização do discurso, uma vez que os gêneros são textos categorizados, que podem ser elaborados por um ou vários modos de organização de discurso, assim, exemplifica o autor:

O Gênero publicitário, entretanto, caracteriza-se pela combinação de vários desses Modos de organização, com uma tendência mais marcada para o Descritivo e o Narrativo, quando se trata de publicidade de rua (cartazes) ou de revistas populares, recorrendo ao modo Argumentativo quando se trata de publicidades encontradas em revistas técnicas especializadas. (CHARAUDEAU, 2016, p.78).

Considerando o objetivo do nosso trabalho, nos aprofundaremos a seguir nos Modos de organização Enunciativo e Argumentativo, por acreditamos que nos subsidiarão no momento de nossa análise.

3.2 MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

O modo de organização enunciativo não deve ser confundido com a situação de comunicação, pois, enquanto nesta última encontram-se os parceiros do ato de linguagem, que como vimos acima, são seres sociais, externos à linguagem, no Enunciativo temos os protagonistas, seres de fala, internos ao ato de linguagem.

Também não se deve confundir o Enunciativo com a Modalização, tendo em vista que o primeiro é uma categoria do discurso, “que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2016, p.81), e a segunda é uma categoria da língua “que reúne o conjunto dos

procedimentos estritamente linguísticos, os quais permitem tornar explícito o ponto de vista do locutor.”. (CHARAUDEAU, 2016, p.81). Enunciativo e Modalização estão intimamente relacionados, pois a constituição do discurso só é possível por meio das categorias de língua e são as categorias de língua que permitem a constituição do discurso.

Podemos então nos questionar sobre que é enunciar? Segundo Charaudeau (2016), enunciar, na perspectiva discursiva:

(...) se refere ao fenômeno que consiste em organizar *as categorias da língua*, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao *que ele diz* e em relação ao *que o outro diz*. (CHARAUDEAU, 2016, p.82).

Assim, podemos distinguir as três funções do Modo Enunciativo, a partir da posição do locutor no ato de enunciação: o comportamento alocutivo, cuja função é estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor, o comportamento elocutivo, que permite revelar o ponto de vista do locutor, e o comportamento delocutivo, que busca retomar a fala de um terceiro na situação de comunicação.

No comportamento alocutivo, o locutor exerce uma determinada influência em relação ao interlocutor à medida que o locutor, com o seu dizer, impõe ao interlocutor um comportamento, o compele a ter uma determinada reação, isto é, responder ou reagir ao que lhe foi instado.

Destarte, o locutor, no ato de enunciação, atribui papéis languageiros a si e ao interlocutor, que pode ser de superioridade ou de inferioridade. No que diz respeito à primeira:

- O sujeito falante se enuncia em *posição de superioridade* em relação ao interlocutor, atribuindo a si papéis que *impõem* ao interlocutor a execução de uma ação (“fazer/fazer” / “fazer/dizer”). Essa *imposição* do locutor sobre o interlocutor estabelece entre ambos uma *relação de força*. É o caso das modalidades de “Injunção”, “Interpelação”, etc. (CHARAUDEAU, 2016, p. 82).

No que tange à segunda, afirma o autor:

- O sujeito falante enuncia em *posição de inferioridade* em relação ao interlocutor e assume papéis nos quais necessita do “saber” e do “poder fazer” do interlocutor. Produz-se uma “solicitação” do locutor ao interlocutor, o que estabelece entre ambos uma relação de petição. É o caso das modalidades de “Interrogação” e de “Petição”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 82).

No comportamento elocutivo, o sujeito falante expressa seu ponto de vista, o que o autor denomina de propósito referencial, sem que o interlocutor esteja implicado no posicionamento adotado. Desse modo, “o resultado é uma enunciação

que tem como efeito *modalizar subjetivamente* a verdade do Propósito enunciado, *revelando* o ponto de vista *interno* do sujeito falante.”. (CHARAUDEAU, 2016, p.83, grifos do autor).

Esse ponto de vista sobre o mundo, segundo o autor, pode ser especificado de cinco maneiras:

- Ponto de vista do *modo de saber*, que especifica de que maneira o locutor *tem conhecimento* de um Propósito. Corresponde às modalidades de “Constatação” e de “Saber/ Ignorância”.
- Ponto de vista de *avaliação*, que especifica de que maneira o sujeito *julga* o Propósito enunciado. Corresponde às modalidades de “Opinião” e de “Apreciação”.
- Ponto de vista de *motivação*, que especifica a *razão* pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do Propósito referencial. Corresponde às modalidades de “Obrigação”, “Possibilidade” e “Querer”.
- Ponto de vista de *engajamento*, que especifica o grau de *adesão* ao Propósito. Corresponde às modalidades de “Promessa”, “Aceitação/ Recusa”, “Acordo/ Desacordo”, “Declaração”.
- Ponto de vista de *decisão*, que especifica tanto o estatuto do locutor quanto o *tipo de decisão* que o ato de enunciação realiza. Corresponde à modalidade de “Proclamação”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 83).

No comportamento delocutivo, o locutor se apaga no ato de enunciação e não implica o interlocutor. Nesse sentido, o locutor atua como uma testemunha, o discurso produzido é desvinculado da sua subjetividade¹, com o fito de submergir, no ato de comunicação, a fala de um terceiro. De acordo com o autor, podem então apresentar-se duas possibilidades:

- O Propósito se impõe por si só. O locutor diz “como o mundo existe” relacionando-o a seu modo e grau de asserção. É o caso das modalidades de “Evidência”, “Probabilidade”, etc.
- O Propósito é um Texto já produzido por um locutor, e o sujeito falante atuaria apenas como um relator (que, como sabemos, pode ser mais ou menos objetivo). Ele relata “o que o outro diz e como o outro diz”. É o caso das diferentes formas de “Discurso relatado”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 83).

3.2.1 Procedimentos para a construção enunciativa

De acordo com Charaudeau (2016), os procedimentos da construção enunciativa são de ordem linguística, “que explicitam os diferentes tipos de relações do ato enunciativo, através dos processos de modalização do enunciado” (CHARAUDEAU, 2016, p. 84) e de ordem discursiva, “que contribuem para pôr em cena os outros Modos de organização do discurso (Descritivo, Narrativo, Argumentativo)”. (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 84).

¹ Todo discurso possui traços de subjetividade. No comportamento delocutivo, Charaudeau (2016) salienta que o desvínculo da subjetividade seria uma espécie de jogo em que o sujeito falante busca desaparecer por completo do ato de enunciação. (CHARAUDEAU, 2016, p.83).

No que tange aos procedimentos discursivos, estes são abordados sob diferentes perspectivas, a partir do Modo de Organização adotado e, com base em nossa pesquisa, trataremos mais à frente quando detalharmos o Modo de organização argumentativo.

No que diz respeito aos procedimentos linguísticos, esses são a expressão dos comportamentos enunciativos através das categorias de língua, que Charaudeau (2016) identifica como modalidades alocutivas, elocutivas e delocutivas.

Dessa forma, na modalidade alocutiva podem ser encontradas as categorias modais de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, interrogação e de petição.

Podemos perceber o uso da modalidade alocutiva na entrevista, objeto de nossa análise, nos seguintes trechos:

Fernando Haddad: *Você está perguntando para o Fernando Haddad?*

William Bonner: Sim, candidato à presidência.

William Bonner: Errar ou conspirar, candidato?

Fernando Haddad: *Errar. Você está perguntando a minha opinião. Eu nunca usei a palavra conspirar. Eu sempre disse...*

William Bonner: Foram muitos os petistas que recorreram a essa expressão.

Fernando Haddad: *Você diga o nome...*

William Bonner: Não é necessário.

Nos trechos acima temos o comportamento alocutivo em que o locutor Fernando Haddad enuncia em posição de inferioridade, estabelecendo entre ambos uma relação de petição. Embora façamos uma análise mais detalhada em capítulo específico, podemos antecipar que a posição ocupada pelo político-candidato na entrevista concedida ao Jornal Nacional é de inferioridade, marcada por muitas interferências e pedidos de fala aos seus parceiros, no ato comunicativo.

Na modalidade elocutiva podem ser verificadas a presença de categorias modais de constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, possibilidade, querer, promessa, aceitação/recusa, concordância/discordância, declaração e proclamação.

Para exemplificar, extraímos do *corpus* as seguintes passagens em que Fernando Haddad faz uso desse tipo dessa modalidade:

Fernando Haddad: (...) Então, *eu não estou aqui querendo dizer que não houve falha na fiscalização da Petrobras*, porque o papel de um governo é também, não só...

Fernando Haddad: Eu volto a repetir, eu entendo que a situação é muito diferente. *Eu discordo da sua afirmação de tentar envolver, por exemplo, a presidenta Dilma*, pelo fato de que...

No primeiro trecho, há o ponto de vista de avaliação, que como afirma Charaudeau (2016), especifica a maneira como o sujeito julga o propósito enunciado. No segundo trecho, há o ponto de vista de engajamento, por meio do da modalidade de “acordo/desacordo”.

Por último, na modalidade delocutiva, as categorias modais que a caracterizam são a asserção e o discurso relatado.

Para fins de ilustração, podemos observar o uso da modalidade delocutiva na entrevista de Fernando Haddad ao Jornal Nacional no seguinte trecho:

Fernando Haddad: As informações que ele tinha era que o PSDB era de santos, o PMDB era de santos e o PP era de santos e o demônio do país virou o PT. ***E isso se provou errado.***

No trecho acima, podemos notar perfeitamente o comportamento delocutivo através da possibilidade de evidência quando o candidato utiliza a expressão “se provou errado” que incorpora uma verdade que não é apenas do universo do candidato, mas reverbera como uma verdade universal.

3.3 MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO

Os estudos sobre a argumentação iniciaram na Antiguidade com a Retórica, quando os gregos já buscavam compreender como um orador deveria se portar e comunicar para conquistar o seu público. De acordo com Charaudeau (2016), os gregos já eram conscientes que ter influência sobre o outro envolvia mais que o uso da lógica, tendo em vista que o ser humano também é constituído de paixões. Desse modo, o autor assevera que essa distinção entre razão de um lado e persuasão de outro, acompanha desde sempre os estudos sobre a argumentação.

Argumentar seria, portanto, numa explicação bastante simplista, orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões. Para Charaudeau (2016):

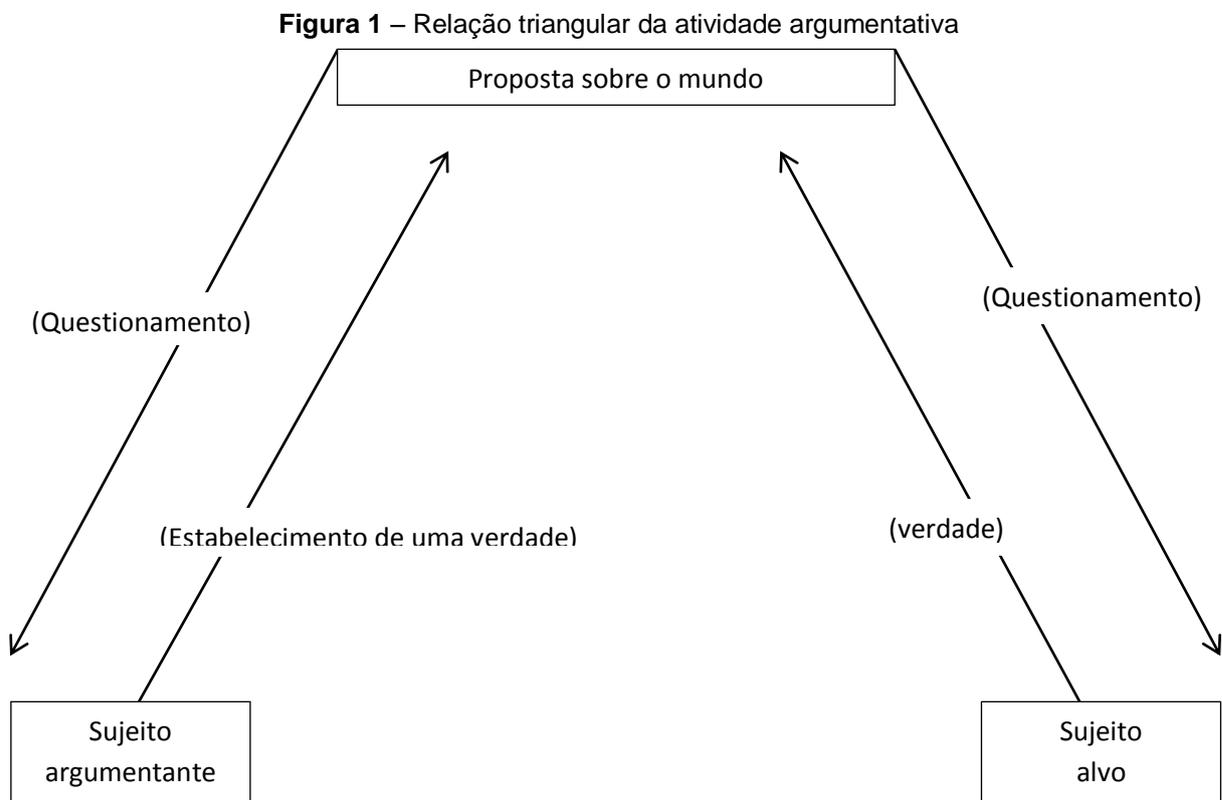
(...) argumentar é uma atividade que inclui numerosos procedimentos, mas o que distingue esses procedimentos daqueles de outros modos de discurso é precisamente o fato de que se inscrevem numa finalidade racionalizante e fazem o jogo do raciocínio que é marcado por uma lógica e um princípio de não contradição. (CHARAUDEAU, 2016, p. 207).

Contudo, antes de chegar a essa definição, o autor ressalta que são necessárias algumas ponderações: a primeira delas é a de que a argumentação está relacionada ao domínio discursivo e não somente à estrutura transfrástica; a segunda é a de que não se deve confundi-la com outros atos de discurso como a

negação e a refutação; e a terceira é a de que para que haja argumentação, é necessário que exista:

- uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento, em alguém quanto à sua legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta).
- um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade) quanto a essa proposta.
- um outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação. (CHARAUDEAU, 2016, p. 205).

Assim, a argumentação pode ser definida numa relação triangular que envolve um sujeito argumentante, uma proposta e um sujeito alvo, conforme ilustrado na figura abaixo:



Fonte: Charaudeau (2016)

Portanto, de acordo com Charaudeau (2016), argumentar é uma atividade discursiva onde o sujeito argumentante busca racionalidade e influência. Essa busca racional pelo verdadeiro ou mais verdadeiro pode ser da ordem da experiência ou do conhecimento sobre determinado tema. Já a busca pela influência deriva da

primeira, tendo em vista que o sujeito argumentante mobiliza saberes universais, lógicos para persuadir o outro do seu propósito, sua convicção.

Isso posto, podemos perceber que a argumentação é uma totalidade e o modo de organização argumentativo contribui para a sua construção. Para o autor:

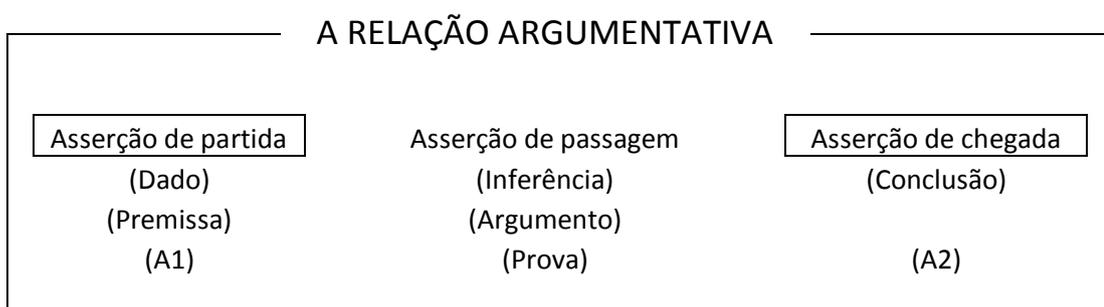
A argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva. (...) O argumentativo, como Modo de organização do discurso, constitui a mecânica que permite produzir argumentações sob essas diferentes formas. (CHARAUDEAU, 2016, p. 207).

O modo de organização argumentativo tem por finalidade a construção de explicações sobre asserções feitas sobre o mundo numa perspectiva de razão demonstrativa e razão persuasiva. Essa se baseia em um mecanismo que busca estabelecer a prova com a ajuda de argumentos que justifiquem as propostas acerca do mundo e as relações de causalidade que unem essas asserções por meio de uma encenação argumentativa. Aquela se baseia em um mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas por meio da lógica argumentativa.

3.3.1 Elementos linguísticos da argumentação: a lógica argumentativa

A organização da lógica argumentativa está relacionada à razão demonstrativa e está estruturada em componentes e procedimentos. No que diz respeito aos componentes da lógica argumentativa, estes são constituídos pelos elementos de base da relação argumentativa, pelos modos de encadeamento, pelas modalidades e pelo escopo de valor de verdade. Acerca dos elementos de base, Charaudeau (2016) afirma que toda relação argumentativa é composta por pelo menos três elementos, quais sejam: uma asserção de partida, uma asserção de chegada e uma (ou várias) asserção de passagem, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 2 – A relação argumentativa



Fonte: Charaudeau (2016)

Como o próprio nome indica, a asserção de partida, simbolicamente representada por A1, “representa um dado de partida destinado a fazer admitir uma outra asserção em relação à qual ela se justifica. Pode, portanto, ser chamada de dado ou premissa.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 209). De acordo com o autor, essa asserção é uma fala sobre o mundo cuja finalidade é fazer existirem os seres, lhes atribuir propriedades e descrevê-los em suas ações.

A asserção de chegada, simbolicamente representada por A2, “representa o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida (A1) em decorrência da relação que une uma à outra”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 209). Essa relação será sempre de causalidade (causa ou consequência) e pode ser chamada de conclusão da relação argumentativa e representa a legitimidade da proposta.

À asserção ou conjunto de asserções que unem A1 e A2, considerando que o caminho de uma à outra não ocorre de modo arbitrário, o autor denomina asserção de passagem e postula que essa asserção:

Representa um *universo de crença* sobre a maneira como os fatos se determinam mutuamente na experiência ou no conhecimento de mundo. Esse universo de crença deve, portanto, ser compartilhado pelos interlocutores implicados pela argumentação, de maneira a ser estabelecida a *prova* da validade da relação que une A1 e A2, o *argumento* eu, do ponto de vista do sujeito argumentante, deveria incitar o interlocutor ou o destinatário a aceitar a proposta como verdadeira. (CHARAUDEAU, 2016, p.209).

A asserção de passagem, que de acordo com o autor é frequentemente não dita, implícita, pode ser chamada de prova, inferência ou de argumento, a depender do quadro de questionamento no qual se inscreve.

Como vimos, a relação argumentativa é definida no seu fundamento como uma relação de causalidade. Assim, Charaudeau (2016) pontua ser normal que as relações lógicas das categorias de Implicação e de Explicação são destinadas a expressá-la, mas que outros tipos de relações lógicas podem se inscrever diretamente numa relação argumentativa e adquirirem um valor de causalidade.

As articulações lógicas que podem se inscrever num modo de encadeamento geral de causalidade são: a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição, a causa, a consequência e a finalidade.

Charaudeau (2016) postula que há condições de realização, denominadas de modalidades, para a passagem de uma asserção de partida a uma asserção de chegada a partir do lugar e da função do argumento da inferência numa relação

argumentativa, que pode ser situada no domínio do possível, do necessário e do provável.

No eixo do possível estão inscritos o domínio do possível, do provável e também da presunção. Esse eixo se caracteriza pelo fato de que A2 não é a conclusão única de A1. Segundo o autor:

- O vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do possível: A2 é uma conclusão aleatória dentre outras: “O que você vai fazer domingo? – Eu ainda não sei... Se o tempo estiver bom (A1), talvez ir à praia (A2).”
- O vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do provável, é o objeto de um cálculo: A2 é uma conclusão que se impõe, mas relativamente a certas circunstâncias que aumentam ou diminuem sua probabilidade de ocorrência: “Há 80% de chances de que a causa dessa doença (A1) seja um vírus (A2)”. (...)
- O vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem da presunção – A2 é a conclusão que se impõe na ausência de indicação contrária: “A menos que me mostrem a prova do contrário, direi, por ora, que ele é (A1) o responsável pelo acidente (A2).” (CHARAUDEAU, 2016, p. 2012).

No que tange ao vínculo modal do provável, o autor menciona que há uma variante, qual seja, a plausibilidade, onde, ao invés de um cálculo quantitativo temos um cálculo qualitativo que se funde com a experiência, logo, com a veracidade da conclusão.

No domínio do eixo do obrigatório está inscrito o domínio do necessário e ainda indiscutível e do exclusivo. Esse eixo se caracteriza pelo fato de A2 representar obrigatoriamente a conclusão de A1. Sobre esse eixo o autor assevera:

- O vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do necessário; A2 é uma conclusão entre outras, mas obrigatória: “Se você quiser entrar nesta boate (A1), tem que pagar 50 reais.” (mas pode haver outras condições).
- O vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do indiscutível; A2 é a conclusão que se impõe diante de A1, na medida em que a negação de A2 provocaria a negação de A1, mas nada garante que A1 seja a única asserção que possa ter essa relação com A2: “Tudo o que você encontrar nesta escrivania (A1) é para jogar no lixo (A2)” (mas é possível que outras coisas, em outros locais, sejam igualmente próprias para se jogar no lixo).
- O vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do exclusivo; A2 é a conclusão que se impõe diante de A1, na medida em que a negação de A2 conduziria à negação de A1. Além disso, somente A1 se encontra nessa relação com A2: “Para ser feliz (A1) preciso de amor (A2)”. (Se não tenho amor não sou feliz). (CHARAUDEAU, 2016, p. 212-213).

Semelhante aos tipos de vínculos modais entre asserções mencionados acima, mas distintos desses por abrangerem a proposta em sua totalidade, o escopo do valor de verdade, segundo Charaudeau (2016), se caracteriza como “o conjunto da relação argumentativa que está sob o ‘escopo’ do valor de verdade: ‘para todos os casos’ (generalização), ‘para um caso específico’ (particularização), ‘para um caso suposto’ (hipótese).” (CHARAUDEAU, 2016, p. 213).

Na generalização, como o nome preconiza, a proposta é válida para um grande número de casos que se repetem com certa frequência. Na particularização, a proposta vale para um caso específico que depende de circunstâncias particulares. Na hipótese, a proposta depende do grau de existência que é atribuído a A1.

Os diferentes componentes da lógica argumentativa combinam-se entre si e resultam em modos de raciocínio que permitem organizar a lógica argumentativa em relação com a razão demonstrativa. Destarte, esses modos de raciocínio estão inscritos numa determinada encenação argumentativa e se combinarão com os componentes dessa encenação.

Charaudeau (2016) elenca então como modos de raciocínio a dedução, a explicação, a associação, a escolha alternativa e, a concessão restritiva. O primeiro modo, a dedução, “se baseia em A1 para chegar a uma conclusão A2, conclusão que representa a sequência, o resultado, o efeito, em resumo, a consequência mental da tomada em consideração de A1, através de uma inferência.” (CHARAUDEAU, 2016, p.214). Assim, podemos dizer que A1 é a causa, a origem e A2 a consequência. Ainda de acordo com o autor, a dedução pode ser de variados tipos e menciona as seguintes: a dedução por silogismo, a dedução pragmática e a dedução condicional.

O segundo modo de raciocínio é a explicação, que de acordo com Charaudeau (2016), é um modo que se assemelha ao anterior, a dedução, posto que nesse ele também se baseia em A1 para chegar a uma conclusão A2, contudo, se difere do primeiro tendo em vista que dessa vez, A2 representa a origem. Para o autor: “Ao mesmo tempo, A1 representa a consequência de A2, e pode-se dizer que, na explicação, A1 e A2 encontram-se numa relação de causalidade que é orientada da consequência para a causa”. (CHARAUDEAU, 2016, p.215). O autor afirma que há vários tipos de explicação e menciona as seguintes: a explicação por silogismo, a explicação pragmática, a explicação por cálculo e a explicação hipotética.

O terceiro modo de raciocínio, a associação, é um modo que segundo o autor, pode utilizar a conjunção, a causa ou ainda a consequência como encadeamento e que tem como principal característica “colocar A1 e A2 numa relação de contrário ou identidade.” (CHARAUDEAU, 2016, p.216). A associação dos contrários consiste no trabalho com paradoxos e é frequentemente utilizado em textos cuja finalidade é de sedução, como a publicidade. A associação do idêntico, também denominada de

tautologia consiste na redundância de termos. Ambas as associações deveriam ser eliminados como procedimentos da argumentação, o primeiro por não atender ao princípio da não contradição, o segundo pela redundância.

O quarto modo de raciocínio, a escolha alternativa, se inscreve num raciocínio dedutivo e explicativo. De acordo com o autor, “coloca em oposição duas relações argumentativas ($A1 \rightarrow A2$ e $A'1 \rightarrow A'2$), deixando a possibilidade de escolher entre as duas, ou mostrando a incompatibilidade que resultaria da conjunção das duas.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 217-218). Esse modo pode ocorrer por incompatibilidade, por escolha entre positivo/negativo, escolha entre duas negativas ou pela escolha entre duas positivas.

O quinto modo de raciocínio, a concessão restritiva, que assim como o anterior também se inscreve num raciocínio dedutivo, “consiste em aceitar $A1$, em colocá-la como verdadeira, e, ao mesmo tempo, retificar a relação argumentativa.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 218). Em outras palavras, aceita-se a asserção de partida, mas há a contestação de que essa asserção possa levar à conclusão proposta.

3.3.2 Elementos discursivos da argumentação: a encenação argumentativa

A encenação argumentativa está relacionada à razão persuasiva, bem como à situação que o sujeito argumentante se encontra em relação ao seu destinatário e do contrato de comunicação que os envolve.

Para que a encenação do sujeito satisfaça às condições argumentativas é preciso que as propostas feitas pelo sujeito argumentante se inscrevam em um quadro de questionamento que possa gerar um ato de persuasão. Para o autor:

Longe de pensar, como certos teóricos, que toda asserção é necessariamente argumentativa, propomos um ponto de vista mais terra a terra que consiste em dizer: toda asserção pode ser argumentativa desde que se inscreva num dispositivo argumentativo. (CHARAUDEAU, 2016, p. 221).

Assim, esse dispositivo argumentativo é composto de três quadros, a saber: a proposta, a proposição e a persuasão. Charaudeau (2016) ressalta que esses quadros podem se superpor na configuração discursiva de uma argumentação.

No que tange à proposta, que de acordo com o autor é denominada tese por alguns estudiosos, ele assevera que ela é composta “de uma ou mais asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo (o que advém e o que é),

através de uma relação argumentativa.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 222). Já a proposição, assevera o autor, parte de um quadro de questionamento da proposta apresentada. Desse modo, as posições do sujeito podem ser de tomada de decisão, que é quando o sujeito pode se mostrar de acordo ou em desacordo com a Proposta; de não tomada de decisão, quando o sujeito não pode se mostrar nem a favor nem contra a proposta apresentada seja por motivo de ignorância ou estratégia textual. Por fim, temos a persuasão que “coloca em evidência um quadro de raciocínio persuasivo que é destinado a desenvolver uma das opções do quadro de questionamento: refutação, justificativa, ponderação”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 224).

A fim de estabelecer a prova da posição adotada na proposição, o sujeito lança mão de diversos procedimentos semânticos, discursivos e de composição.

De acordo com o autor, a existência de um dispositivo não antecipa a forma que uma argumentação pode tomar, considerando que ela depende da situação de comunicação em que o sujeito argumentante se encontra e do seu projeto de fala. Os fatores situacionais, que para o autor contribuem para a configuração de uma argumentação em forma de texto, podem ser de duas ordens: da situação de troca ou do contrato de fala.

Como já mencionado, a situação de troca linguageira pode ser monologal ou dialogal. Na primeira, o sujeito constrói a totalidade de seu texto argumentativo, colocando em evidência suas propostas e desenvolvendo o ato de persuasão através das proposições que questionam a proposta. Na segunda, tanto a proposta quanto proposição e persuasão são desenvolvidas ao longo de réplicas na troca linguageira.

Para o autor, é o contrato de comunicação que fornece as chaves de interpretação de um texto. “Pode acontecer, portanto, que o texto remeta a esse contrato (nesse caso a argumentação é explícita) ou que o dissimule (nesse caso a argumentação é implícita)” (CHARAUDEAU, 2016, p. 227).

Sobre as posições que o sujeito pode tomar em relação à veracidade da proposta, vimos que em toda argumentação o sujeito é instado a tomar posição com relação à proposta, com relação ao sujeito que a emitiu e com relação à própria argumentação.

A posição em relação à proposta, como já mencionado, o sujeito toma ou não posição quanto a proposta apresentada, isto é, age a favor ou contra a proposta, se

não toma posição, ele revê os prós e contras. A posição em relação ao emissor da proposta depende do modo pelo qual o sujeito julga, não a proposta, mas o seu emissor e podem se apresentar em vários casos como na rejeição do status do emissor, aceitação do estatuto do emissor e autojustificativa do estatuto; a posição em relação à própria argumentação, trata-se de posições que dependem do tipo de engajamento que o sujeito adota diante de seu próprio quadro de questionamento, como engajamento e argumentação polêmica ou engajamento e argumentação racional.

Quanto aos procedimentos da encenação argumentativa, Charaudeau (2016) assevera que esses têm por finalidade validar uma argumentação, ou seja, “mostrar que o quadro de questionamento (Proposição) é justificado. E, para isso, é necessário produzir a prova”. (CHARAUDEAU, 2016, p.231).

Assim, os procedimentos contribuem para provar a validade de uma argumentação. O autor menciona três:

Alguns se baseiam no valor dos argumentos. São os procedimentos semânticos.

Outros utilizam categorias linguísticas com o objetivo de produzir certos efeitos de discurso. São os procedimentos discursivos.

Outros, enfim, organizam, quando a situação de comunicação o permite, o conjunto da argumentação. São os procedimentos de composição. (CHARAUDEAU, 2016, p. 231).

Os procedimentos semânticos consistem na utilização de argumentos fundamentados em um consenso social, tendo em vista que os indivíduos que pertencem a determinada classe social compartilham de certos valores em determinados domínios de avaliação. De acordo com o autor, há cinco domínios de avaliação: o domínio da verdade, que define de maneira absoluta tanto asserções que concernem à existência de seres ou ao saber; o domínio do estético, que define em termos do belo e do feio; o domínio do ético, que define em termos de bem e de mal comportamentos humanos a partir de uma determinada moral; o domínio do hedônico, que define em termos de agradável ou desagradável o que pertence ao âmbito dos sentidos; e o domínio do pragmático, que define em termos de útil e inútil o que depende de um cálculo.

Os valores, por sua vez, correspondem às normas de representação social que são construídas em cada domínio de avaliação, isto é, para cada domínio de avaliação supramencionado há o seu respectivo valor baseado na representação social.

Os procedimentos discursivos consistem na utilização de categorias de língua ou os procedimentos de outros modos de organização para produzir determinados efeitos de persuasão. Dentre esses procedimentos, o autor destaca a definição, que pode ser de um ser ou de um comportamento; a comparação, que pode ser por semelhança, por dessemelhança, objetiva ou subjetiva; a citação, que pode ser de um dizer, de uma experiência ou de um saber; a descrição narrativa, a acumulação, que pode ser simples, uma gradação ou uma falsa tautologia e o questionamento, que pode ser de incitação a fazer, de proposta de uma escolha, de verificação do saber, de provação ou de denegação.

Os procedimentos de composição, de acordo com o autor, podem ser utilizados quando o sujeito argumentante tem a possibilidade de construir sua argumentação em texto oral ou escrito e consistem em repartir, distribuir os elementos ao longo do texto para facilitar a sua compreensão ou ainda a localização das articulações de raciocínio utilizadas denominadas respectivamente de composição classificatória e composição linear.

A composição linear, que “consiste em programar os argumentos segundo uma certa cronologia, acompanhada de um jogo de vai e vem entre seus diferentes momentos e de uma pontuação dos tempos fortes da argumentação” (CHARAUDEAU, 2016, p. 244).

A composição classificatória, que de acordo com o autor também pode ser chamado de taxonômico, consiste na retomada de diferentes argumentos e apresentando-os de modo resumido, através de resumos, quadros ou figuras.

4. O ETHOS COMO ESTRATÉGIA NO DISCURSO POLÍTICO

4.1 O ESTUDO DO ETHOS

A noção de *ethos* encontra-se intimamente vinculada ao exercício da palavra, uma vez que é por meio desta que o enunciador lança mão de determinadas estratégias languageiras para convencer o seu público do seu projeto, da sua opinião. Contudo, sua definição está longe de ter um consenso, isso porque, dependendo do objetivo, o analista pode recorrer a diferentes disciplinas para subsidiar sua análise. De acordo com Auchlin (2001), o *ethos* é concebido como:

“mais ou menos dialogal (Vs. monologal), mais ou menos focal (Vs. enquadrante), mais ou menos moral (Vs. técnico), mais ou menos convencionalizado (Vs. emergente), mais ou menos intradiscursivo (Vs. mundano), mais ou menos abstrato (Vs. concreto, carnal)... (AUCHLIN, 2001, p. 201).

Ainda que o estudo do *ethos* tenha diferentes perspectivas e possa ser explorado em suas diversas problemáticas, Maingueneau (2019) assevera que há alguns princípios mínimos compartilhados:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2019, p. 17).

Dentre os princípios supramencionados, destacamos o caráter dialógico do *ethos*, pois como pontua Auchlin (2001):

O *ethos* não é exclusivamente constituído dos atributos do locutor, ele é distinto deles, exterior: são atributos com os quais o locutor “se vê revestido”. Estes atributos antropomórficos, suscetíveis de variar em “moralidade”, em “substancialidade”, em “encarnação”, conforme os usos e as concepções são oriundos da experiência afetiva do destinatário, das suas emoções interacionais. O *ethos* é ligado ao locutor na qualidade de que este constitui o epicentro do evento enunciativo. No entanto, esta é uma caracterização externa, que se institui como entidade do mundo uma entidade intra-verbal, pelo viés da troca. (AUCHLIN, 2001, p. 209).

Nesse sentido, o autor afirma que o *ethos* repousa sobre o conjunto de fatos manifestos, de maneira linguística e não linguística, na enunciação e é elaborado sobre uma base dupla de um tratamento interpretativo de dados internos aos enunciados e ao discurso e o tratamento externo, contingentes à fala, o contexto.

4.1.1 O ethos retórico

Os estudos sobre o ethos remontam à Antiguidade. É uníssono entre os especialistas que esse termo aparece, inicialmente, com Aristóteles em sua obra denominada *Retórica*, que em linhas gerais, buscava compreender e explicar como o discurso do orador poderia se tornar mais eficaz.

Para tanto, Aristóteles propôs dividir os meios discursivos ou provas do discurso em três categorias: logos, pathos e ethos. A esse respeito, informa o autor:

As provas fornecidas pelo discurso são de três espécies: a primeira encontra-se no ethos do orador, a segunda, no fato de colocar o ouvinte em certa disposição, a terceira, no próprio discurso (logos), uma vez que ele demonstra ou parece demonstrar. (ARISTÓTELES, 1356a 1 *apud* EGGS, 2019, p. 40).

De acordo com Charaudeau (2011), o logos está voltado para o domínio da razão, enquanto pathos e ethos estão voltados para o domínio da emoção. Para Eggs (2019):

(...) o logos convence em si e por si mesmo, independentemente da situação de comunicação concreta, enquanto o ethos e o pathos estão sempre ligados à problemática específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos nela implicados. (EGGS, 2019, p. 41).

É importante ressaltar que o pathos está ligado ao auditório e o ethos ao orador e que o peso dessas três provas é relativo, pois dependem do tipo de texto, do gênero discursivo adotado na situação comunicacional. No que tange ao ethos, assevera Maingueneau (2019):

A prova pelo ethos consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve então atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo. (MAINGUENEAU, 2019, p. 13).

Como podemos perceber, o autor assume a perspectiva de Aristóteles, segundo a qual a questão do ethos está relacionada à própria enunciação e não a saberes extradiscursivos sobre o locutor.

De acordo com Maingueneau (2019, p. 13): “Para dar essa imagem positiva de si mesmo, o orador pode se valer de três qualidades fundamentais: a phronesis, ou prudência, a aretè, ou virtude, e a eunoia, ou benevolência.” Contudo, para Barthes:

São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para dar uma boa impressão (...). O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: eu sou isto aqui, não aquilo lá (BARTHES, 1970, p. 212 *apud* Maingueneau, 2019, p. 13).

Mais uma vez é corroborado que a imagem de si que o enunciador pretende passar a seu público está relacionada ao ato de linguagem em si, isto é, a imagem de si construída na enunciação pode condizer ou não com a realidade do orador. Segundo Auchlin (2001):

Muitas informações, como fatos manifestos pelo acontecimento enunciativo e seu contexto, podem servir para contestar ou reforçar hipóteses referentes ao “orador”. Contudo, essas hipóteses referentes ao orador não poderiam ser “importadas”, ou por assim dizer anteriores ao discurso. Elas devem ser consequentes. (AUCHLIN, 2001, p. 215).

Somado a isto, podemos notar ainda que toda construção do ethos se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência. De acordo com Charaudeau (2011):

(...) o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. (CHARAUDEAU, 2011, p. 137).

4.1.2 Ethos na “nova retórica”

Uma das principais discussões concernentes ao estudo do ethos está em procurar identificar se a sua eficácia possui relação com o próprio ato de linguagem ou se esta é exterior à linguagem. Em disciplinas como a Sociologia, a força das palavras está na função social de quem fala e não nas palavras em si; já para a Pragmática, a eficácia da palavra está na interação verbal, não importando a função social de quem fala. Para a “nova retórica”, a constituição do ethos se dá na comunhão entre a função social e o ato de linguagem. Sobre o assunto, assevera Amossy (2019):

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante de receptores legítimos. É assim com o sermão, com a entrevista coletiva, com o poema; enfim, com todas as formas de discurso que circulam em uma sociedade. (AMOSSY, 2019, p. 120).

Pautada, sobretudo nos estudos desenvolvidos por Perelman, Amossy afirma que a nova retórica “concebe a argumentação como o conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento”. (AMOSSY, 2019, p. 123).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o auditório assume posição de extrema importância no quadro comunicacional instaurado, uma vez que as proposições do locutor são definidas e pensadas a partir da imagem que este faz de seu público. De acordo com Amossy (2019):

(...) o auditório é sempre uma construção do orador. Talvez encontremos nas duas extremidades da cadeia de comunicação pessoas reais, das quais depende, afinal de contas, o bom funcionamento ou o fracasso da operação. Contudo, a interação entre o orador e seu auditório se efetua necessariamente por meio da imagem que fazem um do outro. É a representação que o enunciador faz do auditório, as ideias e as reações que ele apresenta, e não sua pessoa concreta, que modelam a empresa da persuasão. (AMOSSY, 2019, p. 124).

Notamos, portanto, que a eficácia da troca linguageira é construída a partir de um jogo especular em que o orador molda o seu discurso às representações coletivas que ele julga serem partilhadas pelo seu público por meio da imagem que projeta deles.

De acordo com Amossy (2019), dois elementos desempenham papel essencial para o estabelecimento do ethos: O primeiro é a doxa, que “compreende o saber prévio que o auditório possui sobre o orador”. (AMOSSY, 2019, p. 124); o segundo é o estereótipo, que na perspectiva argumentativa “permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa.” (AMOSSY, 2019, p. 126).

A importância da doxa se dá pelo fato de que a partir dessa imagem pré-construída que o auditório tem de seu locutor, este poderá, através de seu discurso, tentar afirmar ou reelaborar a sua imagem. Já o estereótipo é preponderante posto que o orador adapta o discurso de si a esquemas coletivos que ele acredita ser partilhado pelo seu auditório.

Por fim, acreditamos ser pertinente ressaltar que a construção do ethos do enunciador é feita não somente por claras menções de si, o que a autora considera não ser de bom-tom, mas também pelas modalidades de sua enunciação. Isto é, “de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita” (AMOSSY, 2019, p. 126). Pois, assevera a autora:

É o conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem. Se esta é sempre em última instância singular, é preciso ver, entretanto, que a reconstrução se efetua com a ajuda de modelos culturais que facilitam a integração dos dados em um esquema preexistente (AMOSSY, 2019, p. 127).

4.1.3 Ethos discursivo

Como vimos acima, a questão do ethos está relacionada à imagem de si que o enunciador deseja transmitir ao seu enunciatário. Nesse sentido, de acordo com Charaudeau (2011), é preciso considerar dois aspectos: o ethos construído e o pré-construído: o primeiro, na filiação de Isócrates, Cícero e dos retóricos da Idade Clássica, o ethos é um dado “preexistente ao discurso” já que, para eles, é mais fácil o ouvinte ser convencido da virtude, sinceridade e amabilidade se o sujeito enunciador possuir tais características, por exemplo; o segundo, na filiação de Aristóteles, o ethos como ato de enunciação segundo o qual a imagem do locutor está diretamente relacionada ao exercício da palavra e não, necessariamente, ao indivíduo real.

Considerando as duas linhas de raciocínio supramencionadas, Charaudeau (2011) afirma que o ethos é composto tanto pela identidade social quanto pela identidade discursiva do sujeito, isto é, para construir a imagem do sujeito que fala, esse se apoia, concomitantemente, nos dados preexistentes ao discurso e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. Embora o ethos seja o resultado dessa dupla identidade, elas acabam de fundindo em uma única identidade. Contudo, adverte Charaudeau (2011):

Isso não quer dizer que o sujeito que fala ignoraria que ele pode jogar com sua identidade social e com sua identidade discursiva e que ele se privaria de fazê-lo; nem que interlocutor (ou leitor) seria sempre pego pela armadilha da identidade discursiva, não vendo a identidade social que se encontra escondida atrás dela; nem que, ao contrário, o interlocutor interpretaria o discurso recebido apenas em função da identidade social que conheceu sendo sensível ao que é dito. (CHARAUDEAU, 2011, p. 116).

Assim, podemos dizer que a identidade dos sujeitos é formada pela imagem construída a partir desse encontro e que cada sujeito é para o outro apenas uma imagem, uma representação.

De acordo com Maingueneau (2019), essa distinção, que ele denomina de ethos discursivo e ethos pré-discursivo, é apenas uma das dificuldades ligadas à noção de ethos e ressalta que existem circunstâncias ou mesmo tipos de discurso, como um texto de um autor desconhecido, em que é esperado que o enunciatário não consiga realizar nenhuma representação prévia do autor, mas, no domínio político isso não ocorre, tendo em vista que os participantes da cena linguageira geralmente estão presentes nas mídias e são conhecidos por seus interlocutores.

4.2 ETHOS E IMAGINÁRIO SOCIAL: O ETHOS POLÍTICO

De acordo com Charaudeau (2011), a questão da identidade perpassa por representações sociais, uma vez que o sujeito falante não pode ter outra realidade além da que lhe é permitida pelas representações que circulam em determinado grupo social, as chamadas formações discursivas. A esse respeito, assevera:

(...) Na medida em que o ethos está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos. Em último caso, os grupos julgam os outros grupos com base em um traço de sua identidade. (CHARAUDEAU, 2011, p. 117)

Essa essencialização de que trata Charaudeau é o correspondente à estereotipagem em Amossy (2019). Como vimos, a constituição do ethos é complexa, uma vez que os sujeitos constroem imagens dos interlocutores com base nessas imagens cristalizadas, além é claro, da cena enunciativa.

Charaudeau (2011) classifica o desenvolvimento das figuras identitárias do discurso político em duas grandes categorias de ethos: o ethos de credibilidade e o ethos de identificação. Para o autor: “Os primeiros são fundados em um discurso da razão (...); os segundos, em um discurso do afeto.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 118).

4.2.1 Os ethé de credibilidade

De acordo com Charaudeau (2011) os ethé de credibilidade estão diretamente relacionados à identidade discursiva do sujeito político, isto é, esses ethé são utilizados com o fito de que o público seja conduzido a acreditar que o que foi dito é verdadeiro, portanto digno de crédito. Para tanto, é necessário que o discurso corresponda a determinadas condições, conforme ressalta o autor:

(...) condição de *sinceridade*, que, como no discurso de informação, obriga a dizer a verdade; condição de *performance*, que – como acontece com todo discurso que anuncia decisões e é feito de promessas – obriga a aplicar o se promete; condição de *eficácia*, que obriga a provar que o sujeito tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos. (CHARAUDEAU, 2011, p. 120 – grifos do autor).

Assim, para responder a essas condições, o político busca construir o ethos de sério, de virtuoso e de competente junto à instância cidadã.

4.2.1.1 O ethos de sério

Esse ethos depende das representações que cada grupo social faz de quem é sério e de quem não é. É construído por intermédio de índices corporais e mímicos, comportamentais e verbais. Contudo, o autor adverte que há uma linha tênue entre a seriedade, uma característica positiva, e a austeridade, uma característica negativa. Assim, o sujeito político corre o risco de, ao tentar ser sério demais, parecer altivo ou pretensioso.

Para construir o ethos de sério, Charaudeau (2011) afirma que:

(...) as promessas firmadas que exprimem a justa medida, a consciência dos limites, a recusa da demagogia, a necessidade de ajustar os projetos aos meios existentes – ainda que tenham um efeito um pouco deceptivo ao olhar de uma aspiração social – serão capazes de garantir o espírito de seriedade que convém ao político e de construir a imagem daquele que, reivindicando para si certo pragmatismo, preocupa-se com o bem público de maneira realista. (CHARAUDEAU, 2011, p. 122).

4.2.1.2 O ethos de virtude

Esse ethos, de acordo com Charaudeau (2011, p. 122), “exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal.”.

Todavia, essa imagem só pode ser construída através do tempo, tendo em vista que somente à medida que o político participe da vida política é que o povo terá condições de julgar se ele apresenta fidelidade aos compromissos e ideais que prega em seus discursos.

Ainda no que tange à honestidade pessoal, Charaudeau (2011) assevera ser de extrema importância que o sujeito político detenha uma moral ilibada, que seu nome não esteja vinculado a escândalos, tanto na vida pessoal quanto na vida pública. Para o estudioso:

(...) Essa imagem – em oposição àquela do ardiloso – remete à retidão e à sinceridade, tanto na vida pública quanto na vida privada: dizer o que pensa, ter uma vida transparente (nada a esconder), não ter participado de negócios escusos e mostrar que seu engajamento político não foi motivado por uma ambição pessoal. Essa honestidade pode igualmente exprimir-se em relação aos adversários em termos de lealdade: aquele que combate seu oponente sem jamais desferir golpes baixos e que, em caso de derrota, é capaz de reconhecer a validade do julgamento do outro e mesmo seus próprios erros. (CHARAUDEAU, 2011, p. 123).

No que concerne ao ethos de virtude, o autor ressalta que essa imagem pode ser tomada para si, através do discurso do político ou ainda lhe ser atribuída pelos seus colaboradores.

4.2.1.3 O ethos de competência

Para que o político obtenha esse ethos é necessário que ele possua, concomitantemente, saber e habilidade, isto é, que detenha os meios e o conhecimento necessários para a realização de seus objetivos. Assim:

Os políticos devem, portanto, mostrar que conhecem todas as engrenagens da vida política e que sabem agir de maneira eficaz. É pela visão do conjunto do percurso de um político que se pode julgar seu grau de competência. (CHARAUDEAU, 2011, p. 125).

O autor afirma ainda que essa imagem é difícil de ser associada aos políticos iniciantes, tendo em vista não poderem utilizar em seus discursos a experiência adquirida em situações semelhantes.

4.2.2 Quando a credibilidade é afetada: o discurso de justificação

Elencamos acima os ethé que contribuem para a formação do ethos de credibilidade pelo sujeito político perante o seu público. No entanto, de acordo com Charaudeau (2011), essa credibilidade é alvo de vários questionamentos, sobretudo, pelos adversários ou, ainda, pelas contradições entre discurso e ações.

Ante o exposto, o político se vê obrigado a produzir o discurso de justificação, que visa sanar as inconsistências de seus atos ou emitir declarações buscando se inocentar de acusações ou críticas.

Nesse sentido, escolher o tipo de justificação é uma tarefa complexa, posto que o simples fato de o político, ao optar por utilizar esse tipo de discurso dá a entender que ele reconhece a existência de uma crítica ou de uma acusação. Segundo o estudioso: “A justificação não é propriamente uma confissão, mas ela acaba reforçando a ideia de que efetivamente foi cometida uma falta, um erro, uma infração.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 126).

Há três estratégias para aqueles políticos que desejam preservar a sua imagem através do discurso de justificação: a negação, a razão superior e a não intencionalidade.

A primeira estratégia, a negação, consiste em “rejeitar a denúncia, em contestar a acusação e a declará-la nula e improdutora, o que significaria que não há o que justificar.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 127).

A segunda estratégia, a razão superior, consiste em “responder à denúncia explicando por que o ato foi realizado.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 129). O motivo

para a realização de tal ato, de acordo com o autor, pode ser: a) em nome do Estado, “que é fiadora da identidade de um povo, de sua integridade, de sua grandeza e de seu território”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 129); b) em nome da lei, “(...) defender a ideia de que as instituições são as mantenedoras da vida em sociedade, que elas existem com o consentimento dos cidadãos”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 130; c) em nome do realismo, que “consiste em persuadir o interlocutor de que não há boas ideias em si mesmas, de que as ideias têm valor apenas na medida em que podem ser aplicadas”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 131).

A terceira estratégia, a não intencionalidade, consiste em “evocar o caráter não intencional do ato, cujo efeito deve ser o de livrar seu autor da posição de acusado”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 132). Contudo, isso não apagará o resultado negativo da ação e para atenuar os danos, o discurso de justificação poderá ser construído com argumentos de inocência, de ignorância, das circunstâncias e da responsabilidade coletiva.

O argumento de inocência pode ser expresso de duas maneiras: não compreender a causa da recriação ou proclamar obediências às ordens. Na primeira, “apenas seguiu-se a ordem natural das coisas” (CHARAUDEAU, 2011. p. 132), na segunda “é o não questionamento do que está em jogo na ordem recebida ou sobre as consequências advindas, ainda que fatais”. (CHARAUDEAU, 2011. p. 132).

O argumento da ignorância “retira da acusação a possibilidade de atribuir ao acusado a intenção voluntária de cometer um ato que causa prejuízos a outros” (CHARAUDEAU, 2011, p. 133). A ignorância pode dizer respeito aos fatos, residir na participação não consciente do autor do ato ou ainda ser proveniente de um erro de cálculo e afirma:

O discurso de justificação pela ignorância deixa inteira a questão de saber se ela é real ou simulada, se é tolerável ou não, tendo em vista a posição do sujeito, e se ela lhe retira toda a responsabilidade pelos atos praticados. (CHARAUDEAU, 2011. P. 134).

O argumento das circunstâncias consiste em “fazer a acusação se deslocar das pessoas para o que preside a tomada de decisão ou a realização da ação”. (CHARAUDEAU, 2011, p.134). Para o autor:

O discurso de justificação consiste, então, em colocar em evidência que o que é incriminado não o é apenas a posteriori e que, ainda que mudanças tenham sido produzidas, elas não permitem julgar o comportamento atual com as medidas do passado. (CHARAUDEAU, 2011, p. 134).

Esse discurso de justificação é frágil, pois, ainda que as circunstâncias sejam do passado, o político poderia reconhecer a sua responsabilidade.

O argumento da responsabilidade coletiva equivale à pergunta “por que eu, se éramos muitos?” Pois, de acordo com o autor, “Assim, não apenas se poderia acusar o indivíduo, mas além disso, sua responsabilidade seria diluída diante da pluralidade de atores”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 135).

Charaudeau (2011) ressalta, entretanto, que nenhum discurso de justificação consegue restabelecer a imagem de credibilidade que dispunha o político antes de ser afetada por declarações infelizes, pois:

O ethos de credibilidade é, ao mesmo tempo, um construto e um atributo, ou, mais precisamente, uma construção sobre um atributo. É um construto em virtude da maneira pela qual o sujeito encena sua identidade discursiva. É um atributo em virtude da identidade social que o sujeito possui e que depende, ao mesmo tempo, de seu estatuto e da maneira como o público o percebe. (CHARAUDEAU, 2011, p.136).

Como podemos notar, o ethos de credibilidade é construído na interação entre a identidade social e discursiva do sujeito, isto é, entre quem ele quer parecer e quem realmente é.

4.2.3 Os ethé de identificação

Os ethé de identificação são imagens extraídas dos discursos voltados para o afeto. De acordo com Charaudeau (2011), tentar descrevê-los e classifica-los é uma questão complicada, posto que:

Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, e viu-se que esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários. É a razão pela qual os políticos, conscientes disso, jogam com valores opostos, até mesmo contraditórios: tal político vai querer mostrar-se, ao mesmo tempo, tradicional, mas também moderno; sincero, mas igualmente sagaz; poderoso, mas simultaneamente modesto etc., sem contar que algumas imagens, que poderíamos julgar em si mesmas negativas, podem tornar-se positivas em certas circunstâncias. (CHARAUDEAU, 2011, p. 137).

Não obstante, o autor destaca as mais recorrentes, quais sejam: ethos de potência, ethos de caráter, ethos de inteligência, ethos de humanidade, ethos de chefe e ethos de solidariedade.

4.2.3.1 O ethos de potência

Esse ethos está relacionado à força física e é predominantemente mais masculino. Para o autor:

(...) Daí a existência de determinadas versões populistas, na medida em que é exaltado o papel do corpo como prova de verdade, papel que pode ir até às vias de fato em manifestações ou comícios, à realização de proezas físicas pessoais, à organização de comícios com encenações que glorifiquem a força, a apresentação de si como vociferador pela voz e pelo verbo. (CHARAUDEAU, 2011, p. 139).

Todavia, o estudioso salienta que não se deve confundir potência com poder, já que, enquanto o primeiro é relativo ao indivíduo, o segundo é resultado de uma ação coordenada cuja finalidade é a organização da vida coletiva.

Por fim, o autor assevera que, felizmente, há imagens mais afáveis desse ethos de potência, que mostram, por exemplo, a sua determinação em agir, seja por meio da execução de ações ou mesmo participando ativamente das diversas frentes nas campanhas eleitorais como comícios em diversos lugares, entrevistas, debates etc.

4.2.3.2 O ethos de caráter

O autor ressalta, inicialmente, que não se deve confundir caráter com potência, pois a potência, como vimos acima, está relacionada à força do corpo e o caráter está relacionado à força do espírito.

Dito isso, assevera que quando é dito que alguém possui caráter, essa imagem pode aparecer através de diversas figuras. Vejamos abaixo um pouco mais de cada uma delas.

A primeira é a vituperação, segundo a qual, o político brada, “berra” ao se expressar. O autor salienta que a figura da vituperação não deve ser confundida com o a do vociferador presente no ethos de potência. Isso por que:

Essa última [potência] resulta de uma manifestação imperiosa do corpo que provém de pulsões não controladas. Aqui, ao contrário, o berro é dominado, ele testemunha uma indignação pessoal e provém de um julgamento da mente, que tem necessidade de ser expresso como força. (CHARAUDEAU, 2011, p. 141).

Contudo, o estudioso pontua que para a vituperação surtir efeito político positivo, é necessário ter em mente que o político esteja em posição que justifique esses berros, que são, quase sempre, com reações em situações imediatas às declarações, decisões ou comportamentos de alguém.

É preponderante notar, porém, que essa atitude pode acarretar em um lado negativo para os demais membros do grupo ao qual pertence aquele que bradou. Para Charaudeau (2011):

Efetivamente, essa atitude, ao colocar em primeiro plano a personalidade do indivíduo, pode fazer com que aquele que assim se exprime perca a solidariedade dos demais, criando desconforto entre os outros membros do mesmo grupo. (CHARAUDEAU, 2011, p. 140).

As variantes da figura de vituperação são a provocação e a polêmica. Sobre a primeira, informa o autor:

A provocação é feita com declarações que têm por fim único fazer alguém reagir, a ponto de não se saber jamais se suas manifestações devem ser consideradas reflexo do pensamento daquele que as enuncia. Evidentemente, a dúvida deve sempre subsistir, pois para que uma provocação seja eficaz, é preciso que ela tenha ao menos a aparência de sinceridade. (CHARAUDEAU, 2011, p. 141).

A polêmica, por sua vez, aparece, sobretudo, em debates, pois de acordo com Charaudeau (2011), “(...) os debatedores, que são também adversários, encontram-se em uma situação conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando argumentos de seu oponente.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 142). O autor destaca ainda que essa variante pode ser positiva ou negativa, depende da maneira como um grupo valoriza a polêmica.

De acordo com Charaudeau (2011), o político que deseja mostrar que possui caráter sem, contudo, aderir à provocação, pode recorrer à estratégia da advertência, que “(...) é uma modalidade enunciativa que consiste em anunciar de antemão qual é a posição do sujeito, qual será seu limite e, eventualmente, quais são as consequências negativas para o sujeito advertido.” (CHARAUDEAU, 2011, p.142).

Porém, se o político optar por essa estratégia, é necessário levar em conta que, caso o seu discurso ultrapasse os limites que definiu *a priori*, seu prestígio pode ser abalado.

A segunda figura do ethos de caráter é a força tranquila ou controle de si. De acordo com Charaudeau (2011): “O político que demonstra esse gênero de atitude constrói para si uma imagem de homem que pensa antes de agir e que toma suas decisões após ter ponderado os prós e os contras de uma situação.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 143).

A terceira figura que caracteriza o ethos de caráter é a de coragem, “que dá a entender ao cidadão que o político que a possui saberá enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem ceder à demagogia”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 143).

A quarta figura, a do orgulho, é necessária ao político, pois “ela garantiria – ao menos, acredita-se nisso – seu desejo de defender os valores e a integridade

identitárias de seu povo, até com sacrifício”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 143). Contudo, também seu lado negativo quando leva o sujeito que a possui a se comportar de maneira impiedosa. Há ainda a figura da firmeza, que é a versão mais branda da figura do orgulho. Segundo Charaudeau (2011):

O ethos de caráter forte caracteriza-se, então, por uma atitude de reivindicação da ação efetiva, demonstrando energia (que não é nem a irritação nem a agressividade) e mesmo uma determinação inabalável, coisas que seriam próprias dos grandes políticos. (CHARAUDEAU, 2011, p. 144).

A moderação, quinta e última grande figura do ethos de caráter, caracteriza-se pela atitude de intermediação entre as partes em conflito. Segundo o estudioso:

A moderação do discurso político é uma atitude de conveniência tática que visa a desbloquear as situações em conflito a fim de que o acordo seja alcançado. Contrariamente ao que se poderia pensar, é preciso ter um caráter forte para ser um bom conciliador em política. (CHARAUDEAU, 2011, p. 145).

Esse caráter conciliador geralmente ocorre nos bastidores das campanhas políticas e, na maioria das vezes, não chega ao conhecimento do público em massa.

4.2.3.3 O ethos de inteligência

O ethos de inteligência integra os ethé de identificação à medida que pode provocar no público admiração e respeito pelo indivíduo que demonstra possuir tal característica. Charaudeau (2011) afirma que a inteligência é difícil de ser definida, contudo, para nossos estudos ele a define da seguinte maneira:

(...) um imaginário coletivo que testemunha a maneira como os membros de um grupo social a concebem e a valorizam. Tratando-se do político, a inteligência é percebida não em função da maneira como ele age e fala durante os acontecimentos políticos, mas também pelo que se pode apreender de seu comportamento em sua vida privada. (CHARAUDEAU, 2011, p. 145).

Duas figuras razoavelmente opostas integram esse ethos e disputam a preferência, muito embora, apesar de opostas, possam coabitar em um mesmo indivíduo.

A primeira delas é a de que “um homem culto não pode ser senão um homem de bem”. De acordo com o autor, essa figura possui uma grande tradição, sobretudo na França, e depende do capital cultural que o político possui, seja pela formação ou pela sua origem social, mas adverte que essa figura só é validada quando o político, além de possuir as características supramencionadas, as confirma pelo seu comportamento e assevera:

Isso explica por que os políticos escrevem livros, respondem a solicitações da mídia para participar de programas culturais (...). Do mesmo modo, uns se sobressaem por um estilo de escrever notável, outros tiram partido de seus títulos universitários, de sua passagem por grandes universidades. (CHARAUDEAU, 2011, p. 146).

A segunda figura é a astúcia ou malícia, como determina Charaudeau (2011) para quem:

A malícia denota um saber jogar com o ser e o parecer: saber dissimular certas intenções, fazer crer que se têm certos objetivos para melhor atingir seus fins. Essa atitude é ditada pelo fato de que todo político tem oponentes de diferentes espécies (partidos adversários, movimentos sindicais, associações patronais, econômicas, industriais e outras associações que reúnem cidadãos que podem lhes se hostis). (CHARAUDEAU, 2011, p. 146).

Como podemos observar, essa figura é mais sutil, portanto, mais difícil de ser determinada e apreendida no contexto político. A malícia pode ser percebida como positiva ou negativa.

De maneira positiva quando “testemunha a sutileza e a habilidade do político; as eventuais trapaças que ele praticar lhe seriam perdoadas em nome de seu caráter venial e/ou de sua necessária eficácia”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 147). De maneira negativa quando “a astúcia for colocada a serviço da dissimulação ou da simulação moral que permite ao político mergulhar em negócios corruptos ou desviar bens públicos, sempre fabricando uma imagem de virtude.”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 147).

Charaudeau (2011) adverte que as considerações sobre a malícia não são suficientemente claras, e que se deve levar em conta que, o que às vezes é avaliado de maneira negativa para uns, pode ser considerado positivo para outros e vice-versa.

4.2.3.4 O ethos de humanidade

Esse ethos constitui também um imaginário de grande importância para a imagem do político. Antes de defini-lo, o autor faz a seguinte definição sobre ser humano:

O ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos. (CHARAUDEAU, 2011, p.148).

A partir desse conceito chave, são apresentadas as figuras que compõem o ethos de humanidade, a saber: o sentimento, a confissão, o gosto e a intimidade.

As figuras de sentimento e de confissão são difíceis de serem manipuladas e inspiram cuidado tendo em vista que, se não forem utilizadas da maneira correta, podem atribuir ao político a imagem de fraco. Apesar da primeira, é uma figura que deve aparecer apenas em momentos específicos, como em uma visita a pessoas em condições de vulnerabilidade ou ainda em situações de catástrofes, por exemplo. Sobre a segunda, o autor afirma que é uma figura rara no campo político, contudo:

Podemos vê-la surgir quando o político quer desmontar as críticas de seus adversários, reconhecendo que ele não fez o suficiente para resolver uma situação de crise. (...) Entretanto, essa confissão só é possível se for limitada: reconhecer que se não se fez o suficiente, tendo em vista o que seria uma solução ideal. Assim, fica subentendido que ninguém teria feito melhor. (CHARAUDEAU, 2011, p. 149).

A figura do gosto está relacionada à vida privada do político em que este apresenta seus gostos pessoais seja de culinária, vestuário, artístico, literário, entre outros. Sobre essa figura: “Produz-se, então, uma espécie de aliança objetiva entre as mídias e os políticos, as primeiras criando programas para que os últimos revelem um aspecto de sua vida.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 151). Essa figura também pode ser percebida pela presença do político em eventos festivos e/ou manifestações artísticas.

A figura da intimidade, que é complementar à figura do gosto, é construída com a ajuda dos jornalistas, pois: O político sabe que estes caminham pelos corredores da Câmara dos Deputados ou do Senado e que interrogam os que são próximos dos responsáveis políticos, com a finalidade de recolher indiscrições. É por isso que o político se permite fazer reflexões em surdina, mas de modo que elas cheguem aos jornalistas por seus colaboradores. (CHARAUDEAU, 2011, p. 151-152).

Charaudeau (2011) afirma que além das figuras supramencionadas, constituem esse ethos a figura do humor e da caricatura, quando estes lhe forem atribuídos pelos outros. Sobre essas figuras: “Isso foi sempre um modo de construção da imagem psicológica dos políticos, cujo verdadeiro impacto sobre a opinião pública é difícil medir, mas cuja influência não se pode negar.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 153).

4.2.3.5 O ethos de chefe

Esse ethos é voltado para o cidadão e se manifesta por meio das figuras de guia, de soberano e de comandante.

A figura de guia é uma necessidade para a conservação de um grupo social, que busca “alguém” para guia-lo perante as intempéries do mundo. Esse guia pode ser interno ou externo ao grupo:

No primeiro caso, ele é feito de carne e osso, mas com qualidades que fazem dele um ser de fora do comum, um herói. No segundo caso, ele é um ser abstrato, uma voz que indica o caminho a seguir, revela um destino, diz como obter a salvação eterna. (CHARAUDEAU, 2011, p. 154).

Possui diversas variantes, como o guia-pastor e o guia-profeta. O guia-pastor “é um agregador, aquele que reúne o rebanho, o acompanha e o precede, ilumina seu caminho com uma perseverança tranquila”. (CHARAUDEAU, 2011, p.154). Transpondo essas características para o lado humano, “esses traços tornam-se, metaforicamente, os de um condutor de homens que sabe se fazer seguir, do sábio que tem uma vida interior e do homem determinado que sabe aonde vai”. (CHARAUDEAU, 2011, p.154).

O guia-profeta é ao mesmo tempo fiador do passado, mas também voltado para o futuro. O profeta tem algumas semelhanças com o pastor, pois ambos buscam agregar, reunir, contudo, se diferenciam, pois enquanto o pastor está voltado para o presente, o profeta está voltado para o futuro, para o além. Transpondo essa figura para o político, o autor faz a seguinte ponderação:

Nem todos os traços que caracterizam o profeta são apropriados para construir o ethos do político: o profeta é frequentemente devotado a um vida errante e à solidão, pois sua mensagem é tão exigente que ele é rejeitado, tornando-se um ser incompreendido. Mas outros traços dele são mais apropriados. O político poderá ainda pretender ocupar uma posição de *leadership* na cena política e aparecerá como um ser “inspirado”, um “visionário”, o depositário de uma fonte de inspiração misteriosa. (CHARAUDEAU, 2011, p.155).

Charaudeau (2011) adverte ainda que a presença desse guia profeta não é exclusiva de sociedades arcaicas ou em desenvolvimento, onde a educação é deficiente, mas também está presente em sociedades bem desenvolvidas.

A segunda figura do ethos de chefe, a do chefe-soberano, é rapidamente diferente da do guia, embora possam ser confundidas em determinados momentos históricos:

A soberania, nós o mostramos, é o que funda a legitimidade do político. Ela é o imaginário cujas características serão vistas mais além. Trata-se aqui de ver como o político pode construir para si um ethos do que lhe permite

assumir uma posição de fiador dos valores até o ponto de confundir-se com esses eles. (CHARAUDEAU, 2011, p. 157).

Para conseguir tal façanha, o político pode agir de diferentes maneiras, seja proferindo discursos que buscam reafirmar quais são os seus valores, na tentativa de encarna-los, seja mostrando sua postura dominante, mantendo-se acima dos conflitos, isto é, sem participar de rixas políticas. Contudo, ao assumir essa postura, o político incorre no risco de ser tachado de idealista ou ainda ser indiferente às reivindicações do povo.

A figura de comandante está relacionada à imagem de senhor da guerra, sendo, portanto, mais agressiva, mais autoritária:

O comandante deve ter uma visão clara do que faz a diferença entre o bem e o mal, e, conseqüentemente, ao dizer-se esclarecido por uma força sobrenatural, indicar a via que segue para combater as forças do mal. (...) essa imagem é destinada a arrastar todo um povo atrás de si, em direção à sua salvação. (CHARAUDEAU, 2011, p. 159-160).

Como as outras figuras, a sua invocação pode trazer riscos à imagem do político, pois, se este a utiliza a imagem de chefe de maneira excessiva, pode ser recriminado em nome da soberania popular, uma vez que ele é o representante do povo, a quem deve prestar contas. Se, por outro lado, for modesto em sua liderança, também pode ser recriminado por não “lutar” o suficiente por seu povo e ser tachado de fraco.

Charaudeau (2011) afirma que o arrependimento é a imagem suprema da soberania. No entanto, não se perdoa qualquer um. Para que isso ocorra, é necessário que o político corresponda a certas condições:

Para que haja o reconhecimento de uma falta, do ponto de vista da história, e o pedido de perdão coletivo, é preciso que aquele que profere o arrependimento se confunda com uma potência que recebe sua soberania da própria coletividade (as democracias) ou de um direito divino (as instituições religiosas). (CHARAUDEAU, 2011, p. 161).

A recusa do perdão também pode construir um ethos de soberania, mesmo que de maneira mais autoritária. Por fim, Charaudeau (2011) esclarece a diferença entre arrependimento e redenção:

O ato de redenção é fundado sobre um sacrifício voluntário de seu autor, sacrifício que faz com que este carregue uma falta coletiva – mesmo que ele próprio não a tenha cometido – e que lhe permite resgatá-la. (...) O arrependimento age de maneira mais restrita, pois salva apenas uma comunidade definida, mas a salva duplamente: dela mesma, na medida em que, sem esse chefe, não teria havido a iniciativa, e a salva de uma parte dela mesma, daqueles que seriam contra essa iniciativa. (CHARAUDEAU, 2011, p. 163).

4.2.3.6 O ethos de solidariedade

Esse ethos é caracterizado pela vontade de estar junto. O sujeito político detentor dessa imagem demonstra não somente estar atento às necessidades do próximo, mas também se responsabiliza por elas. Para o autor:

Aquele que é solidário não está em uma posição diferente da dos outros; ele partilha as mesmas ideias e os mesmos pontos de vista de seu grupo e vai ao encontro das ideias e dos pontos de vista dos outros grupos. (CHARAUDEAU, 2011, p. 163-164).

Charaudeau (2011) afirma que não se deve confundir solidariedade com compaixão, tendo em vista que é a condição para ser solidário é a igualdade e a reciprocidade entre os indivíduos; já a compaixão é caracterizada por uma relação assimétrica, isto é, um indivíduo pode se compadecer em uma determinada situação, sem estar necessariamente, sofrendo também.

Para que se manifeste o ethos de solidariedade é necessário que se satisfaça determinadas condições, isto é:

(...) é preciso, portanto, uma ideia a ser defendida, um grupo que se identifique como portador dessa ideia, circunstâncias que desencadeiem esse movimento identitários. Todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma ideia, um valor. (CHARAUDEAU, 2011, p. 164).

O sujeito político se utiliza de diversas estratégias para construir um ethos adequado a uma determinada situação de comunicação, visando unicamente a adesão por parte do público às suas ideias e, por conseguinte, a conquista do seu voto.

Assim, notamos que o ethos político é o resultado de uma alquimia complexa construída a partir de traços particulares de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo imbricado às expectativas vagas nutridas pelos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos ou negativos a essas maneiras de ser e parecer.

5. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DO CORPUS

5.1 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Optamos por estudar o discurso, na perspectiva da Análise do Discurso francesa, tendo em vista que ele é justamente esse movimento dos sentidos, o ritual da palavra. De acordo com Orlandi (2020):

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2020, p. 13).

Entre os tipos de discurso, o discurso político foi escolhido por acreditarmos que a linguagem é ação e como tal o estudo do seu funcionamento é imprescindível para compreendermos os efeitos de sentido que ela promove, isto é, um campo profícuo para análise tendo em vista que é um lugar onde os candidatos buscam, entre outras coisas, pelo bom uso das palavras, convencer e conquistar o público eleitoral do seu projeto.

Dentre os gêneros pertencentes a esse domínio discursivo, a escolha pelo gênero entrevista televisiva deu-se, sobretudo por se tratar de um gênero oral que, conforme pontua Neto e Santos, em ensaio publicado na revista *Travessias* (2017):

O gênero discursivo entrevista apresenta várias configurações. Cada configuração em que esse gênero se manifesta tem uma relação direta com as características do campo discursivo no qual ele está inserido. Constatamos, assim, que ao mesmo tempo em que o gênero impõe restrições e padronização, também é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação. (NETO e SANTOS, 2017, p. 247).

Desse modo, a nossa hipótese ao escolher tal gênero é a de que este nos possibilite analisar como o sujeito político constrói a imagem de si a partir daquilo de diz, isto é, a partir de como escolhe se pronunciar, se mostrar.

Assim, elegemos como investigação linguístico-discursiva a entrevista de Fernando Haddad ao *Jornal Nacional*, em 2018, quando concorreu à Presidência da República.

Sabemos que o discurso proferido pelo candidato Fernando Haddad não é totalmente espontâneo, pois é notório que antes desse tipo de programa, há um estudo por uma equipe que orienta o discurso dos candidatos. Porém, por se tratar de uma entrevista realizada ao vivo, as escolhas linguísticas podem ajudar no

momento de análise, considerando que a opção por uma determinada palavra ou expressão em detrimento de outras dá abertura para o aparecimento das crenças ideológicas do candidato e, portanto, do *ethos* que pretende criar em seu público através da sua argumentação.

Ao estabelecermos o gênero entrevista como o que elegeríamos para nossa análise, fomos em busca dos registros de entrevistas concedidas em televisão no período da campanha eleitoral. A ideia inicial era fazer uma análise comparativa entre entrevistas do candidato Fernando Haddad no primeiro e segundo turnos na mesma emissora televisiva, mas não encontramos esse material. Assim, escolhemos apenas uma entrevista, qual seja: a concedida ao Jornal Nacional, telejornal exibido na Rede Globo.

5.2 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Conforme supramencionado, elegemos uma entrevista, concedida pelo candidato Fernando Haddad, ao Jornal Nacional, jornal televisivo da Rede Globo de Comunicação, ao vivo, no horário noturno, quando concorreu à Presidência da República, em 2018. Os jornalistas que conduziram a entrevista foram William Bonner e Renata Vasconcelos, apresentadores do telejornal.

De acordo com o jornalista William Bonner, o tempo da entrevista seria de 27 minutos, tempo que foi concedido aos demais candidatos à Presidente da República e que também foram entrevistados no jornal supracitado, nessa ordem: Ciro Gomes, Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin e Marina Silva. De acordo com o jornalista William Bonner, Fernando Haddad passou a ser o candidato do PT no dia onze de setembro, e como vimos acima, essa entrevista ocorreu dia quatorze, sendo o último dos candidatos a ser entrevistado, seguindo critérios da emissora, que são mencionados na entrevista em anexo.

Dos temas abordados, justifica a jornalista Renata Vasconcelos, o Jornal Nacional opta por discutir os temas que marcam cada uma das candidaturas, questionando assuntos polêmicos e a viabilidade de alguns pontos do programa de governo do candidato entrevistado. De maneira geral, foram tratadas inicialmente questões relacionadas à corrupção, no governo Lula e Dilma. Foram tratadas ainda questões sobre indicação de membros do Poder Judiciário em governos petistas. Ao final da entrevista, foi abordada a questão da economia e de sua experiência quando esteve à frente da Prefeitura de São Paulo.

Salientamos ainda que a entrevista foi retirada do site da Rede Globo, g1.com, já transcrita e que a sua versão na íntegra encontra-se como anexo a este trabalho.

5.3 MÉTODO DE ANÁLISE

A Análise do Discurso é um campo de pesquisa que não possui uma metodologia pronta. De acordo com Orlandi (2020):

Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, 2020, p. 25).

Isso significa que ao estipularmos o arcabouço teórico que balizarão nossas análises, esses atuarão como dispositivo metodológico para a realização da análise. Assim, nossa abordagem metodológica será de cunho qualitativo, também chamada de interpretativa, que tem como propósito, de acordo com FLICK (2007, p. ix *apud* PAIVA, 2019, p. 13): “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas”. Dessa maneira, buscaremos analisar a entrevista levando em conta as condições de produção no qual esses discursos foram proferidos, os quais constituem elementos fundamentais para a sua compreensão e análise.

Para tanto, escolheremos alguns enunciados pronunciados por Haddad e, a partir dos conceitos mobilizados ao longo deste trabalho, buscaremos identificar, por meio dos modos de organização do discurso enunciativo e argumentativo, como é construída a imagem de si ou os *ethé* do candidato Fernando Haddad em campanha eleitoral presidencial. Contudo, salientamos que, conforme assevera Charaudeau (2011), não há garantias de que o objetivo do sujeito seja alcançado, isto é, ele pode tentar passar uma imagem positiva e, ao contrário, acabar transmitindo uma imagem negativa e vice-versa.

Trabalhamos com a hipótese de que o candidato Fernando Haddad deseje construir a imagem de si (*ethos*) de educador, uma imagem voltada para a educação, tendo em vista a sua profissão de professor e o seu trabalho no Ministério da Educação durante o governo de Lula e de Dilma Rousseff.

Para tanto, a análise do *corpus* foi proposta e estruturada da seguinte maneira:

- a. Descrição da situação de comunicação;
- b. Descrição do contrato de comunicação;
- c. Análise dos procedimentos enunciativos;
- d. Análise das estratégias argumentativo-discursivas;
- e. Análise da encenação argumentativa;
- f. Análise e identificação dos principais ethé.

5.4 MINIBIOGRAFIA DE FERNANDO HADDAD

Fernando Haddad nasceu em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1963, Filho do libanês Khalil Haddad, que se estabeleceu no país como atacadista de tecidos, e da brasileira Norma Thereza Goussain Haddad.

Formou-se em Direito em 1985, concluiu mestrado em economia em 1990, iniciou o doutorado em Filosofia em 1991 e concluiu 1996, todos esses cursos foram realizados na Universidade de São Paulo (USP).

De acordo com biografia realizada por Fabricio Pereira da Silva e Jean Spritzer, no site da FGV, Fernando Haddad, em 1991, foi aprovado para lecionar na USP no curso de Ciência Política e chegou a ser consultor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 1998. Além de político, advogado e professor, Haddad também é escritor, tendo publicado diversos artigos acadêmicos e livros, entre eles *O sistema soviético* (1992) e *Em defesa do socialismo* (1998). Com Ricardo Antunes, Gilmar Carneiro e Gilmar Mauro publicou *Sindicatos, cooperativas e socialismo* (2003).

Envolveu-se com a política em 1983, ano em que se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1985, foi eleito presidente do Centro Acadêmico quando cursava Direito.

De acordo com informações do site do ex-presidente Lula, atuou como chefe de gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy, em 2001.

Em 2003, já na gestão de Lula, Fernando Haddad assumiu a Assessoria Especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, então comandado por Guido Mantega. Na pasta, Haddad ajudou na criação da lei de Parcerias Público-Privadas (que ficou conhecida como PPP) e que visava à realização de investimentos mistos por parte do Estado e da iniciativa privada na área de infraestrutura, o qual foi aprovado em dezembro de 2004.

Em 2004 assumiu o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Educação. Em 2005, tornou-se Ministro da Educação. De acordo com reportagem da revista *Veja*, dentre as iniciativas que marcaram a sua gestão, destacam-se: a implementação de índices de aferição da qualidade de ensino (Ideb), a implantação de um fundo de financiamento do setor (Fundeb) e a criação do ProUni.

Fernando Haddad deixou o cargo de ministro, em 2012, no governo de Dilma, para disputar a eleição para prefeito da cidade de São Paulo, da qual saiu vitorioso, com 3.387.720 votos (55,5% do eleitorado).

No dia 5 de agosto de 2018, o PT oficializou a candidatura de Lula para a presidência do país e Fernando Haddad foi indicado como vice-presidente. Com a prisão de Lula, em abril de 2018, a sua candidatura foi impugnada com base na Lei da Ficha Limpa, que considera inelegível os candidatos condenados em segunda instância.

Em setembro de 2018, o PT anunciou oficialmente que Fernando Haddad seria o candidato do PT para as eleições presidenciais de 2018 e, para o cargo de vice, foi escolhida a deputada do Rio Grande do Sul, Manuela d'Ávila.

5.5 JORNAL NACIONAL: O PRINCIPAL TELEJORNAL DA REDE GLOBO

De acordo com informações retiradas no site Memória Globo, o Jornal Nacional foi o primeiro telejornal do país a ser transmitido em rede e, atualmente, é o principal telejornal da emissora. Com duração de, aproximadamente, 45 minutos, o telejornal é exibido pela Rede Globo de comunicação de segunda a sábado e faz a cobertura das principais notícias no Brasil e no mundo.

Ainda de acordo com o site Memória Globo, o Jornal Nacional teve sua primeira edição exibida no dia 1º de setembro de 1969 com a apresentação de Hilton Gomes de Cid Moreira e estreou para competir com o Repórter Esso, da extinta TV Tupi. De acordo com o Memorial:

Pautado pela credibilidade, isenção e ética, apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos, o JN é líder de audiência no horário nobre. Criado em 1º de setembro de 1969, tornou-se o primeiro telejornal do país a ser transmitido em rede nacional. (MEMÓRIA GLOBO, c2021).

A evolução do jornal perpassa a evolução dos sistemas de comunicação. Quando foi lançado, a televisão ainda era em preto e branco e conforme a evolução dos meios de comunicação, o jornal nacional também foi se modernizando. Com

mais de 50 anos de história, o Jornal Nacional é um dos principais veículos de informação do país e tem audiência cativa do público.

William Bonner, apresentador âncora do telejornal desde 1996, atualmente exerce também a função de Editor-chefe, e Renata Vasconcellos atual parceira de apresentação do jornal assumiu a bancada em 2014 e exerce ainda a função de Editora-executiva.

A história do Telejornal está intrinsecamente ligada à história da própria emissora Rede Globo, uma vez que a emissora foi inaugurada em 1965. De acordo com informações retiradas do site Roberto Marinho, a emissora de televisão conta atualmente com cinco emissoras próprias, de propriedade da família Marinho e 115 afiliadas no Brasil, o sinal da Rede Globo chega a 5.478 municípios brasileiros de um total de 5.570 municípios brasileiros, conforme o IBGE. De acordo com o site:

Lançado o Jornal Nacional, primeiro telejornal transmitido em rede via Embratel. O JN marca o início da Rede Globo de Televisão. Com o conceito de noticiário que desperta o interesse de todos os brasileiros, o Jornal Nacional inova no formato e na linguagem. Na estreia, uma novidade no script: enquanto os telejornais, até então, deixavam a notícia mais impactante para o fim, o JN cria a “escalada”, pequenas chamadas dos assuntos mais relevantes na abertura. (ROBERTO MARINHO, c2013)

5.6 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Resgatar as condições de produção do momento cujo material de análise foi produzido é imprescindível para compreendermos o real significado do que é dito, posto que todo discurso é carregado de historicidade, portanto melhor apreendido e analisado levando em conta as condições sócio-históricas em que foi produzido. De acordo com Orlandi (2020):

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2020, p.29).

No que tange à entrevista que elegemos, faz-se necessário que resgatem alguns dos acontecimentos sócio-históricos referentes às eleições de 2018 para presidente.

O contexto político-social dessas eleições foi marcado por uma forte polarização entre a população devido a escândalos no governo. No ano de 2014 teve início a Operação Lava-Jato, que de acordo com o site do Ministério Público Federal, foi a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da

história do Brasil. A Lava-Jato, que conta com desdobramentos na primeira instância no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo, além de Curitiba, onde foi iniciada, teve grande repercussão pela responsabilização e prisão de vários políticos e empresários envolvidos em supostos esquemas de corrupção na Petrobras, incluindo o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2017.

Em 2016, a então presidenta do país, Dilma Rousseff, representante do Partido dos Trabalhadores - PT, eleita no segundo turno com 51,6% dos votos válidos contra 48,4% a favor de Aécio Neves (PSDB) para o seu segundo mandato, foi acusada de improbidade administrativa, sofreu impeachment e seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência do Brasil.

Diante da série de escândalos protagonizada pelos governantes, as eleições de 2018 foram marcadas por um desejo de mudança e um forte sentimento de anti-petismo. Cotado como representante do Partido dos Trabalhadores para as eleições daquele ano, Lula, condenado a 12 anos e um mês de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do apartamento triplex do Guarujá (SP), teve o registro de sua candidatura indeferida pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 01 de setembro, devido à Lei Complementar nº 135/2010, a Lei da Ficha Limpa. O colegiado do TSE decidiu facultar à Coligação O Povo Feliz de Novo (PT, PCdo B/Pros) a substituição do candidato à presidente no prazo de dez dias. Assim, Fernando Haddad, que seria vice de Lula, tornou-se o candidato presidenciável e Manuela D'Ávila foi nomeada como sua vice.

Os principais candidatos às eleições de 2018 foram Fernando Haddad, da coligação O Povo Feliz de Novo (PT, PCdoB, PROS), Jair Bolsonaro, da coligação Brasil Acima de Tudo, Deus acima de Todos (PSL-PRTB), Ciro Gomes, da coligação Brasil Soberano (PDT/AVANTE), Geraldo Alckmin, da coligação Para Unir o Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PRB, SD, PTB, PSD e PPS) e Marina Silva, da coligação Unidos para Transformar o Brasil (REDE/PV).

No primeiro turno, realizado no dia 07 de outubro de 2018, Fernando Haddad recebeu 29,28% dos votos válidos e seu principal adversário, Jair Bolsonaro, recebeu 46,03%. No segundo turno das eleições, que ocorreu dia 28 de outubro de 2018, Fernando Haddad recebeu 44,87% e perdeu as eleições para Jair Bolsonaro, que recebeu 55,13% dos votos.

6. ANÁLISE DO CORPUS

6.1 O CONTRATO DO DISCURSO POLÍTICO NO CORPUS: A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E AS RESTRIÇÕES DISCURSIVAS

Conforme mencionamos no capítulo destinado à revisão da literatura sobre os Modos de organização do discurso, o ato de comunicação pode ser representado como um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante em relação dialógica com um ou mais parceiros. A situação de comunicação, um dos componentes desse dispositivo, “constitui o enquadre ao mesmo tempo físico e mental no qual se acham os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma identidade (PSICOLÓGICA E SOCIAL) e ligados por um contrato de comunicação”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

A partir dos componentes da situação de comunicação propostos por Charaudeau (2016), descrevemos abaixo a situação de comunicação no que concerne ao *corpus* desta pesquisa:

Quadro 1 – Situação de comunicação da entrevista de Fernando Haddad ao Jornal Nacional, em 2018

COMPONENTES SITUACIONAIS		DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO APLICADA AO CORPUS
Características físicas	os participantes ou parceiros de comunicação	Dois jornalistas e um candidato (fisicamente); telespectadores, que embora não estejam presentes fisicamente, são os destinatários da entrevista e que, a partir do momento que assistem ao programa, aceitam o contrato de comunicação; São múltiplos; estão numa relação triangular, cuja base é ocupada pelos apresentadores e a ponta pelo candidato Fernando Haddad.
	o canal de transmissão	oral; direto.
Características identitárias dos parceiros	socioprofissionais	Jornalistas (instância midiática) Político (instância política)
	psicológicas	indiferença, distanciamento, formalidade, euforia.
	relacionais	primeiro contato referente à campanha eleitoral de 2018; os jornalistas demonstram familiaridade entre si, mas não há familiaridade desses com o político e vice-versa.
Características	troca/não troca	troca dialogal, característica do gênero entrevista.

contratuais	papéis comunicativos	<p>dos jornalistas: apresentação do candidato; saudações; realização de perguntas ao candidato cuja finalidade é fazer com o que o telespectador acredite que o objetivo geral é demonstrar o reconhecimento dos fatos, a capacidade de julgamento e que representam os principais questionamentos do povo; controle da duração da entrevista;</p> <p>do político: saudações; candidato à presidência que responde às perguntas feitas pelos jornalistas visando a adesão da instância cidadã, o telespectador.</p>
-------------	----------------------	---

Fonte: elaborado pela autora a partir de Charaudeau (2019)

A descrição da situação de comunicação acima é imprescindível para a realização da análise que nos propomos, posto que essas situações restringem o ato de comunicação, isto é, elas interferem no modo como o sujeito enuncia. De acordo com Charaudeau (2016):

O locutor mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela situação de comunicação, utiliza categorias de língua ordenadas nos Modos de organização do discurso para produzir sentido, através de um texto. (CHARAUDEAU, 2016, p. 75).

Desse modo, o sujeito argumentante organiza o seu discurso levando em conta a sua própria identidade, a imagem que tem do seu interlocutor e do que já foi dito. Assim, aplicando essa premissa ao nosso *corpus*, notamos que o político Fernando Haddad, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), ao responder às perguntas feitas pelos jornalistas, característica típica do gênero entrevista, traça estratégias de argumentação que visam à adesão por parte da instância receptiva, os telespectadores, ao seu discurso.

6.2 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Charaudeau (2011) assevera que todo discurso é construído na intersecção entre um campo de ação, marcado por trocas simbólicas organizadas a partir das relações de força presentes, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem, e o resultado de ambos é o contrato de comunicação. Desse modo, o contrato de comunicação no discurso político é marcado pela heterogeneidade, mas também pela estabilidade, tendo em vista que, embora o discurso possa ter variadas significações, as possibilidades de comportamentos enunciativos possuem certa constância, portanto, são restritivas.

Assim, as significações e os efeitos do discurso político resultam de um jogo complexo, cuja construção se opera segundo os lugares ocupados no contrato de comunicação e o posicionamento dos indivíduos que ocupam estas posições.

Considerando a entrevista objeto desta análise e os lugares que ocupam os parceiros da comunicação, é imprescindível destacar que esse ato trará grande visibilidade, positiva ou negativa, diante dos telespectadores, para Fernando Haddad, tendo em vista que o veículo de comunicação cuja entrevista foi concedida, a rede globo, é uma emissora de canal aberto, portanto, mais abrangente e acessível ao público em geral, e o programa em questão, o Jornal Nacional, é veiculado em horário considerado nobre e possui grande tradição e audiência.

A partir das noções propostas por Charaudeau (2011), podemos verificar que o discurso de Fernando Haddad se encontra no lugar de governança denominada de instância política, que conforme abordado no capítulo sobre o discurso político, consiste no lugar em que os atores políticos têm o “poder de fazer pensar” (CHARAUDEAU, 2011, p. 56), isto é, de manipulação.

No lugar de governança, o sujeito político busca a legitimidade em seu discurso para possuir o poder de ação e de decisão característicos da governança. Nesse sentido, o seu discurso dedica-se a justificar decisões ou ações para defender a sua legitimidade enquanto candidato político do Partido dos Trabalhadores a fim de ocupar o lugar de gestão, de autoridade e de credibilidade. Para tanto, lança mão de determinadas estratégias argumentativas para persuadir a instância cidadã, que detém o poder de legitimação dos atores políticos que julgam como melhores para governar.

A instância cidadã, que está fora da governança, mas é quem a legitima, é representada, na situação de comunicação em questão, pelos telespectadores do Jornal Nacional. Para Charaudeau (2011), essa instância de recepção tem como forte característica a heterogeneidade, tendo em vista que é composta por indivíduos de idades, graus de instrução, meios sociais e interesses distintos.

A instância midiática, que também está fora do lugar de governança, é representada nesse ato de comunicação pela emissora de televisão Rede Globo. De acordo com Charaudeau (2011), essa instância, embora fora da governança, possui papel crucial, posto que funciona como elo entre a instância política e a instância cidadã e exerce poder de influência sobre a instância cidadã, considerando que a própria seleção das perguntas feitas pela emissora para compor a entrevista já

direciona para as temáticas que a emissora deseja que sejam comentadas e tendem a deixar mostrar apenas o que ela julga importante.

Notamos, portanto, que o discurso do sujeito político sofre restrições tanto situacionais quanto discursivas.

6.3 PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS

De acordo com Charaudeau (2011), os procedimentos enunciativos permitem que o locutor, a partir da organização das categorias de língua, ordene-as para sustentar o seu posicionamento no discurso. A partir da análise do *corpus*, notamos que o sujeito político Fernando Haddad utiliza-se de todas as modalidades enunciativas, quais sejam: alocutiva, delocutiva e elocutiva.

A modalidade alocutiva é caracterizada pela relação de influência do locutor em relação ao interlocutor, tendo em vista que “o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no momento em que, com o seu dizer, o implica e lhe impõe um comportamento.” (CHARAUDEAU, 2016, p.82). Podemos notar alguns exemplos da modalidade alocutiva extraídas de nosso *corpus*:

Fernando Haddad: *Você está perguntando para o Fernando Haddad?*

William Bonner: Sim, candidato à presidência.

William Bonner: Errar ou conspirar, candidato?

Fernando Haddad: *Errar. Você está perguntando a minha opinião. Eu nunca usei a palavra conspirar.* Eu sempre disse...

William Bonner: Foram muitos os petistas que recorreram a essa expressão.

Fernando Haddad: *Você diga o nome...*

William Bonner: Não é necessário

Podemos perceber a ocorrência de algumas passagens como as exemplificadas acima no decorrer da entrevista. Tanto locutor quanto interlocutor são instados a tomar posição diante das asserções que são feitas, configurando um jogo pela busca de superioridade entre os parceiros da troca linguageira.

A modalidade delocutiva, como já mencionado em capítulo específico, é caracterizada pelo “apagamento” do sujeito falante no ato enunciativo. O locutor atua como uma espécie de testemunha sobre o fato pronunciado. No nosso *corpus* também podemos perceber o comportamento delocutivo nas seguintes passagens:

Fernando Haddad: *Foram muitos beneficiados pela lei que permitiu que, às vezes, uma delação acompanhada sem provas pudesse gerar um benefício, a ponto de um corruptor confesso já estar gozando da liberdade e do seu patrimônio.*

Fernando Haddad: O Tasso Jereissati falou: Nós cometemos três erros. Nós, pela primeira vez, questionamos o resultado eleitoral no Brasil. Isso é um crime contra a democracia, não se faz. Segundo lugar, nós aprovamos uma pauta em que nós não acreditávamos, para prejudicar o PT. As palavras são dele, Tasso Jereissati. Três, nós embarcamos no governo Temer. E quatro, nós embarcamos em Aécio Neves. Esses quatro elementos é responsabilidade do PSDB, dito que o PSDB...

O comportamento elocutivo tem como principal característica o aparecimento, a marcação do seu ponto de vista nas asserções que realiza, conforme alguns exemplos a seguir:

Fernando Haddad: *Eu divido* essa questão da corrupção da seguinte maneira...***Na minha opinião***, os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção.

Fernando Haddad: Renata, ***deixa eu te explicar*** como é que funciona o Governo Federal.

Fernando Haddad: *Eu não condeno ninguém por antecipação.*

Fernando Haddad: *Nós tivemos um problema na Receita Federal da Rede Globo...*

Embora tenhamos observado e explicitado a incidência dos comportamentos enunciativos alocutivo e delocutivo na análise do nosso *corpus*, é notório que eles aparecem em menor escala, se comparados ao modo elocutivo, empregado na maioria das asserções feitas por Fernando Haddad na entrevista analisada.

6.4 ESTRATEGIAS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVAS

Nesta seção, tratamos das estratégias particulares de argumentação que se encontram no *corpus*, buscando analisar como o sujeito político busca a legitimidade.

A fim de promover a adesão ao seu projeto de dizer, o sujeito político, como uma de suas estratégias discursivas, lança mão do que Charaudeau (2011) chama de argumentos de prova. Como o próprio nome preconiza, esses argumentos são empregados para produzir um efeito de prova acerca dos argumentos utilizados anteriormente por meio de um raciocínio causal simples. Esses argumentos de prova podem ser de várias naturezas, dentre os quais o autor destaca: o argumento pela força das crenças compartilhadas, pelo peso das circunstâncias, pela vontade de agir, pelo risco, pela autoridade de si (ou de um outro), pela desqualificação, pela analogia e pelo humor.

A partir da análise do nosso *corpus*, observamos o emprego dos seguintes argumentos de prova: os argumentos relativos à autoridade de um outro e por analogia.

Logo no início da entrevista, o candidato Fernando Haddad, após a saudação inicial aos entrevistadores e aos telespectadores, já menciona diretamente o nome do ex-presidente Lula, buscando interpelar a instância cidadã através de uma memória discursiva:

Fernando Haddad: Bom, boa noite Renata, boa noite William, é, boa noite telespectador, ***boa noite presidente Lula, que milhões de brasileiros gostaríamos de ver nessa cadeira concorrendo à corrida presidencial.***

Podemos notar através dessa enunciação que o candidato à presidência cita o nome de Lula buscando para si a autoridade e credibilidade que o ex-presidente Lula tem, conforme pesquisas prévias realizadas antes do período eleitoral oficial, que mostravam que, caso o ex-presidente Lula concorresse à presidente, tinha a maioria das intenções de voto. Assim, apropriando-se desse conhecimento e citando o ex-presidente, Haddad deseja que os telespectadores do jornal associem a sua imagem à de Lula e, conseqüentemente, aqueles que tinham a intenção de voto no Lula, que votem nele.

Notamos ainda os argumentos de prova relativos à analogia, que de acordo com Charaudeau (2011), ocorrem com bastante frequência no discurso político e causam um forte impacto. A analogia pode ser “com os fatos que aconteceram (...), com acontecimentos do passado e que desempenham um papel de referência absoluta” (CHARAUDEAU, 2011, p. 103). Nesse sentido, observamos no *corpus* as seguintes analogias:

Fernando Haddad: ***Eu tenho certeza que todos que estão me ouvindo se lembram dos 12 anos de normalidade democrática que nós vivemos no país.*** (...) A partir do momento que a oposição passou a contestar o resultado das urnas, nós passamos a enfrentar essa crise da qual podemos sair em outubro deste ano se nós recuperarmos o projeto que vinha dando certo.

Vemos, mais uma vez, que Haddad busca em seu discurso, agora de maneira implícita, provocar um efeito comparativo, isto é, que o telespectador, por meio da memória discursiva, associe que, caso vote nele, a gestão será semelhante à vivida nas gestões de Lula e de Dilma, pautadas, sobretudo na democracia social.

No que tange ao discurso político, Charaudeau (2011) aponta que o sujeito político joga com diversas estratégias, as quais dependem do seu lugar na cena política, que como já vimos acima, é o lugar de governança na busca pela

autoridade e legitimidade, isto é, ganhar as eleições. Mas, considerando as condições de produção do discurso, observamos que o cenário para o candidato é mais negativo que positivo, sobretudo pelos escândalos protagonizados pelos ex-presidentes do partido que representa. Assim, identificamos que Fernando Haddad utiliza em seu discurso a estratégia da denegação.

Lembra Charaudeau (2011) que a denegação ocorre “quando o político, surpreendido em negócios que são objeto de uma ação na justiça, nega sua implicação ou de um de seus colaboradores”. (CHARAUDEAU, 2011. p. 108).

Ao longo da entrevista é notória a tentativa do candidato em tentar reverter a imagem negativa tanto dos ex-presidentes Lula e Dilma quanto do próprio Partido dos Trabalhadores, conforme trechos abaixo:

Fernando Haddad: (...) o papel de um governo é, sem tomar partido, sem proteger amigos, sem perseguir adversários, é fortalecer esses mecanismos. ***E a própria Polícia Federal, o próprio Ministério Público reconhecem que os governos petistas foram os que mais apoiaram essas instituições.***

Fernando Haddad: ***A presidente Dilma não é ré em nenhuma ação que eu tenha conhecimento.*** Você tem conhecimento de uma ação?

6.4.1 A encenação argumentativa no *corpus*

Como já afirmamos, no dispositivo argumentativo, a asserção e o encadeamento de asserções combinam-se para constituir o que Charaudeau (2016) chama de proposta, a partir de uma tomada de posição, denominada proposição para o desenvolvimento da persuasão. Na argumentação, o sujeito é levado a tomar posição em relação à proposta, ao emissor da proposta ou à própria argumentação.

Na encenação argumentativa, o sujeito argumentante lança mão de determinados componentes ou procedimentos, os quais podem ser de ordem semântica, discursiva ou de composição cujo objetivo é o de validar uma argumentação.

Conforme explanado anteriormente nos capítulos destinados à teoria, Charaudeau (2016) assevera que os procedimentos semânticos são caracterizados pela utilização de argumentos de um consenso social cujos membros de determinados grupos sociais partilham de valores comuns, em domínios de avaliação específicos.

Relembremos a seguir quais são os domínios de avaliação propostos por Charaudeau (2016) e já elencados no tópico que tratamos sobre o modo de

organização argumentativo: o domínio da verdade, que define de maneira absoluta tanto asserções que concernem à existência de seres ou ao saber; o domínio do estético, que define em termos do belo e do feio; o domínio do ético, que define em termos de bem e de mal comportamentos humanos a partir de uma determinada moral; o domínio do hedônico, que define em termos de agradável ou desagradável o que pertence ao âmbito dos sentidos; e o domínio do pragmático, que define em termos de útil e inútil o que depende de um cálculo.

O autor assevera ainda que para cada domínio de avaliação há valores correspondentes, isto é, há normas de representação social construídas em cada domínio de avaliação. Assim, vejamos abaixo os tipos de valores e o seu respectivo domínio de avaliação encontrados a partir da análise do nosso *corpus*:

Quadro 2 – Domínios de avaliação

<p>Domínio da verdade</p>	<p>Olha, na verdade, o financiamento empresarial de campanhas criou uma série de brechas que permitiram a pessoas, algumas tentarem ajudar o partido de forma irregular, e outras enriquecerem pessoalmente.</p> <p>Olha, se o que foi anunciado pela própria imprensa for verdade, a não ser que vocês tenham subvertido os fatos...</p>
<p>Domínio do ético</p>	<p>[responsabilidade] Eu tive a responsabilidade de manter a cidade de São Paulo sã num período de crise.</p> <p>[justiça] O papel de um governo é, sem tomar partido, sem proteger amigos, sem perseguir adversários, é fortalecer esses mecanismos.</p> <p>[lealdade] O presidente Lula jamais indicou um ministro do Supremo, do STJ, pensando em como esse ministro ia votar, se ia votar a favor de A ou de B, se ia perseguir A ou perseguir B.</p> <p>[perspicácia] Não, eu não dei outra obra para a UTC, porque a UTC não foi escolhida por mim, foi escolhida pelo secretário que licitou a obra, por meio de uma comissão de licitação.</p> <p>[honestidade]</p>

	<p>(...) Essas duas empresas resolveram me retaliar e, sem apresentar nenhuma prova, foram ao Ministério Público denunciar o que seria o pagamento de uma despesa de campanha que eles não provaram até hoje.</p> <p>[virtude]</p> <p>Mas quando é a sua honra que está em jogo, você decide, quando é a minha, eu decido.</p> <p>[polidez]</p> <p>Sim, que afastou Renato Duque quando tomou posse, a partir de um rumor de que ele poderia estar envolvido num esquema de propina.</p> <p>[eficiência]</p> <p>(...) Sabe quantos milhões nós deixamos de gastar a mais nessa obra que foi suspensa e nunca retomada? R\$ 300 milhões.</p> <p>[civildade]</p> <p>Calma. O que você...Deixa eu responder. Você fez uma longa pergunta, eu quero fazer uma resposta à altura da sua pergunta.</p> <p>Bom, eu não vou entrar nessa polêmica.</p>
Domínio do pragmático	<p>[Norma fundada na quantidade]</p> <p>Olha, eu tenho todas as razões do mundo para imaginar que o PSDB não vai sabotar o governo eleito no próximo dia 7 de outubro, como fez em 2014.</p> <p>[Norma como modelo de comportamento]</p> <p>Você não pode, em função de um indício, condenar. E eu penso, Bonner, que a Rede Globo, muitas vezes, condena por antecipação.</p> <p>[Norma como argumento de prudência]</p> <p>A Odebrecht e a UTC...Teve o túnel da Avenida Roberto Marinho suspensa no meu segundo mês de mandato. Eu tinha exatos 44 dias à frente da prefeitura de São Paulo, quando eu suspendi uma obra por indícios de superfaturamento.</p> <p>[A diferença e a singularidade]</p> <p>(...) eu acho que há dois governos possíveis em relação à corrupção. Um governo que fortalece as instituições que combatem a corrupção: Polícia</p>

	Federal, Controladoria-Geral da União, Ministério Público e Poder Judiciário. E governos que enfraquecem essas instituições. <i>Na minha opinião, os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção.</i>
Domínio do ético e do pragmático	[O trabalho e o mérito] (...)Nós construímos mais de 1.500 creches, compramos mais de 37 mil ônibus escolares com o programa que eu criei, chamado Caminho da Escola. Não existe um município do Brasil que não tenha recebido algum benefício do Ministério da Educação. <i>Foi por isso que ele me escolheu para prefeito de São Paulo e eu ganhei do candidato presidencial do PSDB.</i>
Domínio do hedônico	[o desejável] Bom, boa noite Renata, boa noite William, é, boa noite telespectador, boa noite presidente Lula, que milhões de brasileiros <i>gostaríamos de ver nessa cadeira concorrendo à corrida presidencial.</i> [a indignação] <i>Sabe qual é o problema? Você...</i> Primeiro, você está citando uma entrevista minha em que eu digo os erros que foram cometidos no final do governo Dilma. [a equidade] Nós tivemos um problema na Receita Federal da Rede Globo... <i>E eu não vou ficar aqui antecipando juízo sobre a Rede Globo...</i> [a infelicidade] (...) As estatais, eu considero que ficaram mais desguarnecidas, mas o fortalecimento dessas instituições desbaratou uma quadrilha que foi posta na cadeia, inclusive os empresários que participaram da corrupção. <i>Esses, infelizmente, já saíram.</i>

Fonte: elaborado pela autora a partir de Charaudeau (2019)

Conforme exposto no quadro acima, há, na entrevista analisada, a presença de valores semânticos fundamentando a argumentação em busca da tentativa de estabelecer junto à instância cidadã o *ethos* de credibilidade, ressaltando de modo

geral os valores relacionados à responsabilidade, de homem e político justo e íntegro.

Os procedimentos discursivos, por sua vez, baseiam-se na aplicação sistemática ou casual de determinadas categorias da língua ou de procedimentos de outros modos de organização do discurso com o objetivo de promover efeitos de persuasão. Charaudeau (2016) destaca os seguintes: a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa, a acumulação e o questionamento. No nosso *corpus* constatamos a presença de cada um desses procedimentos e os detalharemos a seguir.

A definição no campo argumentativo, para Charaudeau (2016), consiste na descrição de traços semânticos que caracterizam uma palavra em um determinado contexto para produzir um efeito de evidência e de saber para aquele que argumenta. De acordo com o autor, há dois tipos de definição: a) definição de um ser, por meio de distinções de sentido em torno de uma noção, de recurso à propriedade dos termos ou ainda de falsa tautologia; b) definição de um comportamento.

Fernando Haddad: *Eu divido* essa questão de corrupção da seguinte maneira: eu acho que há dois governos possíveis em relação à corrupção. ***Um governo que fortalece as instituições que combatem a corrupção:*** Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Ministério Público e Poder Judiciário. ***E governos que enfraquecem essas instituições. Na minha opinião, os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção.***

Fernando Haddad: *Eu estou dizendo* que as pautas-bomba e a sabotagem que ela sofreu, reconhecida pelo presidente do PSDB, teve mais influência na crise do que os eventuais erros cometidos antes de 2014.

Fernando Haddad: *Não, eu não dei outra obra para a UTC, porque a UTC não foi escolhida por mim, foi escolhida pelo secretário que licitou a obra, por meio de uma comissão de licitação.*

Nesses fragmentos notamos a presença da definição de um ser cujo candidato Fernando Haddad emprega para, no primeiro trecho, apresentar o termo corrupção, no seu ponto de vista, no segundo e terceiro trechos, como recurso à propriedade dos termos, isto é, com o objetivo de destacar o seu posicionamento diante do fato e produzir o efeito de saber e de evidência de que trata o autor.

A comparação no campo argumentativo, segundo Charaudeau (2016), é utilizada para reforçar a prova de uma conclusão, produzindo um efeito pedagógico,

quando for objetiva, ao buscar melhorar o processo de compreensão de um dado; ou um efeito de ofuscamento, quando for subjetiva, na tentativa de desviar a atenção do interlocutor para outro fato semelhante, sem que se examine a validade da prova. A comparação pode incidir sobre uma semelhança ou uma desassemelhança e pode ser objetiva ou subjetiva. Os trechos abaixo ilustram esse procedimento discursivo:

Fernando Haddad: Vocês não tratariam... *Vocês não tratariam os problemas da Rede Globo da maneira como vocês tratam os problemas do poder.* Por exemplo...

Fernando Haddad: Não, mas espera aí. *Investigados...A Rede Globo é investigada.*

No primeiro trecho, notamos a comparação por semelhança, cuja estratégia foi empregada para criar o efeito de sentido de que aquele sistema de televisão não é imparcial, que não divulga as informações aos telespectadores de maneira objetiva. No segundo trecho, o candidato Fernando Haddad realiza uma comparação subjetiva por meio de uma analogia entre a investigação da presidente Dilma e o fato de que a Rede Globo também ser investigada, para produzir como efeito de prova que nem todos que são investigados são culpados.

De acordo com Charaudeau (2016), a descrição narrativa refere-se ao processo de reforçar provas ou de produzi-las. Ela pode funcionar para exemplificar argumentos selecionados. No discurso analisado, podemos perceber a utilização desse procedimento sobretudo para dar força ao argumento utilizado, para tanto, ele enfatiza que a opinião que emite também é compartilhada por outras pessoas ou instituições que gozam de autoridade e credibilidade, como no exemplo a seguir:

Fernando Haddad: Mas é natural. Qual é a pessoa... Qual é a pessoa que hoje está na vida pública que não está investigada? Hoje, a delação virou uma indústria, Bonner, que todo mundo, para diminuir 80% da pena, fala o que quer sem apresentar provas. Você acha isso correto? *Uma pessoa pega 20 anos de cadeia, faz uma delação, não apresenta nenhuma prova. A pena cai para quatro anos e a pessoa vai para prisão domiciliar gozar do seu patrimônio intacto, enquanto os trabalhadores da empresa estão demitidos?*

Como podemos notar, o exemplo acima ilustra a utilização do procedimento de descrição narrativa por meio da narração de uma pequena história. Essa descrição serve para o desenvolvimento do raciocínio por analogia de que trata Charaudeau (2016), produzindo um efeito de exemplificação. Assim, a partir da utilização desse procedimento, Haddad reforça o seu argumento inicial de que a delação premiada perdeu a sua eficácia.

A citação, também denominada de discurso relatado, consiste na reprodução, o mais fielmente possível às emissões escritas ou orais de um terceiro para produzir um efeito de autenticidade. Segundo Charaudeau (2016), a citação pode ser de um dizer, de uma experiência ou de um saber. Identificamos esse procedimento no trecho abaixo:

Fernando Haddad: O Tasso Jereissati falou: Nós cometemos três erros. Nós, pela primeira vez, questionamos o resultado eleitoral no Brasil. Isso é um crime contra a democracia, não se faz. Segundo lugar, nós aprovamos uma pauta em que nós não acreditávamos, para prejudicar o PT. *As palavras são dele, Tasso Jereissati.* Três, nós embarcamos no governo Temer. E quatro, nós embarcamos em Aécio Neves. Esses quatro elementos é responsabilidade do PSDB, dito que o PSDB...

Fernando Haddad faz questão de destacar que o que vai proferir foi dito pelo presidente do PSDB e que ele é apenas o porta-voz. Nesse sentido, a citação funciona como uma fonte de verdade das declarações apresentadas com o fito de sustentar o seu argumento, que nesse caso era o de que o PSDB foi o grande responsável pela recessão, que segundo ele teve início após a reeleição da presidente Dilma, em 2014.

Outro procedimento discursivo caracterizado por Charaudeau (2016) é a acumulação, que consiste na utilização de vários argumentos para servir a uma mesma prova e pode ser feita por uma simples acumulação, por uma gradação ou ainda por uma falsa tautologia. Observamos no trecho a seguir o emprego desse procedimento:

Fernando Haddad: (...) O presidente Lula jamais indicou um ministro do Supremo, do STJ, pensando em como esse ministro ia votar, **se ia** votar a favor de A ou de B, **se ia** perseguir A ou perseguir B.

O exemplo acima demonstra a utilização de mais de um argumento para servir a uma mesma prova, qual seja: a de que a indicação por parte do presidente Lula para ocupar cargos estratégicos não está vinculada a interesses pessoais, mas com o bem-comum.

Como último procedimento discursivo de argumentação, Charaudeau (2016) descreve o questionamento, que consiste em colocar em questão uma proposta e pode ter diferentes visadas: de incitação a fazer, de proposta de uma escolha, de verificação do saber, de provocação e de denegação. No trecho abaixo, identificamos o questionamento com a visada de verificação do saber, que, de acordo com Charaudeau (2016), é bastante utilizado numa situação de troca

polêmica e que o questionamento argumentativo permite ao questionador mostrar que ele sabe e demonstrar certa superioridade.

Fernando Haddad: Está publicado no Diário Oficial. No Diário Oficial do Município estão os dados. Agora, são 123 itens. Nós cumprimos em mais de 50%, 100% das metas. E 85%, ou 100% ou mais de 50% das metas. Detalhe, o PIB brasileiro entre 2015 E 2016 caiu 8%. Eu peguei a maior recessão da história da cidade de São Paulo e entreguei a cidade com grau de investimento. Com grau de investimento. ***Você sabe o que é grau de investimento?***

No exemplo acima, percebemos que o sujeito argumentante utiliza essa estratégia para demonstrar implicitamente aos telespectadores que possui conhecimento técnico específico e, portanto, condições de ocupar o cargo mais importante da nação, o de presidente da república.

Também identificamos no *corpus* o questionamento por provocação na seguinte passagem:

Fernando Haddad: ***Sabe qual é o problema? Você...Primeiro, você está citando uma entrevista minha em que eu digo os erros que foram cometidos no final do governo Dilma.*** Então, é contraditório o que você está dizendo, porque você está citando uma entrevista minha em que eu estou dizendo. Eu estou fazendo as críticas. Outra coisa é você dizer que a recessão de 2015 e 2016...

Esse tipo de questionamento, de acordo com Charaudeau (2016), é bastante utilizado nas entrevistas, quando o entrevistador quer provocar uma reação no entrevistado. No caso em apreço, identificamos que o sujeito argumentante responde à pergunta do entrevistador com esse questionamento provocador, interpelando a instância receptora de que estão utilizando as suas frases fora do contexto original em que foram proferidas, criando um desvio e não respondendo à pergunta inicial.

6.5 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI: ENTRE OS ETHÉ DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO

Conforme abordado no capítulo destinado à revisão literária sobre o estudo do ethos, a construção da imagem de si é uma das estratégias empregadas no discurso político para promover a adesão da instância cidadã ao projeto político daquele que a utiliza.

De acordo com Charaudeau (2011), o ethos é o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem. Na cena política, pontua o

autor, para que o público adira ao projeto de fala do sujeito político é necessário que este se mostre digno de crédito e como suporte de identificação, tendo em vista que “para aderir às ideias é preciso aderir à sua pessoa”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 118).

Amossy (2019) ressalta que a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o enunciador, ou seja, da ideia que o público faz da pessoa que está comunicando e lança mão do conceito de *doxa* e estereótipo, que como vimos anteriormente, a primeira diz respeito ao saber prévio que o auditório possui sobre o orador e a segunda consiste em:

(...) pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade, avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. (AMOSSY, 2019, p. 125-126).

Assim, o locutor possui uma imagem de seu público e o seu discurso é desenvolvido conforme o objetivo desejado, que pode ser para fortalecer uma imagem que o público já possui ou ainda tentar reformá-la para influenciar o seu auditório.

Na construção da imagem de si de Fernando Haddad na entrevista concedida ao Jornal Nacional da Rede Globo de televisão na ocasião das eleições presidenciais de 2018, realizada no dia 14 de setembro de 2018, é necessário, portanto que ressaltemos a *doxa* que envolve essa cena política, embora já tenhamos realizado um apanhado das condições de produção, achamos válido ressaltar aqui o *ethos* pré-discursivo do candidato supramencionado.

Seu *ethos* prévio consiste no estereótipo de “fantoche” do ex-presidente Lula, professor, corrupto, pois era representante de um partido corrupto, e comunista. Assim, seu discurso na entrevista em questão é elaborado de forma a modificar esses estereótipos.

Na entrevista, Fernando Haddad busca construir para si a imagem de homem sério, responsável, íntegro, consequentemente, digno de crédito, que possui as características necessárias para governar o país, pois conhece o funcionamento da máquina pública e tem experiência, seja como ex-prefeito de São Paulo, seja como Ministro da Educação, função que exerceu durante os mandatos dos ex-presidentes Lula e Dilma.

Vimos anteriormente que a credibilidade, assim como a legitimidade, é imprescindível no discurso político, tendo em vista que o grande desafio está em

persuadir um determinado público de que se tem certo poder e condições de fazer. Assim, é preciso que o político satisfaça a certas condições, são elas: condição de sinceridade, condição de performance e condição de eficácia. Para responder a essas condições, o político procura construir para si o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente.

Notamos, a partir da análise do *corpus*, que Fernando Haddad busca construir para si o *ethos* de sério, que de acordo com Charaudeau (2011), pode ser construído com a ajuda de diversos índices. Na entrevista, podemos identificá-lo pelo índice verbal, com uma escolha de palavras e de construções simples, apropriadas à situação, fazendo escolhas lexicais que ao mesmo tempo remetam a que ele possui formação acadêmica, mas que sabe se expressar e atingir o público de todas as classes sociais com uma linguagem formal, mas compreensível.

Notamos também a presença do *ethos* de virtude, que conforme assevera Charaudeau (2011, p. 122) “esse *ethos* exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal”. Na entrevista analisada, Fernando Haddad demonstra a construção desse *ethos* no seguinte trecho:

Renata Vasconcelos: Candidato, eu acho que o Bonner já está satisfeito com a...O senhor já respondeu à pergunta dele.

Fernando Haddad: *Mas eu não estou, mas eu não estou, porque quando é a minha...*

William Bonner: Sim, mas é que a entrevista tem que andar, candidato, se não se o senhor ficar falando...

Fernando Haddad: *Mas quando é a sua honra que está em jogo, você decide, quando é a minha, eu decido.*

Nesse trecho da entrevista, o entrevistador William Bonner questiona Fernando Haddad sobre o fato de o seu nome ter sido citado em uma delação da Odebrecht. Notamos que o político tenta ao mesmo tempo continuar sendo considerado digno de crédito, ao refutar essa proposição, e ainda colocar em xeque os sujeitos que fizeram a denúncia, além de manifestar preocupação com o prosseguimento da entrevista sem que pudesse, de maneira satisfatória, se defender dessa acusação, demonstrando a sua honestidade pessoal.

Dentre os *ethé* de credibilidade, o *ethos* de competência é o que mais sobressai na análise do nosso *corpus*. De acordo com Charaudeau (2011):

O *ethos* de competência exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder, a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos. (CHARAUDEAU, 2011, p. 125).

No decorrer de toda a entrevista, notamos que Fernando Haddad procura construir para si essa imagem de competência, de maneira implícita, demonstrando conhecimento sobre o funcionamento do governo federal, ao mencionar o funcionamento das nomeações para cargos da administração pública direta e indireta, e conhecimento técnico sobre economia e gestão, ao citar sua experiência na prefeitura de São Paulo e de maneira explícita lembrando através do discurso indireto a sua experiência política.

Amossy (2019) assevera que não é de bom tom falar de si. Nesse sentido, Fernando Haddad atinge o seu objetivo de externar a sua experiência na cena política e o faz de uma maneira que não transmita a imagem de arrogância e prepotência ao dizer que é competente, pois ele somente está replicando o discurso de um terceiro, que no caso é um político que, embora enfrentasse sérias acusações de corrupção, goza de grande prestígio por uma parte da população, sob a qual o político deseja criar um suporte de identificação.

Charaudeau (2011) assevera que a credibilidade dos sujeitos políticos é frequentemente contestada e afetada e quando isso ocorre, entra em cena o discurso de justificação.

Considerando o cenário em que se passa as eleições de 2018, notamos que o discurso de Fernando Haddad é voltado para a busca de credibilidade, pois o partido ao qual representa estava com reputação ruim devido à escândalos protagonizados pelos ex-presidentes Lula e Dilma. Na entrevista que elegemos como *corpus*, é notório ainda que as perguntas direcionadas ao candidato, por exemplo, basicamente podem ser resumidas em assuntos de corrupção, delação premiada e pouco se dá oportunidade para que sejam questionados ou debatidos os planos de governo do candidato.

Dentre os discursos de justificação elencados por Charaudeau (2011), quais sejam: a negação, a razão superior e a não intencionalidade, Haddad utiliza-se do discurso da negação, contestando as declarações por meio de um discurso genérico, que conforme assevera o autor “destaca o caráter prematuro da denúncia e, finalmente, devolve a acusação.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 128). Conforme podemos observar nos seguintes fragmentos:

Fernando Haddad: Olha, na verdade, o financiamento empresarial de campanhas criou uma série de brechas que permitiram a pessoas, algumas tentarem ajudar o partido de forma irregular, e outras enriquecerem pessoalmente. ***Eu não condeno ninguém por antecipação. Você citou***

peças que já foram, inclusive, excluídas de processos penais. Várias delas.

Fernando Haddad: Outras tantas, não. Então, você tem que individualizar e cada um pagar pelos seus atos. Você não pode, em função de um indício, condenar. ***E eu penso, Bonner, que a Rede Globo, muitas vezes, condena por antecipação.***

Fernando Haddad também utiliza o discurso da não intencionalidade, por meio do argumento da responsabilidade coletiva. De acordo com Charaudeau (2011) esse argumento equivale a seguinte pergunta: “por que eu, se éramos muitos?” (CHARAUDEAU, 2011, p. 135). Transpondo para o nosso *corpus*, percebemos que Fernando Haddad busca argumentar que o escândalo que envolveu o Partido dos Trabalhadores também envolveu outros partidos e questiona o motivo de a mídia ter ressaltado somente o envolvimento do seu partido, como pode-se explicitar nos seguintes trechos:

Fernando Haddad: ***As informações que ele tinha era que o PSDB era de santos, o PMDB era de santos e o PP era de santos e o demônio do país virou o PT. E isso se provou errado.***

Fernando Haddad: ***Graças à legislação aprovada pelo PT.*** Graças à legislação aprovada pelo PT.

William Bonner: A mesma que colocou petistas nessa situação.

Fernando Haddad: ***A mesma que colocou tucanos...***

William Bonner: Eu gostaria de mover a entrevista adiante.

Fernando Haddad: ***A mesma que colocou tucanos, a mesma que colocou peemedebistas, a mesma que colocou pepistas.***

William Boner: Sim, Vários integrantes de partidos aliados ao PT, enfim...

Renata Vasconcelos: A maioria aliados ao PT.

Fernando Haddad: ***E da oposição também. É fato.***

Nos trechos que destacamos é perceptível que Fernando Haddad utiliza-se dos argumentos da responsabilidade coletiva no que tange ao Partido dos Trabalhadores, com o fito de tentar diluir a responsabilidade que foi jogada principalmente no PT e tentar cobrar a responsabilidade de outros partidos.

Charaudeau (2011) assevera que o *ethos* de credibilidade é um constructo. Assim, notamos que Fernando Haddad está buscando construir a sua credibilidade nessa cena política que são as eleições de 2018 e muitas vezes utiliza-se dos discursos de justificação considerando que a reputação de seu partido é, a todo momento, contestada pelos entrevistadores e também pela instância cidadã, devido aos escândalos já mencionados nas condições de produção.

No que tange aos *ethé* de identificação, que como vimos em capítulo específico, são extraídos dos discursos voltados para o afeto, identificamos que

Fernando Haddad utiliza-se do *ethos* de caráter, de inteligência, de humanidade, de solidariedade e de chefe.

O *ethos* de caráter, de acordo com Charaudeau (2011), pode aparecer por meio de diversas figuras. A partir da análise do *corpus* em questão, identificamos a presença das variantes da figura de vituperação: a provocação e a polêmica. Acerca da primeira, o político provoca os entrevistadores à medida que os interpela em seu discurso, além de emitir juízo sobre como a Rede Globo relata os fatos relacionados ao PT. Acerca da segunda, de maneira explícita, quando diz que não vai entrar na polêmica ao refutar os números apontados na pergunta do entrevistador William Bonner sobre o plano de metas de Fernando Haddad quando foi prefeito de São Paulo, sobretudo os que diziam respeito à área de moradia.

O *ethos* de inteligência pode ser identificado ao longo da entrevista, posto que Fernando Haddad demonstra conhecimento sobre as atividades inerentes ao cargo que pleiteava, de Presidente da República e a figura da astúcia, ou antes, malícia, tendo em vista que ele joga entre o ser e o parecer, dissimulando determinadas situações frente às perguntas que foram feitas a ele no decorrer da entrevista, conforme trecho abaixo:

Renata Vasconcellos: O PT, nas duas vezes em que esteve à frente da Presidência da República, com Lula e depois com Dilma, protagonizou os maiores escândalos de corrupção da história recente do país, o Mensalão e o Petrolão, envolvendo R\$ 12 bilhões em desvios. Nem Lula, nem Dilma, nem o PT jamais fizeram uma autocrítica. As pesquisas mostram que o eleitor quer um governo honesto. ***Como é que o senhor vai convencer o eleitor de que a corrupção não vai continuar no novo governo do PT, se não há uma autocrítica? Se não há um pedido de desculpas ao povo brasileiro pelos bilhões desviados por causa da corrupção?***

Fernando Haddad: (...)Eu divido essa questão da corrupção da seguinte maneira: eu acho que há dois governos possíveis em relação à corrupção. ***Um governo que fortalece as instituições que combatem a corrupção:*** Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Ministério Público e Poder Judiciário. ***E governos que enfraquecem essas instituições. Na minha opinião, os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção.***

Podemos identificar ainda o *ethos* de humanidade e solidariedade em Fernando Haddad, sobretudo nas perguntas relacionadas aos colegas de partido e ao próprio partido, quando ele menciona que não se deve condenar por antecipação e ao utilizar termos brandos, como por exemplo quando emprega a expressão “*ajudar o partido de forma irregular, e outras enriquecerem pessoalmente*”, quando se refere à corrupção.

No que tange aos *ethé* de identificação, identificamos por fim no *corpus* analisado a presença do *ethos* de chefe. De acordo com Charaudeau (2011), mais que os precedentes, esse *ethos* é direcionado para o cidadão e se manifesta por meio de diversas figuras, as quais foram destacadas no capítulo específico sobre *ethos*. Na entrevista, identificamos a figura do chefe-soberano, que pode ocorrer entre outros, quando toma posição acima do conflito, isto é:

o político deve mostrar que não entra no jogo das pequenas querelas politiquieras, que se recusa a polemizar quando é diretamente implicado, de maneira a se dar uma estatura de homem que domina a cena política: não se rebaixar ao nível dos agitadores, não se comprometer em vãs controvérsias, mas, ao contrário, elevar-se acima de tudo que poderia parecer conflitos estéreis. (CHARAUDEAU, 2011, p. 157).

Na entrevista, Fernando Haddad busca sempre falar de maneira a evitar com que suas palavras possam ser interpretadas de maneira negativa. Em algumas passagens, os entrevistadores fazem esse jogo de ser e parecer, conforme trecho abaixo:

William Bonner: Terminal de Itaquera, sim, da mesma UTC. O senhor está argumentando que não faria o menor sentido o senhor se beneficiar de ter suas dívidas de campanha pagas pela UTC porque o senhor cancelou uma obra da UTC. Eu estou dizendo ao senhor que, depois de cancelar esta obra da UTC, dois meses depois, **o senhor deu outra obra para a UTC.**

Fernando Haddad: **Não, eu não dei outra obra para a UTC, porque a UTC não foi escolhida por mim, foi escolhida pelo secretário que licitou a obra, por meio de uma comissão de licitação.** E essa obra que você se refere não tinha, na época, e não tem hoje, nenhum indício de superfaturamento. Você cancela a obra com indício de superfaturamento, o que só foi comprovado...

Fernando Haddad: Calma. O que você... Deixa eu responder. Você fez uma longa pergunta, eu quero fazer uma resposta à altura da sua pergunta. Então, o que a sua pergunta demonstra, por números, é que nós nunca partidarizando o Judiciário. **Isso não significa que o Judiciário não possa errar e é função dos erros do Judiciário...**

William Bonner: **Errar ou conspirar, candidato?**

Fernando Haddad: **Errar. Você está perguntando a minha opinião. Eu nunca usei a palavra conspirar. Eu sempre disse...**

William Bonner: **Foram muitos os petistas que recorreram a essa expressão.**

Fernando Haddad: **Você diga o nome...**

William Bonner: Não é necessário.

Como vimos acima, o discurso do político é sempre no sentido de tentar esclarecer eventuais situações que envolvam o seu nome ou de seus colegas de partido.

Na condição de dramatização, Fernando Haddad procura construir a sua imagem a partir da ideologia do PT, situando o seu discurso como parte de um grupo de políticos responsáveis pelas mudanças, sobretudo sociais, que

aconteceram no país. Para tanto, o político lança mão de uma memória discursiva ao lembrar em sua última fala na entrevista, os principais programas de governo de Lula e de Dilma e que ele deseja dar continuidade, se eleito.

Assim, notamos que o candidato trabalha a imagem de competência, ao lembrar a sua experiência como prefeito de São Paulo e das ações que implementou nesse período.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patrick Charaudeau, em **Discurso Político** assevera que o discurso político é, por excelência, o lugar de um “jogo de máscaras”, isto é, o ator político, visando influenciar o outro a aderir às teses apresentadas em seu discurso, joga com o ser e o parecer, seja para a conquista ou para a manutenção do poder representativo.

Desse modo, o sujeito político, como uma de suas estratégias, cria uma imagem de posicionamento e, conseqüentemente, aceita seus ideais. Nesse processo de construção das imagens de si estão envolvidos diversos fatores ideológicos, históricos, argumentativos, como procuramos demonstrar ao longo desta pesquisa.

Conforme estabelecido no início deste trabalho, o nosso objetivo geral foi identificar quais os principais *ethé*, a partir da análise das estratégias argumentativo-discursivas, que Fernando Haddad mobilizou durante a entrevista concedida ao Jornal Nacional, no primeiro turno das eleições, evidenciando como esses mecanismos argumentativo-discursivos estavam presentes no *corpus*.

Dissemos, amparados por Charaudeau (2011), que o discurso é construído na intersecção entre um campo de ação e um campo de enunciação e o resultado de ambos é o contrato de comunicação, que por sua vez, é marcado tanto por uma heterogeneidade quanto por uma estabilidade. Desse modo, notamos que na entrevista concedida ao Jornal Nacional, Fernando Haddad que possuía o lugar de governança, buscava a legitimidade para possuir o poder de ação e de decisão.

Por meio da análise do *corpus*, foi possível descrever a organização da encenação argumentativa e a construção do *ethos* ao longo da entrevista, destacando os seus efeitos de sentido. Foi possível também compreender a constituição do discurso político como fato social num espaço de estratégias e restrições por intermédio da descrição tanto do contrato de comunicação quanto da situação de comunicação.

Percebemos que Fernando Haddad constrói um *ethos* de competência voltado para si mesmo, ligado à enunciação de sua identidade social, seu discurso demonstra vontade de agir e a eficácia de suas ações como ex-ministro da educação mais bem avaliado nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma. Nesse sentido, ao relembrar as ações que os ex-presidentes do PT realizaram, é perceptível que o seu discurso é direcionado para criar, principalmente nas camadas

mais populares, uma memória discursiva de gestão com participação social na sua encenação argumentativa.

Além disso, Fernando Haddad tenta construir a imagem de credibilidade que expressa o poder fazer com sinceridade, perspicácia e eficácia. Dessa maneira, observamos que o político tenta sobrepor uma imagem de gestor eficiente e eficaz, relembrando as suas passagens tanto pelo ministério da educação quanto pela prefeitura de São Paulo. Fernando Haddad busca sobrepor ainda os benefícios que os governos petistas trouxeram enquanto fortalecedores de medidas que coibiram a corrupção frente aos eventuais deslizamentos que os ex-presidentes possam ter cometido.

Embora o político-candidato tivesse a legitimidade enquanto representante do Partido dos Trabalhadores e do apoio dos partidos aliados, ele estava em busca da legitimidade junto à instância cidadã. Nesse sentido, é notório, no decorrer da entrevista, a tentativa do candidato de se mostrar digno de crédito, esforçando-se para combater a imagem pré-construída (ethos pré-discursivo) negativa que possuía, sobretudo em razão dos escândalos que envolviam o PT.

No que tange aos procedimentos enunciativos identificamos que, embora o ator político se expressasse utilizando os atos enunciativos, alocutivo, elocutivo e delocutivo, conforme quadro resumo abaixo, o uso do ato elocutivo, caracterizado pela marcação do ponto de vista do autor em seu discurso é sumariamente maior que os anteriores. Essa postura faz-nos pensar que Fernando Haddad deseja construir para si a imagem de político de pensamento autônomo, que não tem medo de se posicionar e que, embora contasse com o apoio do ex-presidente Lula, é capaz de tomar as próprias decisões e responsabilizar-se por elas.

Quadro 3 – resumo dos atos enunciativos no *corpus*

Ato alocutivo	Fernando Haddad: <i>Você está perguntando para o</i> William Bonner: Sim, candidato à presidência.
	William Bonner: Errar ou conspirar, candidato? Fernando Haddad: <i>Errar. Você está perguntando a minha opinião. Eu nunca usei a palavra conspirar. Eu sempre disse...</i> William Bonner: Foram muitos os petistas que recorreram a essa expressão. Fernando Haddad: <i>Você diga o nome...</i> William Bonner: Não é necessário
Ato elocutivo	Renata, <i>deixa eu te explicar</i> como é que funciona o Governo Federal.
	<i>Eu não condeno ninguém por antecipação.</i>

	<i>Nós tivemos um problema na Receita Federal da Rede Globo...</i>
Ato delocutivo	<i>Foram muitos beneficiados pela lei que permitiu que, às vezes, uma delação acompanhada sem provas pudesse gerar um benefício, a ponto de um corruptor confesso já estar gozando da liberdade e do seu patrimônio.</i>
	<i>O Tasso Jereissati falou:</i> Nós cometemos três erros. Nós, pela primeira vez, questionamos o resultado eleitoral no Brasil. Isso é um crime contra a democracia, não se faz. Segundo lugar, nós aprovamos uma pauta em que nós não acreditávamos, para prejudicar o PT. As palavras são dele, Tasso Jereissati. Três, nós embarcamos no governo Temer. E quatro, nós embarcamos em Aécio Neves. Esses quatro elementos é responsabilidade do PSDB, dito que o PSDB...

Fonte: elaborado pela autora a partir de Charaudeau (2019)

No que diz respeito às estratégias argumentativo-discursivas identificadas na entrevista, elencamos os argumentos de prova e a encenação argumentativa como as estratégias utilizadas pelo político visando ao sucesso da construção da imagem de si (ethos) na campanha eleitoral. Apresentamos abaixo o quadro-resumo dos procedimentos discursivos detalhados em nossa análise.

Quadro 4 – resumo dos procedimentos discursivos no *corpus*

Definição	[definição por distinção de sentido em torno de uma noção]
	<i>Eu divido</i> essa questão de corrupção da seguinte maneira: eu acho que há dois governos possíveis em relação à corrupção. Um governo que fortalece as instituições que combatem a corrupção: Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Ministério Público e Poder Judiciário. E governos que enfraquecem essas instituições. <i>Na minha opinião</i> , os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção
	[definição por recurso à propriedade dos termos]
	<i>Eu estou dizendo</i> que as pautas-bomba e a sabotagem que ela sofreu, reconhecida pelo presidente do PSDB, teve mais influência na crise do que os eventuais erros cometidos antes de 2014.
	<i>Não, eu não dei outra obra para a UTC</i> , porque a UTC não foi escolhida por mim, foi escolhida

	<p>pelo secretário que licitou a obra, por meio de uma comissão de licitação.</p>
<p>Comparação</p>	<p>[comparação por semelhança] Vocês não tratariam... Vocês não tratariam os problemas da Rede Globo da maneira como vocês tratam os problemas do poder. Por exemplo...</p> <p>[comparação por analogia]</p> <p>Não, mas espera aí. Investigados...A Rede Globo é investigada.</p>
<p>Citação</p>	<p>[citação de um dizer]</p> <p>O Tasso Jereissati falou: Nós cometemos três erros. Nós, pela primeira vez, questionamos o resultado eleitoral no Brasil. Isso é um crime contra a democracia, não se faz. Segundo lugar, nós aprovamos uma pauta em que nós não acreditávamos, para prejudicar o PT. As palavras são dele, Tasso Jereissati. Três, nós embarcamos no governo Temer. E quatro, nós embarcamos em Aécio Neves. Esses quatro elementos é responsabilidade do PSDB, dito que o PSDB...</p>
<p>Descrição Narrativa</p>	<p>[narração de uma pequena história]</p> <p>Mas é natural. Qual é a pessoa... Qual é a pessoa que hoje está na vida pública que não está investigada? Hoje, a delação virou uma indústria, Bonner, que todo mundo, para diminuir 80% da pena, fala o que quer sem apresentar provas. Você acha isso correto? Uma pessoa pega 20 anos de cadeia, faz uma delação, não apresenta nenhuma prova. A pena cai para quatro anos e a pessoa vai para prisão domiciliar gozar do seu patrimônio intacto, enquanto os trabalhadores da empresa estão demitidos?</p>
<p>Acumulação</p>	<p>[simples acumulação]</p> <p>(...) O presidente Lula jamais indicou um ministro do Supremo, do STJ, pensando em como esse ministro ia votar, se ia votar a favor de A ou de B, se ia perseguir A ou perseguir B.</p>
<p>Questionamento</p>	<p>[verificação do saber]</p> <p>Está publicado no Diário Oficial. No Diário Oficial do Município estão os dados. Agora, são 123 itens. Nós cumprimos em mais de 50%, 100% das metas. E 85%, ou 100% ou mais de 50% das metas. Detalhe, o PIB brasileiro entre 2015 E 2016 caiu 8%. Eu peguei a maior recessão da história da cidade de São Paulo e entreguei a cidade com grau de investimento. Com grau de investimento. Você sabe o que é grau de investimento?</p> <p>[por provocação]</p>

	<p><i>Sabe qual é o problema? Você...Primeiro, você está citando uma entrevista minha em que eu digo os erros que foram cometidos no final do governo Dilma.</i> Então, é contraditório o que você está dizendo, porque você está citando uma entrevista minha em que eu estou dizendo. Eu estou fazendo as críticas. Outra coisa é você dizer que a recessão de 2015 e 2016...</p>
--	--

Fonte: elaborado pela autora a partir de Charaudeau (2019)

Fernando Haddad buscou estabelecer junto ao público do Jornal Nacional a credibilidade para fundar a sua legitimidade, não no âmbito legal, haja vista que esta ele já possuía, pois era um candidato que representava um partido, mas enquanto sujeito, indivíduo social capaz de assumir a responsabilidade de governar o nosso país.

Os resultados mostram que, embora Fernando Haddad tente validar os *ethé* de credibilidade, mencionando no decorrer da entrevista trechos como “*eu tive a responsabilidade de...*”, ou ainda de competência como em “*sabe quanto nós economizamos...*”, esses *ethé* não possuem tanta força argumentativa, o que pode se dever às várias interrupções que o candidato sofre na entrevista pelos entrevistadores.

Notamos ainda que o candidato buscou criar com o seu interlocutor, o público que assistiu ao jornal naquele dia, uma identificação, seja ao mencionar logo na sua primeira fala o nome do ex-presidente Lula ou nas passagens em que busca mostrar características como inteligência, caráter, solidariedade, humanidade e de chefe.

Embora não tenha sido o foco central de nossa pesquisa, é preponderante que destaquemos o papel da instância midiática no campo político. Nesse caso, o papel, ou interferência, da rede Globo de comunicação por meio dos entrevistadores do Jornal Nacional que, além de se concentrarem em realizar perguntas polêmicas ao candidato, em detrimento das propostas de governo que possuía, não o deixavam se expressar, interrompendo-o com frequência.

No contexto geral, identificamos que a relação entre os parceiros de troca, como denomina Charaudeau (2019) é pautada por uma verticalização, em que o candidato tenta estabelecer alguns *ethé*, mas a sua credibilidade e legitimidade são colocadas em xeque pergunta após pergunta. Em um momento da entrevista, o candidato inclusive fala: “*Mas eu não estou satisfeito, quando é a sua honra que*

está em jogo você decide quando é a minha eu decido”. Nesse sentido, Fernando Haddad desenvolve na entrevista o discurso de justificação.

No decorrer desta pesquisa foi possível reconhecer as estratégias argumentativo-discursivas que o sujeito político utilizou na busca pelo sucesso da imagem de si que criou. Os *ethé* se mostram ao longo da análise, como imagens frágeis, que precisam ser validadas pelo público para que ele consiga alcançar o sucesso em determinado contexto, dependendo do poder persuasivo que o discurso possui, as circunstâncias e os valores sociais que os eleitores esperam de seus governantes em determinado momento, destacando-se o caráter dialógico e pragmático do *ethos* que Auchlin (2001) aponta em seus estudos sobre o *ethos*.

Desse modo, frisamos que as características argumentativas que contribuem para a formação dos *ethé* identificados no decorrer da entrevista em comento não significam que eles permaneceram ao longo da campanha eleitoral ou que, por serem utilizados, tiveram eficácia, isto é, que o candidato conseguiu, efetivamente, estabelecer junto à instância cidadã representada pelos telespectadores do Jornal Nacional o *ethos* que desejava imprimir.

Como é sabido, o discurso é uma construção social que reflete a visão do mundo de seu enunciador, o qual, por sua vez, é atravessado pela ideologia e condições histórico-sociais de seu tempo. Dessa forma, a responsabilidade do analista do discurso, é esmiuçar o enunciado a fim de extrair dele intenções e valores aparentemente ocultos.

Por fim, esperamos ter contribuído para a ampliação dos estudos da Análise do Discurso e da Argumentação e acreditamos que outras pesquisas poderão no futuro aprofundar os tópicos levantados e sugerir outros que não puderam ser contemplados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 119-136.
- ARAUJO, Alcemar Dionet de & SILVA, Jonathan Chasko da. **A metodologia de pesquisa em análise do discurso**. Grau Zero – Revista de crítica cultural. ISSN: 2318-7085, v.5, n. 1, 2017.
- AUHLIN, Antoine. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, Hugo. Et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 201-225.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. 2. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- CERQUEIRA NETO, José Calais & SANTOS, Adelino Pereira. **A entrevista como um gênero do discurso: conceitos e fundamentos**. Revista Travessias. ISSN: 1982-5935, v.11, n-01, jan-abr,2017.
- CONCLUÍDA a totalização de votos do 1º turno das Eleições 2018. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/concluida-totalizacao-de-votos-do-1o-turno-das-eleicoes-2018/>>. Acesso em: 14 de jan. de 2021.
- CONHEÇA Fernando Haddad. LULA. **Lula**, 2018. Disponível em: <<https://lula.com.br/haddad/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.
- DILMA Rousseff inicia aos 67 anos seu segundo mandato. **Câmara Legislativa**, 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/448161-dilma-rousseff-inicia-aos-67-anos-seu-segundo-mandato-como-presidente/>>. Acesso em 14 de jan. de 2021.
- EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 29-44.
- ENTENDA o caso. **Ministério Público Federal**, c2021. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/>>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

FERNANDO Haddad (PT) é eleito prefeito de São Paulo. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2012. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Outubro/fernando-haddad-pt-e-eleito-prefeito-de-sao-paulo-sp/>>. Acesso em: 14 de jan. de 2021.

FERNANDO Haddad (PT) é entrevistado no Jornal Nacional. Globo.com, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/09/14/fernando-haddad-pt-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>>. Acesso em: 04 de dez. de 2019.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. **Memória Globo**, c2021. Página inicial. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. **Roberto Marinho**, c2013. Página inicial. Disponível em: <<https://robertomarinho.globo.com/hgg/>>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

GOULART, Nathalia. O ministro Haddad foi regular. O candidato é reprovável. **Revista Veja**, 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/o-ministro-haddad-foi-regular-o-candidato-e-reprovavel/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de ethos discursivo. In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. (Orgs). **Ethos discursivo**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 11-29.

MENEZES, William Augusto. Semiolinguística e Política. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. **Movimentos de um percurso em análise do discurso** da FALE/UFMG. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2019.

SILVA, Fabricio Pereira da & SPRITZER, Jean. Fernando Haddad. **FGV CPDOC**, c2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haddad-fernando/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica/>>. Acesso em: 14 de jan. de 2021.

ANEXO

ENTREVISTA NA ÍNTEGRA DE FERNANDO HADDAD, AO VIVO, AO JORNAL NACIONAL, NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2018.

William Bonner: E vamos, então, receber o candidato do PT, Fernando Haddad, para essa que vai ser a última das nossas entrevistas com os candidatos à Presidência da República.

Renata Vasconcellos: Por favor, candidato. Seja muito bem-vindo, boa noite.

Fernando Haddad: Obrigado, boa noite.

William Bonner: Bem-vindo, candidato. Boa noite para o senhor. Vou pedir que o senhor tome esse lugar. Sua cadeira já está aí reservada. E vamos começar então a entrevista.

William Bonner: Bom, a gente começa sempre com uma introdução para explicar a situação para o público. O Jornal Nacional está iniciando agora esta, como eu disse, que é a última entrevista da nossa série com os principais candidatos à Presidência. Nesta sexta-feira (14), recebendo Fernando Haddad, do PT. Como nós já fizemos com Ciro Gomes, do PDT, Jair Bolsonaro, do PSL, Geraldo Alckmin, do PSDB, e Marina Silva, da Rede, do dia 27 ao dia 30 de agosto. Haddad passou a ser o candidato do PT à Presidência da República na terça-feira (11) e, com 8% das intenções de votos na última pesquisa do Ibope, ele está entre os cinco primeiros colocados, que é um requisito para ser entrevistado, ao vivo, na bancada do JN.

Renata Vasconcellos: Nas entrevistas, o JN aborda os temas que marcam cada uma das candidaturas, questiona assuntos polêmicos e trata da viabilidade de alguns pontos dos programas de governo. Na semana que vem, os candidatos mais bem pontuados pela pesquisa Datafolha mais recente, que nós vamos mostrar aqui, também daqui a pouco, também vão estar no Jornal da Globo.

William Bonner: Bom, o tempo total desta entrevista é de 27 minutos e não pode ser ultrapassado porque foi esse o tempo dado a Ciro Gomes, a Jair Bolsonaro, a Geraldo Alckmin e a Marina Silva. Ao fim desse tempo, o candidato ainda vai ter mais um minuto para dizer que Brasil ele quer para o futuro. E o tempo começa a ser contado a partir de agora. Renata.

Renata Vasconcellos: Candidato, boa noite novamente.

Fernando Haddad: Boa noite.

Renata Vasconcellos: O PT, nas duas vezes em que esteve à frente da Presidência da República, com Lula e depois com Dilma, protagonizou os maiores escândalos de corrupção da história recente do país, o Mensalão e o Petrolão, envolvendo R\$ 12 bilhões em desvios. Nem Lula, nem Dilma, nem o PT jamais fizeram uma autocrítica. As pesquisas mostram que o eleitor quer um governo honesto. Como é que o senhor vai convencer o eleitor de que a corrupção não vai continuar no novo governo do PT, se não há uma autocrítica? Se não há um pedido de desculpas ao povo brasileiro pelos bilhões desviados por causa da corrupção?

Fernando Haddad: Bom, boa noite Renata, boa noite William, é, boa noite telespectador, boa noite presidente Lula, que milhões de brasileiros gostaríamos de ver nessa cadeira concorrendo à corrida presidencial. Eu divido essa questão da corrupção da seguinte maneira: eu acho que há dois governos possíveis em relação à corrupção. Um governo que fortalece as instituições que combatem a corrupção:

Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Ministério Público e Poder Judiciário. E governos que enfraquecem essas instituições. Na minha opinião, os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições que combatem a corrupção.

Renata Vasconcellos: Mas de fato, candidato, independentemente...

Fernando Haddad: E esses...

Renata Vasconcellos: Desculpe, só com relação a isso...

Fernando Haddad: Pois, não.

Renata Vasconcellos: Independentemente de ter fortalecido ou não, o fato é que integrantes do governo do PT foram pegos em atos de corrupção pelos mecanismos de controle anticorrupção. Independentemente de quem os fortaleceu ou não. Isso é fato. Eu volto a repetir, será que uma autocrítica, um pedido de desculpas, um mea culpa mesmo ao povo brasileiro...

Fernando Haddad: Deixa eu complementar a minha resposta.

Renata Vasconcellos: Pois, não.

Fernando Haddad: É. A corrupção na Petrobras, e isso no depoimento de vários delatores, testemunhas e colaboradores, ela data de tempos muito remotos, ela remonta à ditadura militar. E todos foram unânimes em dizer que é de muito tempo. Se você não fortalece os mecanismos de combate à corrupção, você não descobre a corrupção. O papel de um governo é, sem tomar partido, sem proteger amigos, sem perseguir adversários, é fortalecer esses mecanismos. E a própria Polícia Federal, o próprio Ministério Público, reconhecem que os governos petistas foram os que mais apoiaram essas instituições.

Renata Vasconcellos: Bom, o senhor mencionou a Petrobras, mas é fato. Todas as investigações da Lava Jato apuraram isso e as nomeações de diretores da Petrobras passavam, sim, pelo presidente Lula, pelo então presidente Lula. A gente sabe, inclusive, que Renato Duque era, dentro da Petrobras, segundo a Lava Jato, responsável pela propina do PT. O presidente Lula se encontrou com o Renato Duque no aeroporto de Congonhas para falar sobre as denúncias de corrupção.

William Bonner: Ele confessou isso, né.

Fernando Haddad: Renata, deixa eu te explicar como é que funciona o Governo Federal. É muito importante o telespectador entender a complexidade do Governo Federal. O presidente da República, ele escolhe o presidente da empresa, ele escolhe os membros do conselho, a quem ele convida, com participação, inclusive, da iniciativa privada, mas é muito difícil para um presidente se imiscuir em assuntos assim, de cada diretoria. Tanto é, que os diretores da Petrobras não despacham com o presidente da República...

Renata Vasconcellos: Por que que o presidente Lula se encontrou com Renato Duque no aeroporto de Congonhas?

Fernando Haddad: Depois de deixar a presidência, em função de um rumor de que o....

Renata Vasconcellos: Dilma Rousseff era presidente do Conselho de Administração.

Fernando Haddad: Sim, que afastou Renato Duque quando tomou posse, a partir de um rumor de que ele poderia estar envolvido num esquema de propina. Esses

diretores todos já tinham sido afastados. Então, eu não estou aqui querendo dizer que não houve falha na fiscalização da Petrobras, porque o papel de um governo é também, não só...

William Bonner: Falha de quem, candidato? Desculpe. Falha de quem, para essa corrupção grassar dentro da empresa.

Fernando Haddad: Deixa eu te responder. A administração pública, ela avançou muito, a administração direta e indireta. As estatais, eu considero que ficaram mais desguarnecidas, mas o fortalecimento dessas instituições desbaratou uma quadrilha que foi posta na cadeia, inclusive os empresários que participaram da corrupção. Esses, infelizmente, já saíram.

William Bonner: Mas candidato...

Fernando Haddad: Foram muito beneficiados...

William Bonner: Me permita fazer uma observação importante.

Fernando Haddad: Foram muito beneficiados pela lei que permitiu que, às vezes, uma delação acompanhada sem provas pudesse gerar um benefício, a ponto de um corruptor confesso já estar gozando da liberdade e do seu patrimônio.

William Bonner: Candidato, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares? O senhor já disse, em entrevistas anteriores, que o que aconteceu em relação à corrupção foram atos de indivíduos, e não do Partido dos Trabalhadores como organização. O Ministério Público tende a discordar dessa sua afirmação porque, no levantamento do próprio Ministério Público, quando a gente olha aqui a lista, a gente vê entre presos, condenados, investigados e réus na Lava Jato, o que é que tem do PT? Tem dois ex-presidentes da República, Lula e Dilma, tem 11 ex-ministros. Desses 11 ex-ministros, tem dois ex-ministros da Fazenda, Guido Mantega e Antonio Palocci. Tem quatro ex-presidentes do Partido dos Trabalhadores, eu posso nomeá-los, se o senhor preferir, e tem três tesoureiros. Ou seja, os procuradores, diante desses... dessa situação, eles dizem o seguinte: não havia ali atos isolados. O que havia ali era uma situação sistêmica, organizada. Eu gostaria de saber como é que o senhor se contrapõe a essa evidência?

Fernando Haddad: Olha, na verdade, o financiamento empresarial de campanhas criou uma série de brechas que permitiram a pessoas, algumas tentarem ajudar o partido de forma irregular, e outras enriquecerem pessoalmente. Eu não condeno ninguém por antecipação. Você citou pessoas que já foram, inclusive, excluídas de processos penais. Várias delas.

William Bonner: Eu citei pessoas que estão presas ou condenadas ou que são réus ou que foram investigadas, estão sob investigação.

Fernando Haddad: Vamos falar de um nome conhecido.

William Bonner: A ampla maioria, candidato.

Fernando Haddad: A presidenta Dilma não é ré em nenhuma ação que eu tenha conhecimento. Você tem conhecimento de uma ação?

William Bonner: Ela é investigada, candidato. Presos, condenados, investigados...

Fernando Haddad: Não, mas espera aí. Investigados... A Rede Globo é investigada.

William Bonner: Mas, não. Não é essa a questão, candidato.

Fernando Haddad: Não, é essa a questão.

William Bonner: O senhor se apresenta aos eleitores brasileiros como candidato do Partido dos Trabalhadores...

Fernando Haddad: Mas você condena uma pessoa, uma instituição que é investigada...

William Bonner: Me permita.

Fernando Haddad: Pois, não.

William Bonner: O senhor se apresenta como candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores tem esta lista imensa de integrantes envolvidos na Lava Jato de alguma maneira. Alguns estão presos, outros não estão, são réus, outros são investigados. Essa situação não é criada pela Rede Globo de televisão, nem pela mídia, nem pela imprensa, é uma situação dada. Eu estou oferecendo ao senhor a oportunidade de se contrapor a esta evidência, porque o senhor diz que petistas erraram, não o partido, e o Ministério Público diz que havia era uma organização, um sistema de corrupção que integrava essas pessoas.

Fernando Haddad: Eu estou voltando à sua pergunta. Você citou a presidenta Dilma Rousseff. Ela não é ré em nenhuma ação.

William Bonner: Investigada, candidato.

Fernando Haddad: Mas, conforme eu disse, hoje nós estamos num momento em que muitas pessoas são investigadas e muitas estão sendo absolvidas.

William Bonner: Outras tantas, não.

Fernando Haddad: Outras tantas, não. Então, você tem que individualizar e cada um pagar pelos seus atos. Você não pode, em função de um indício, condenar. E eu penso, Bonner, que a Rede Globo, muitas vezes, condena por antecipação.

William Bonner: Não é fato, candidato.

Fernando Haddad: Pela maneira como... Vocês não tratam os próprios... Vocês...

William Bonner: Não é fato. Como jornalista, o que eu faço é jornalismo. Eu faço perguntas...

Fernando Haddad: Vocês não tratariam... Vocês não tratariam os problemas da Rede Globo da maneira como vocês tratam os problemas do poder. Por exemplo....

William Bonner: Os problemas da República, candidato... Os problemas da República dizem respeito a uma nação de brasileiros, há milhões e milhões de eleitores que estão agora a dias...

Fernando Haddad: Mas a Globo diz respeito a uma concessão pública.

William Bonner: Não se trata disso.

Fernando Haddad: Nós tivemos um problema na Receita Federal da Rede Globo... E eu não vou aqui ficar antecipando juízo sobre a Rede Globo...

William Bonner: Candidato...

Renata Vasconcellos: Até porque o senhor está tendo, nesse momento, a oportunidade de explicar para o eleitor brasileiro que está assistindo à entrevista ao vivo, o que...

Fernando Haddad: Eu volto a repetir, eu entendo que a situação é muito diferente. Eu discordo da sua afirmação de tentar envolver, por exemplo, a presidenta Dilma, pelo fato de que...

William Bonner: Ela é investigada, candidato.

Fernando Haddad: Mas é natural. Qual é a pessoa...

Renata Vasconcelos: E quanto aos demais citados?

Fernando Haddad: Qual é a pessoa que hoje está na vida pública que não está investigada? Hoje, a delação virou uma indústria, Bonner, que todo mundo, para diminuir 80% da pena, fala o que quer sem apresentar provas. Você acha isso correto? Uma pessoa pega 20 anos de cadeia, faz uma delação, não apresenta nenhuma prova. A pena cai para quatro anos e a pessoa vai para prisão domiciliar gozar do seu patrimônio intacto, enquanto os trabalhadores da empresa estão demitidos?

William Bonner: Candidato... Vamos lá, candidato. Além de criticar as delações...

Fernando Haddad: Em nenhum no lugar do mundo funciona assim, nós precisamos...

William Bonner: O Brasil melhorou muito a posição no ranking internacional de países que combatem a corrupção.

Fernando Haddad: Graças à legislação aprovada pelo PT. Graças à legislação aprovada pelo PT.

William Bonner: A mesma que colocou petistas nessa situação.

Fernando Haddad: A mesma que colocou tucanos...

William Bonner: Eu gostaria de mover a entrevista adiante.

Fernando Haddad: A mesma que colocou tucanos, a mesma que colocou peemedebistas, a mesma que colocou pepistas.

William Bonner: Sim... Vários integrantes de partidos aliados ao PT, enfim.

Renata Vasconcelos: A maioria aliados ao PT.

Fernando Haddad: E da oposição também. É fato.

William Bonner: Mas o senhor, além de fazer crítica às delações...

Fernando Haddad: Da maneira como estão sendo processadas.

William Bonner: O senhor e outros integrantes do seu partido criticam também o Judiciário. Muitos petistas já se referiram àquilo que seria uma conspiração do Judiciário. No entanto, quando a gente olha a lista de ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal, a gente observa o seguinte: nos dois governos de presidentes petistas, Dilma Rousseff e Lula, foram nomeados 13 ministros do Supremo Tribunal Federal. Dos atuais 11 integrantes da Casa, sete foram indicados ou por Lula ou por Dilma. No Superior Tribunal de Justiça, outro órgão superior, são 33 cadeiras. Vinte e oito foram indicadas por governos petistas, Lula ou Dilma. Dos 141 atuais desembargadores da Justiça Federal, 141, 92 foram indicados por Lula ou por Dilma. E mais, no TRF-4, ele é simbólico, porque o TRF-4, em segunda instância, condenou Lula. E ele tem quantos integrantes? Vinte e sete integrantes. Dos 27 integrantes do TRF- 4, 22 foram indicados por Lula ou por Dilma. Diante desses números, eu lhe pergunto: houve uma conspiração no Judiciário ou houve uma enorme prova de isenção da Justiça?

Fernando Haddad: Você está perguntando para o Fernando Haddad?

William Bonner: Sim, candidato à presidência.

Fernando Haddad: Candidato a presidente... Vou te dizer. O que você testemunha aqui com esses números é que nós nunca partidizamos o Judiciário, nunca. O presidente Lula jamais indicou um ministro do Supremo, do STJ, pensando em como esse ministro ia votar, se ia votar a favor de A ou de B, se ia perseguir A ou perseguir B.

William Bonner: Então não há conspiração, né, candidato?

Fernando Haddad: Calma. O que você... Deixa eu responder. Você fez uma longa pergunta, eu quero fazer uma resposta à altura da sua pergunta. Então, o que a sua pergunta demonstra, por números, é que nós nunca partidizando o Judiciário. Isso não significa que o Judiciário não possa errar e é em função dos erros do Judiciário...

William Bonner: Errar ou conspirar, candidato?

Fernando Haddad: Errar. Você está perguntando a minha opinião. Eu nunca usei a palavra conspirar. Eu sempre disse...

William Bonner: Foram muitos os petistas que recorreram a essa expressão.

Fernando Haddad: Você diga o nome...

William Bonner: Não é necessário.

Fernando Haddad: O que eu digo a você é que o Judiciário tanto pode errar que os recursos são previstos na nossa Constituição. Para corrigir os erros do Judiciário. Se ele fosse infalível, bastava juiz de primeira instância.

Renata Vasconcellos: Agora, candidato...

Fernando Haddad: Você não precisava de recurso.

William Bonner: Candidato, o seu nome foi citado na delação da Odebrecht, o seu nome. O seu nome foi citado na delação também de Mônica Moura e da UTC...

Fernando Haddad: De Ricardo Pessoa.

William Bonner: De Ricardo Pessoa. Muito bem. O senhor acabou de ser denunciado pelo Ministério Público, nesta semana, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha. O senhor e mais quatro pessoas, entre elas, inclusive, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari. O senhor, portanto, é denunciado na Lava Jato. Isso não o constrange como candidato à Presidência da República?

Fernando Haddad: Olha, se o que foi anunciado pela própria imprensa for verdade, a não ser que vocês tenham subvertido os fatos...

William Bonner: Nós nunca fazemos isso, candidato.

Fernando Haddad: A Odebrecht e a UTC... Teve o túnel da Avenida Roberto Marinho suspensa no meu segundo mês de mandato. Eu tinha exatos 44 dias à frente da prefeitura de São Paulo, quando eu suspendi uma obra por indícios de superfaturamento. Essas duas empresas resolveram me retaliar e, sem apresentar nenhuma prova, foram ao Ministério Público denunciar o que seria o pagamento de uma despesa de campanha que eles não provaram até hoje.

William Bonner: R\$ 2,6 milhões.

Fernando Haddad: Esses promotores que me denunciaram, estão eles sendo investigados pelo conselho do Ministério Público, por terem entrado com uma ação faltando 30 dias para a eleição, isso é um fato inédito na história do Ministério Público. O próprio...

Renata Vasconcellos: Candidato o senhor e outros candidatos...

Fernando Haddad: Dá licença...

Renata Vasconcellos: Também reclamam, fazem essa reclamação, mas o Ministério Público só...

Fernando Haddad: Calma. É o Ministério Público, por meio do seu conselho nacional, abrindo expediente para entender por que esses membros do Ministério Público, que tiveram três anos para me chamar, para levar a documentação, que eu já anunciei, a 30 dias da eleição tomam uma medida como essa.

Renata Vasconcellos: O Ministério Público se defende dizendo que a Justiça não pode se pautar pelo calendário eleitoral.

Fernando Haddad: Lembrando que eu não conheço um único empreiteiro...

William Bonner: É, candidato, é a argumentação deles.

Fernando Haddad: Mas é o que ela faz.

William Bonner: Mas candidato...

Fernando Haddad: As ações que são promovidas contra prefeitos, por exemplo, nesse país, é sempre em ano par, às vésperas de eleição.

William Bonner: Candidato é fato, é fato...

Fernando Haddad: Virou uma espécie de indústria, de uma indústria partidária.

William Bonner: Bom, isso aí a Corregedoria do Ministério Público haverá de investigar.

Fernando Haddad: Agora, o conselho nacional vai investigar.

William Bonner: O senhor contou aqui...

Fernando Haddad: Pois, não.

William Bonner: Que o senhor cancelou a obra do túnel em São Paulo, uma obra que era de interesse da UTC, o senhor cancelou.

Fernando Haddad: E da Odebrecht.

William Bonner: E da Odebrecht. O senhor fez isso com 44 dias de governo.

Fernando Haddad: Sim, porque havia...

William Bonner: No entanto, dois meses depois, em abril, a prefeitura de São Paulo, o senhor Prefeito, assinou uma obra ou concedeu uma obra à Constran Camargo Corrêa, Constran, Constran pertence à UTC. O senhor fez isso dois meses depois.

Fernando Haddad: Sim, eu licitei uma obra, o terminal de Itaquera.

William Bonner: Terminal de Itaquera, sim, da mesma UTC. O senhor está argumentando que não faria sentido, não faria o menor sentido o senhor se beneficiar de ter suas dívidas de campanha pagas pela UTC porque o senhor cancelou uma obra da UTC. Eu estou dizendo ao senhor que, depois de cancelar esta obra da UTC, dois meses depois, o senhor deu outra obra para a UTC.

Fernando Haddad: Não, eu não dei outra obra para a UTC, porque a UTC não foi escolhida por mim, foi escolhida pelo secretário que licitou a obra, por meio de uma comissão de licitação. E essa obra que você se refere não tinha, na época, e não tem hoje, nenhum indício de superfaturamento. Você cancela a obra com indício de superfaturamento, o que só foi comprovado...

William Bonner: Foi a UTC que tocou a obra, não o consórcio Camargo Corrêa...

Fernando Haddad: Não, não, era de 70% e 30.

William Bonner: Constran, senhor. Constran, candidato. Constran, é o braço da UTC.

Fernando Haddad: William, eu estou dizendo. O consórcio era 70, 30. Trinta Constran...

William Bonner: Trinta de quem?

Fernando Haddad: Trinta Constran, 70 Camargo.

William Bonner: Constran é UTC.

Fernando Haddad: Agora, detalhe, detalhe, na confissão, na confissão da UTC e da Odebrecht, eles só assumem o superfaturamento justamente na obra que eu cancelei. Sabe quantos milhões nós deixamos de gastar a mais nessa obra que foi suspensa e nunca retomada? R\$ 300 milhões.

Renata Vasconcellos: Candidato, eu gostaria de...

Fernando Haddad: Sabe quanto que nós economizamos desbaratando a máfia do ISS, que envolvia todas as construtoras de São Paulo, com os fiscais da prefeitura? Quinhentos milhões de reais. Você sabe quanto que nós poupamos com a inspeção veicular que a Controlar tinha na cidade de São Paulo? Em um ano, um ano, em um ano...

Renata Vasconcellos: Candidato, eu acho que o Bonner já está satisfeito com a... O senhor já respondeu à pergunta dele.

Fernando Haddad: Mas eu não estou, mas eu não estou, porque quando é a minha...

William Bonner: Sim, mas é que a entrevista tem que andar, candidato, se não se o senhor ficar falando...

Fernando Haddad: Mas quando é a sua honra que está em jogo, você decide, quando é a minha, eu decido.

William Bonner: Não se trata disso, candidato.

Fernando Haddad: No primeiro ano de gestão, foram três esquemas desbaratados na prefeitura de São Paulo pela Controladoria que eu criei e que o meu sucessor desmontou.

Renata Vasconcellos: Então, vamos falar...

Fernando Haddad: E, por fim...

Renata Vasconcellos: Sim.

Fernando Haddad: A gráfica paga deu depoimento de que não prestou serviços que a UTC pagou para a minha campanha, só isso.

Renata Vasconcellos: Então, justamente sobre a prefeitura. O presidente Lula indicou, em várias eleições, para eleições, candidatos até então pouco conhecidos da imensa maioria do eleitorado. Os analistas costumam até ter um nome para esse tipo de candidato, é "candidato poste". Indicou em 2012 o senhor para a prefeitura, para se candidatar à prefeitura de São Paulo, o senhor se elegeu. E quatro anos depois, o senhor, que tentou se reeleger, não mais como candidato desconhecido, mas como alguém que tinha administrado por quatro anos a maior cidade do país. E o senhor perdeu a eleição, aliás, o senhor foi o primeiro prefeito da história, o primeiro candidato à reeleição da história da cidade de São Paulo a perder uma

reeleição ainda em primeiro turno. Ou seja, a maioria do eleitorado paulistano desaprovou a sua administração. Eu lhe pergunto: por que os eleitores devem acreditar que, agora, apenas dois anos depois, de novo, o presidente Lula o indica, foi um (...) do presidente Lula, como candidato à Presidência da República, e o senhor não vai ter de novo a administração reprovada pela maioria do eleitorado?

Fernando Haddad: Bom, por que o presidente Lula me indicou como candidato a prefeito de São Paulo? Porque na visão dele, eu fui o melhor ministro do seu governo, tendo saído no dia 24 de janeiro de 2012, como o ministro mais bem avaliado do governo mais bem avaliado da história. O ProUni fomos nós que criamos, 126 cidades brasileiras receberam universidades federais...

Renata Vasconcellos: Então, por que o senhor perdeu a eleição?

Fernando Haddad: Perdão, 214 cidades receberam escolas técnicas. Nós construímos mais de 1.500 creches, compramos mais de 37 mil ônibus escolares com o programa que eu criei, chamado Caminho da Escola. Não existe um município do Brasil que não tenha recebido algum benefício do Ministério Educação. Foi por isso que ele me escolheu para prefeito de São Paulo e eu ganhei do candidato presidencial do PSDB.

William Bonner: E perdeu na reeleição, candidato...

Fernando Haddad: Que perdeu a eleição. Em 2016...

William Bonner: E na tentativa de reeleição.

Fernando Haddad: Em 2016, entrando na sua pergunta, foi um ano muito atípico na cidade de São Paulo, o clima que se criou no Brasil, de antipetismo, porque se represou informações sobre os demais partidos, foi enorme. E o que aconteceu em 2016? O Temer assumiu a Presidência da República e o Tasso Jereissati, ex-presidente tucano, admitiu ontem em entrevista que o maior erro do PSDB foi ter contestado as eleições de 2014, foi ter aprovado pautas-bomba contra o governo da Dilma e ter embarcado no governo Temer.

Renata Vasconcellos: Então o senhor está dizendo que os eleitores não sabem votar?

Fernando Haddad: Em 2016...

Renata Vasconcellos: Eles puniram o senhor com a não eleição.

Fernando Haddad: Perdão. Em 2016, este país tirou uma presidenta legitimamente eleita do poder, colocou o Temer, que a traiu com um programa completamente diferente, e elegeu o João Doria na prefeitura de São Paulo.

William Bonner: O senhor atribui a isso a sua derrota eleitoral, candidato?

Fernando Haddad: Pergunte hoje para os eleitores de São Paulo, o que eles acham do meu sucessor, pergunte aos brasileiros o que que eles acham do governo Michel Temer e aí você vai saber o que aconteceu em 2016. Aconteceu uma indução a erro.

William Bonner: Candidato. O senhor... A Renata... Candidato...

Renata Vasconcellos: O eleitor estava errado?

William Bonner: Então, essa indução ao erro... Foi um erro do eleitor?

Fernando Haddad: O eleitor foi induzido a erro.

William Bonner: Então, o senhor diz que o eleitor votou errado. Ele votou errado. Foi induzido a erro.

Fernando Haddad: Não, ele votou pelas informações que ele tinha.

William Bonner: Não, mas as informações que ele tinha...

Fernando Haddad: As informações que ele tinha era que o PSDB era de santos, o PMDB era de santos e o PP era de santos e o demônio do país virou o PT. E isso se provou errado.

William Bonner: E o petista Fernando Haddad...

Fernando Haddad: Pois, não.

William Bonner: Quando candidato à prefeitura de São Paulo, fez uma série de promessas e não as cumpriu. Eu lhe pergunto se as promessas que o senhor não cumpriu não teriam tido um peso grande nessa sua derrota eleitoral, em primeiro turno, na tentativa de reeleição? Vou exemplificar... O senhor prometeu construir 55 mil moradias e entregou 15 mil. O senhor prometeu construir 43 unidades básicas de saúde, o senhor entregou 12 de 43. No fim do seu mandato, havia quase meio milhão de paulistanos, 500 mil pessoas, esperando para fazer um exame médico. Essa fila era uma fila de meio milhão de paulistanos. Na área da segurança pública, o senhor prometeu contratar 2 mil guardas civis. O senhor entregou uma contratação de 600. Prometeu 2 mil, entregou 600. O senhor não cumpriu promessas como prefeito de São Paulo. Muito bem. Por que o eleitor haveria de imaginar que o senhor virá a cumprir as promessas que faz como candidato à Presidência da República?

Fernando Haddad: O meu plano de metas, William, tinha 123 metas. Eu cumpri a maioria delas.

William Bonner: Mas o senhor deixou coisas em aberto em saúde. Em saúde e segurança pública... Moradia...

Fernando Haddad: Mas você me fez uma pergunta e não está deixando eu responder.

William Bonner: Não, candidato, eu só não quero que o senhor...

Fernando Haddad: Eu viabilizei...

William Bonner: O senhor pode se defender e responder só depois que eu fizer essa observação?

Fernando Haddad: Pois, não.

William Bonner: O senhor deixou em aberto promessas na área habitacional, na área da saúde e na área da segurança pública.

Fernando Haddad: Os seus números não estão bem corretos...

William Bonner: Eles estão corretos. Checadíssimos.

Fernando Haddad: Na área da moradia, não...

William Bonner: Candidato, por favor, não vamos discutir números agora, porque eles estão corretos.

Fernando Haddad: Bom, eu não vou entrar nessa polêmica.

William Bonner: Isso, melhor.

Renata Vasconcellos: Melhor, não.

Fernando Haddad: Está publicado no Diário Oficial. No Diário Oficial do Município estão os dados. Agora, são 123 itens. Nós cumprimos em mais de 50%, 100% das metas. E 85%, ou 100% ou mais de 50 % das metas. Detalhe, o PIB brasileiro entre 2015 e 2016 caiu 8%. Eu peguei a maior recessão da história da cidade de São Paulo e entreguei a cidade com grau de investimento. Com grau de investimento. Você sabe o que é o grau de investimento?

William Bonner: Sim, senhor.

Fernando Haddad: Então, você fique sabendo que, com a maior recessão da história da cidade, eu entreguei com R\$ 5,5 bilhões em caixa, com dois e duzentos para pagar. Eu tive responsabilidade de manter a cidade de São Paulo sã num período de crise. Hoje, você tem estados atrasando salário, você tem municípios atrasando salário, você tem obras paradas no Brasil inteiro, você não tem nada disso na cidade de São Paulo, não por causa do prefeito atual, por causa do trabalho que eu fiz de saneamento das finanças.

Renata Vasconcellos: Candidato, para a entrevista então render mais, vamos continuar. Na eleição, para a eleição de 2010, o presidente Lula indicou a então candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff. Exatamente como fez com o senhor em 2012 para a prefeitura de São Paulo. E, agora, com a sua candidatura à Presidência da República. Mas, ao sair do governo, ao ter que deixar o governo, a presidente Dilma deixou o Brasil na crise em que todos nós brasileiros estamos mergulhados hoje e quase 11 milhões de desempregados. Hoje esse número já são 13. Mais de 11 milhões de desempregados, hoje são 13 milhões. Por que que os eleitores devem acreditar que com o senhor, o partido que deixou mais de 11 milhões de desempregados não vai agravar a crise?

Fernando Haddad: Olha, eu tenho todas as razões do mundo para imaginar que o PSDB não vai sabotar o governo eleito no próximo dia 7 de outubro, como fez em 2014.

Renata Vasconcellos: A culpa é do partido?

Fernando Haddad: Em 2014... Não, a culpa é do PSDB, porque o presidente do PSDB assumiu a culpa ontem, numa...

William Bonner: Candidato...

Fernando Haddad: Assumiu a culpa ontem, em um jornal de grande circulação.

William Bonner: Candidato, isso não se sustenta. Candidato, em 2014...

Fernando Haddad: Dá licença, William, eu vou reproduzir a fala do Tasso Jereissati ontem na "Folha de São Paulo".

William Bonner: Candidato...

Fernando Haddad: O Tasso Jereissati falou: Nós cometemos três erros. Nós, pela primeira vez, questionamos o resultado eleitoral no Brasil. Isso é um crime contra a democracia, não se faz. Segundo lugar, nós aprovamos uma pauta em que nós não acreditávamos, para prejudicar o PT. As palavras são dele, Tasso Jereissati. Três, nós embarcamos no governo Temer. E quatro, nós embarcamos em Aécio Neves. Esses quatro elementos é responsabilidade do PSDB, dito que o PSDB...

William Bonner: Isso é o PSDB, candidato...

Renata Vasconcellos: A crise é dos outros, então? O que dizer dos mais de 11 milhões de desempregados? Dilma Rousseff deixou o Brasil com mais de 11 milhões de desempregados.

Fernando Haddad: Mas quando a recessão começa? Quando que a recessão começa?

William Bonner: No governo Dilma, candidato.

Fernando Haddad: Quando que a recessão começa? Depois da reeleição.

William Bonner: Candidato, me pergunte...

Fernando Haddad: Depois da reeleição. Depois da reeleição.

William Bonner: O senhor me fez uma pergunta, vou responder. Em 2014, durante a campanha eleitoral de 2014 o déficit público passava de R\$ 17 bilhões, o PIB, o crescimento do PIB já tinha caído para 0,5%. A presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, dizia que estava tudo indo às mil maravilhas. Vamos lembrar a história. Não só isso. Ela dizia que ia manter, se reeleita, a política que estava implementando para a economia brasileira e ainda acusava, o senhor deve se lembrar disso, ela acusava os adversários, dizia que se eles ganhassem, ao assumirem o poder, eles iam mexer na economia e iam tirar, aspas, “tirar a comida na mesa do trabalhador”. Aí, ela ganhou a eleição. Ao ganhar a eleição, tomou posse imediatamente, tentou corrigir os rumos da economia, daquilo que o senhor mesmo chamou de cavalo de pau. Ela deu o cavalo de pau, tentando corrigir a economia, porque ela precisava ser corrigida, só que aí ela perdeu completamente a credibilidade. Os críticos imediatamente disseram que ela cometeu um estelionato eleitoral e nós mergulhamos numa crise de que, aliás, ainda não saímos até hoje. Qual é a dificuldade que o Partido dos Trabalhadores tem de fazer uma autocrítica, de reconhecer a sua culpa, a gestão da economia no ano de 2014 já fazendo água?

Fernando Haddad: Sabe qual é o problema? Você... Primeiro, você está citando uma entrevista minha em que eu digo os erros que foram cometidos no final do governo Dilma. Então, é contraditório o que você está dizendo, porque você está citando uma entrevista minha em que eu estou dizendo. Eu estou fazendo as críticas. Outra coisa é você dizer que a recessão de 2015 e 2016...

William Bonner: O senhor estava culpando os outros partidos, candidato.

Fernando Haddad: Eu estou dizendo que as pautas-bomba e a sabotagem que ela sofreu, reconhecida pelo presidente do PSDB, teve mais influência na crise do que os eventuais erros cometidos antes de 2014. Nós tínhamos a menor taxa de desemprego em 2014. Você está falando de desempregado. Pega a série histórica: 4,9 % de desemprego em dezembro de 2014. E aí começa o seu Eduardo Cunha, o seu Aécio Neves a aprovar despesa lá no Congresso Nacional. Despesa em cima de despesa para sabotar um governo que precisava fazer um ajuste, mas não para jogar a economia numa recessão, para recuperar a economia. Como já tinha acontecido em vários momentos.

William Bonner: Candidato, seu tempo... Como nós combinamos antes, infelizmente o seu tempo terminou. Mas enfim... Está registrada aqui a sua opinião a respeito. Eu pediria agora que o senhor se dirigisse ao público, para manifestar para ele qual é o Brasil que o senhor quer para o futuro. O senhor tem um minuto.

Fernando Haddad: Eu tenho certeza que todos que estão me ouvindo se lembram dos 12 anos de normalidade democrática que nós vivemos no país. Era Luz para Todos, era Universidade para Todos, era ProUni, eram universidades no interior, eram escolas técnicas no interior, era transposição do São Francisco, era Transnordestina. Geramos 20 milhões de empregos em 12 anos, na iniciativa privada e no serviço público. Doze anos de normalidade democrática. A partir do momento que a oposição passou a contestar o resultado das urnas, nós passamos a enfrentar essa crise da qual nós podemos sair em outubro deste ano se nós recuperarmos o projeto que vinha dando certo. Desenvolvimento econômico com inclusão. O povo é parte da solução, o povo não é problema. Vamos fazer o Brasil ser feliz de novo. Vote 13.

William Bonner: Candidato Fernando Haddad, muito obrigado pela sua presença aqui.

Renata Vasconcellos: Muito obrigada.

William Bonner: Por enfrentar as perguntas nessa entrevista na bancada.